



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CSSA)

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA
AMAZONIA (PPGCSPA)

SILVILENE DE JESUS DA SILVA SANTOS

Pescadores na Ilha de São Luís: práticas, saberes e conflitos por recursos

São Luís – MA

2018

SILVILENE DE JESUS DA SILVA SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Grande área: Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

São Luís – MA

2018

SILVILENE DE JESUS DA SILVA SANTOS

Pescadores na Ilha de São Luís: práticas, saberes e conflitos por recursos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

APROVADA: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr.: Gustavo Goulart Moreira Moura (Examinador Externo)

Universidade Federal do Pará – Campus de Altamira – UFPA

Prof. Dr.: Juracy Marques (Examinador Externo)

Universidade do Estado da Bahia – Campus Juazeiro – UEB

Prof.^a Dr.^a: Cynthia Carvalho Martins (Examinador Suplente)

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof.^a Dr.^a: Helciane Fátima de Abreu Araújo (Examinadora Suplente)

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

Boaventura de Souza Santos

*Dedico este trabalho a todos os pescadores e pescadoras que contribuíram,
transmitindo seu saber e saber fazer sobre a pesca.*

Em especial aos do Cajueiro.

AGRADECIMENTOS

Deus em sua infinita bondade permitiu que eu chegasse a este momento.

Agradeço à minha família: Salviano (Pai), Vera (Mãe); ao meu companheiro Thiago pela ajuda e compreensão durante esses anos de mestrado e que se tornou um grande parceiro durante a pesquisa, tua disponibilidade para ir comigo às comunidades foi fundamental em todas as etapas desse trabalho e aos meus irmãos Silvana, Sidney, Silviane, Silviana e João Vitor, que sempre me apoiaram;

A minha orientadora, professora Rosa, meus mais profundos agradecimentos, por todo o suporte, disponibilidade, compreensão, paciência e parceria;

Aos pescadores e pescadoras de todas as comunidades aqui visitadas, em especial a do Cajueiro, obrigada por me receberem, pela disponibilidade nas entrevistas, por me ouvirem e compartilharem seus conhecimentos. Espero que estes problemas se resolvam e os apresento aqui como uma maneira de torna-los público. Aprendi muito com todos vocês;

Aos meus colegas de turma de mestrado, Ana Valéria, Cláudia, Lina, Tacil, Elson, Clici, Jhully, Valéria, Laís e Denilton. Valeu, galera, pela parceria!

A Jéssica Barros, pela disponibilidade em ajudar-me com a elaboração dos mapas no laboratório de pesquisa do PNCSA;

Aos professores do PPGCSPA, Alfredo Wagner Berno Almeida, Cinthya Carvalho Martins, Patrícia Nunes Portela, Helciane Fátima Abreu Araújo, Consolação Lucinda, Gleilson Lindoso, Jurandir Novaes e André Luiz Freitas pela oportunidade de aprendizado, por acreditarem no meu trabalho, nas minhas capacidades, por entenderem as minhas limitações e sempre me cobrarem o meu melhor;

Ressalto que este curso foi bem mais que uma contribuição acadêmica para a minha formação, foi um enriquecimento pessoal, tive aprendizados para além da sala de aula, e isso só foi possível graças ao ambiente acolhedor transmitido pela equipe que integra o programa, desde os funcionários da secretaria aos integrantes de movimentos sociais que visitavam o projeto, meus agradecimentos também se estendem a vocês;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento, que possibilitou a minha pesquisa de mestrado.

RESUMO

O presente trabalho busca descrever conflitos socioambientais e territoriais na zona costeira de São Luís – MA, vivenciados por seis comunidades de pescadores (Bacanga, Boqueirão, Camboa dos Frades, Cajueiro, Fé em Deus e Taim) em decorrência dos efeitos gerados pelos grandes empreendimentos em seus territórios pesqueiros. Aborda de modo específico a comunidade do Cajueiro que trava uma luta, desde 2014, contra a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, que pretende instalar um terminal portuário em seu território. A pesquisa foi realizada durante o período de julho de 2016 a agosto de 2017 e contou com a participação de 21 pescadores e pescadoras. Além da análise de reuniões, minicursos da OIT e audiência pública, o acompanhamento do Projeto “Cartografia da Cartografia” foi fundamental para compreender o conflito e relacioná-lo ao das demais comunidades aqui pesquisadas. Busco, no diálogo com esse grupo, melhor entender e expor seus anseios e problemas através de suas falas. Objetivo entender como se constituiu a identidade coletiva e como as mobilizações estão configurando o processo de resistência da comunidade. Por fim, realizo uma descrição do modo de vida, instrumentos de pesca, saberes e técnicas tradicionais desenvolvidas ao longo de gerações, transmitidas a partir da oralidade e de observação do cotidiano, compreendendo sua importância na contribuição para ações de luta e resistências empreendidas e como forma de autoafirmação enquanto comunidade pesqueira.

Palavras - Chave: Conflito socioambiental, Saberes tradicionais, Grandes empreendimentos, Pescadores, Ilha de São Luís – Maranhão – Brasil.

ABSTRACT

The presente paper seeks to describe socioenvironmental and territorial conflicts in the coastal zone of São Luís-Ma, experienced by six communities of fishermen (Bacanga, Boqueirão, Camboa dos Frades, Cajueiro, Fe em Deus e Taim) the impacts generated by large enterprises in their fishing territories. Specifically addressing the Community of Cajueiro, which has been fighting since 2014, against the company WPR São Luís Management of Ports and Terminals, which intends to install a port terminal in its territory. The survey was conducted during the period from July 2016 to August 2017 and was attended by 21 fishermen. In addition to the analysis of meetings, mini-courses of OIT, public hearing and the follow-up of the “Cartography of Cartography” Project, which was fundamental to understand the conflict and to relate them to the other communities studied here. I sought the dialogue with this group, better understand and expose their yearnings and problems, through their speeches. Aiming at how the collective identity was constituted and how the mobilizations are forming the process of resistance of the community. Finally, I describe the way of life, fishing tools, traditional knowledge and techniques developed over generations, transmitted from orality and observation of everyday life, understanding its importance in contributing to actions of struggle and resistance undertaken and as a form of self-affirmation as a fishing community.

Keywords: Social – environmental conflict, Traditional knowledge, Large enterprises, Fishermen. São Luís, Maranhão, Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Duas espécies de camarão. A destacada é a <i>Macrobrachium rosenbergii</i> , a outra é nativa do litoral maranhense, conhecida como Piticaia, encontrada pelo Sr. Arlindo próxima à praia do Cajueiro	26
Figura 02 – Malhadeira.....	44
Figura 03 – Tainheira.....	45
Figura 04 – Rede de arrasto	47
Figura 05 – Serreira	47
Figura 06 – Espinhel	48
Figura 07 – Maquete representando um curral.....	50
Figura 08 – Zangaria	52
Figura 09 – Muruada	52
Figura 10 – Tapagem	54
Figura 11 – Pulsar	55
Figura 12 – Tarrafa	56
Figura 13 – Casas derrubadas pela empresa WPR no povoado de Parnuaçu	94
Figura 14 – Comissão de Trabalhadores Desempregados da Construção Civil Pesada, realizando apoio à construção do porto no Cajueiro durante audiência pública	99
Figura 15 – Audiência popular realizada na Associação de Moradores do Cajueiro.....	106
Figura 16 – Reunião de apresentação do Projeto “Cartografia da Cartografia: uma síntese de experiência”.....	113
Figura 17 – Oficina de GPS realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.	114
Figura 18 – Curso sobre a convenção 169 da OIT, realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.....	114

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Áreas de conflito pesqueiro na Ilha de São Luís.....	84
MAPA 02 – Localização da comunidade do Cajueiro e do povoado de Parnaçu	87
MAPA 03 – Áreas de pesca na comunidade do Cajueiro.....	90
MAPA 04 – Área pretendida para a criação da RESEX de Tauá Mirim	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos principais instrumentos de pesca tradicional	42
--	----

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 – Descrição dos conflitos no ambiente de pesquisa.....	72
Quadro 02 – Ações Registradas entre os anos de 2016 a 2017.....	107

LISTA DE SIGLAS

ALEMA – Assembleia Legislativa do Maranhão

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais

CPP – Conselho da Pastoral dos Pescadores

CPMA – Capitania dos Portos do Maranhão

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTDCCP – Comissão de Trabalhadores Desempregados da Construção Civil Pesada

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

GEDMMA – Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

LABOHIDRO – Laboratório de hidrobiologia.

MNP – Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras

MOPEMA – Movimento dos Pescadores do Maranhão

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

ONG NAVE – Instituto em prol da Natureza, Arte, Vida e Ecologia

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração ao Crescimento

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PPGCSPA – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia.

RESEX – Reserva extrativista de Tauá Mirim.

RGP – Registro Geral da Pesca

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SPAEM – Sindicato dos pescadores artesanais do Estado do Maranhão.

SEAP – Secretaria Estadual de Aquicultura e Pesca.

SEDINC – Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Maranhão

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e recursos naturais do Maranhão

SEMCAS – Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social

SECTUR – Secretaria de Estado da Cultura e Turismo.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SINFRA – Secretário de Estado de Infraestrutura

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1. Construção do objeto de pesquisa	16
1.2. Primeiros contatos no Cajueiro	21
CAPÍTULO I: CAPÍTULO I. ARTE DE PESCAR: SABERES E TÉCNICAS	36
1.1 Sobre os saberes e práticas da pesca	37
1.2 Rede de Emalhar	43
1.2.1 Malhadeira	43
1.2.2 Tainheira	44
1.2.3 Rede de Arrasto	45
1.2.4 Serreira	47
1.3 Anzóis	48
1.3.1 Espinel	48
1.3.2 Linha de Mão	49
1.4 Armadilha fixa	49
1.4.1 Curral	49
1.4.2 Zangaria	51
1.4.3 Muruada	52
1.4.4. Tapagem	53
1.5 Outros Instrumentos	54
1.5.1 Pulsar	54
1.5.2 Tarrafa	55
CAPÍTULO II – TERRITÓRIO PESQUEIRO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ILHA DE SÃO LUÍS	60
2. Situações de conflito na ilha de São Luís	65
2.1. Conflitos no Rio Anil (Fé em Deus)	73
2.2 Conflito na barragem do Bacanga	74
2.3 Conflitos no Boqueirão	76
2.4 Conflito em Camboa dos Frades	79
2.5 Conflito no Taim	80
CAPÍTULO III: CAPÍTULO III: CAJUEIRO TERRITORIO PESQUEIRO EM DISPUTA: A RESISTÊNCIA ORGANIZADA	86
3.1 Disputas pelo território pesqueiro	91
3.2 O discurso desenvolvimentista da empregabilidade	96
3.3 Históricos de ações de resistência à implantação do terminal portuário	101

3.4 Resex de Tauá Mirim: Alternativa para frear os grandes empreendimentos?.....	108
3.5 Nova Cartografia Social: elemento na defesa e luta pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO.	129

INTRODUÇÃO

Até hoje, a pesca constituiu-se como uma das atividades econômicas que está entre as mais antigas e tradicionais e que é realizada a nível mundial. No Brasil, tal atividade teve início com os povos indígenas, através de seus saberes e práticas diversas antes do período colonial. De acordo com a Secretaria Estadual de Aquicultura e Pesca – SEAP, ao longo de toda a costa brasileira, inúmeras comunidades pesqueiras formaram-se nesses cinco séculos de história. E, para essas comunidades tradicionais, a água não reproduz somente elementos materiais, mas também simbólicos, criam histórias sobre deuses, lendas e mitos de seres sobrenaturais que habitam os ambientes aquáticos.

Neste sentido, caracterizo as águas como um complexo vivo e como fonte de alimento, extração de recursos diversos, meio de transporte e trabalho. Por se tratar de um recurso muito valioso, estudos apontam diversas disputas e conflitos pelos territórios aquáticos, privatização de corpos d'água, devastação desses ambientes, poluição da água, fauna e flora (LITTLE, 2004; FURTADO, 2004; ALMEIDA e SPRANDEL, 2006). Fatos que são consequência da instalação de grandes empreendimentos como: complexos turísticos hoteleiros, parques de energia eólica, estações de exploração de petróleo, portos e indústrias que são construídos próximos de rios, igarapés e suas nascentes, lagos, lagoas, mangues e ao longo de toda a zona costeira. Esses ambientes servem como lugar de trabalho e moradia para comunidades tradicionais de pescadores¹ que constroem uma relação estreita com o território, após longo tempo.

Nas últimas décadas, diversos conflitos têm ameaçado a vida das comunidades tradicionais de pescadores, que não só fazem uso dos recursos naturais, como os conservam e protegem da degradação causada pelos grandes empreendimentos e representam ameaças não só à natureza como ao modo de vida dessas comunidades.

O Brasil possui atualmente mais de um milhão de pescadores artesanais (MPA, 2014) e, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015), o número de conflitos pela água e seus recursos têm aumentado de forma acelerada. “Os conflitos pela água estão relacionados às disputas pelo território, onde o capital sempre quer tornar privados os espaços comuns do povo e, principalmente, os das comunidades tradicionais que vivem no entorno da natureza e das águas” (PACHECO, 2013, p. 98), servindo de empecilho para o

¹A noção de comunidades tradicionais de pescadores designa as unidades sociais que organizam e centralizam seus modos de existência em torno da pesca realizada em diversos ambientes pesqueiros com base em variados recursos ictiológicos sobre os quais desenvolvem saberes e práticas sociais e culturais, além de técnicas específicas de captura e beneficiamento. O mundo do trabalho também tem suporte em práticas agrícolas, contudo a pesca e a identidade social de pescador são destacadas e reconhecidas pelo próprio grupo.

desenvolvimento dessas comunidades.

As comunidades pesqueiras tradicionais detêm um saber acerca dos recursos aquáticos, pois fundamentam suas atividades no vasto conhecimento empírico, adquirido e acumulado através de várias gerações. Entre as atividades praticadas, a pesca é uma das principais, fornecendo alimento e renda familiar, além de fazer parte do modo de vida e da cultura local e regional. Nesta atividade, a intuição, a percepção e a vivência são parte do saber tradicional e consolida um repertório de práticas da pesca ancoradas na necessidade de preservar, produzir e trocar conhecimentos.

Saberes e práticas adquiridos e inventados pelos pescadores tradicionais são essenciais para dar continuidade à existência, reprodução material e social dessas comunidades fundamentadas em relações estreitas com a natureza. Os saberes tradicionais no entorno da atividade pesqueira requerem a compreensão das relações que se estabelecem entre as comunidades de pescadores e o território pesqueiro, configurado por lugares que expressam suas relações simbólicas e materiais, além de estabelecerem relações de reciprocidade dos pescadores entre si e com os ecossistemas em que vivem.

1.1. Construção do objeto de pesquisa

Foi perto da água... que melhor compreendi ser o devaneio um universo em emanção, um alento odorante que se evola das coisas pela mediação de um sonhador (Bachelard, 2000, p. 8).

A construção de um objeto de pesquisa não é realizada de maneira repentina e espontânea, ela se constitui ao longo de um período, a partir de relações e reflexões tecidas durante a pesquisa. O objetivo deste item é fornecer ao leitor a compreensão de como se deu a construção do objeto de pesquisa, perante as mudanças, como também às fragilidades e decisões marcantes para os avanços da pesquisa.

Bourdieu, em sua obra *O poder Simbólico*, descreve a construção do objeto como algo confuso, em seu estágio inicial, algo que não é descrito no decorrer dos trabalhos, pois o que importa no meio acadêmico são os resultados, contudo o autor apresenta o que é esse estágio inicial da pesquisa e, de forma pedagógica, frisa: “Terão ocasião de ver no estado que se chama nascente, quer dizer, em estado confuso, embrionário, trabalhos, que habitualmente, vocês encontram em forma acabada”. Bourdieu (1989 p. 19) destaca assim que:

[...] a construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por, o que se chama de ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas (BOURDIEU, 1989, p.26- 27).

Na escolha do objeto de pesquisa convergem experiências, vivências, posicionamentos que não estão comprometidos unicamente com objetivos da ciência e nela se encontram até motivações pessoais que são dificilmente racionalizadas e justificadas.

O objeto desta pesquisa constitui-se a partir da minha relação com o mar. Foi durante a infância que conheci o mar, o tinha como vizinho no fundo de casa. A sua imensidão sempre foi um motivo de admiração, suas águas, às vezes calmas ou turbulentas, eram para lembrar que ele deve ser respeitado. O mar não é só um lugar recreativo, é um refúgio que acalma a alma. Estar próxima e senti-lo faz a infância voltar e nos saber tão pequenos que somos diante de sua imensidão. Antônio Diegues já dizia, “para uma criança que convive com o mar, este não é somente objeto dos contos, mas de uma vivência profunda, de um contato imediato, que produz e remete a sentimentos e imagens primordiais” (DIEGUES, 1998, p.33). Essas vivências são revividas por mim a cada reencontro com o mar e os povos de pescadores.

A ilha de São Luís é caracterizada pela atividade pesqueira e não podia ser diferente devido ao domínio hidrográfico. A prática da pesca é presente no cotidiano da população, de tal forma que ao dar uma volta pela região do Centro Histórico é possível avistar um pescador tecendo sua rede na praça. Mais perto, ao passarmos pela Beira Mar², avistamos vários pescadores no final do dia, no chamado “Portinho” com suas linhas de mão na tentativa de fisgar um peixe. Observam-se ainda os barcos e canoas na baía de São Marcos, no estuário e nos rios. Com frequência, estão os pescadores próximos ao manguezal catando caranguejos.

A hidrografia da ilha de São Luís é formada por vários rios, dentre eles destacam-se os rios Anil³ e Bacanga. Tal destaque se deve ao volume de suas vazões e dimensão de suas áreas em relação às demais, o que conseqüentemente, ocasiona uma maior troca de matéria e energia com o meio. São esses os “ambientes” de pesca e dos territórios da pesca, onde esta

² A denominada Beira Mar, antiga avenida Jaime Tavares, de grande importância histórica para ilha de São Luís, onde se localizava o principal porto da cidade e alguns monumentos históricos.

³ O Anil e Bacanga são os maiores rios de São Luís, tendo o rio Bacanga uma extensão de 233,84 Km e o rio Anil, 12,63 Km, ambos fluem para a baía de São Marcos, constituindo o estuário coberto de mangue.

atividade é realizada de maneira tradicional, com o uso de instrumentos em sua grande maioria produzidos pelos próprios pescadores, o que representa um saber e um saber fazer, desenvolvidos com vasto conhecimento do local.

As memórias da infância fizeram aumentar minha paixão pelo mar e pela ciência, o que fez com que me tornasse oceanógrafa. Foi durante os estudos de graduação, realizando trabalhos no Laboratório de Hidrobiologia (LABOHIDRO) sobre “Mapeamento pesqueiro” e nas sucessivas idas a campo que conheci a expertise do pescador local na produção. Ele é um detentor de um saber acumulado dos “ciclos naturais” como a reprodução e migração da fauna, a influência da lua sobre o mar; a pesca e os sistemas de manejo. Esse saber não é adquirido nos livros, mas é parte de uma herança dos antepassados, fazendo com que o pescador recorde e selecione informações; de forma dinâmica, eles inventam novos procedimentos em ambientes que não são constituídos apenas da fauna e flora, mas por pessoas que mantêm relações estreitas entre si, constituindo as comunidades de pescadores nesses espaços.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) tive a oportunidade de estudar essas comunidades em um campo, ainda pouco explorado durante a graduação. A princípio, me propus estudar comunidades tradicionais ribeirinhas no estuário do rio Anil, porém devido algumas dificuldades de acesso optei por mudar o local de estudo.

Ressalto que a Oceanografia se constitui como área interdisciplinar, que envolve a biologia, geologia, química, física e mais recentemente tem sido introduzida a abordagem humana também conhecida como Oceanografia Social. Esse novo campo que surge tem como objetivo compreender a interação entre as populações e o ecossistema marinho, estuarino e/ou costeiro.

Observo ainda que conheci poucos trabalhos de pesquisa em diálogo com as ciências sociais. Durante minha graduação, a disciplina que chegou mais perto desse diálogo foi a Etnobotânica, disciplina voltada para o estudo da relação entre as comunidades tradicionais e os recursos vegetais. Contudo, em 2012, com a publicação do livro *Águas da Coréia: uma viagem ao centro do mundo numa perspectiva etnoceanográfica*, resultado da dissertação de mestrado do oceanógrafo Gustavo Mourão, o assunto vem sendo debatido com mais frequência em eventos acadêmicos e despertado o interesse de oceanógrafos.

Novos interesses e problemáticas de pesquisa se constituem na área com a distinção da Oceanografia Social, da Oceanografia Humana, tal como nomeada no México; da Oceanografia socioambiental e de Etnoceanografia. A oceanografia socioambiental é mais

desenvolvida nos Estados Unidos e possui uma visão preservacionista e pós-colonial. No Brasil são identificados como trabalhos nessa linha os realizados pelo sociólogo Antônio Carlos Diégues, vinculados com movimentos sociais. Aparentemente, são designações e espaços discursivos marcados por debates relevantes, mas que não temos a intenção de aprofundar neste trabalho.

Na medida em que realizavam as disciplinas do PPGCSPA enfrentei dificuldades em produzir rupturas com o saber especializado e bastante ambientalista vivenciado na oceanografia clássica para focalizar estudos voltados para os povos e comunidades tradicionais que desenvolvem modos de vida, práticas e saberes nesses ambientes.

No decorrer dessa jornada aprendi a compartilhar meu conhecimento anterior e a formular novas questões que me possibilitaram uma produção científica mais analítica e reflexiva. Com essa nova orientação, tenho em mente o que ensina Gaston Bachelard, quando escreve: “o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que é, no próprio espírito, obstáculo a espiritualização” (BACHELARD, 1996, p. 17). Todavia, ultrapassar as dificuldades que nos são apresentadas constitui o principal ato de evolução no conhecimento.

Em princípio, não estou criticando o estudo da Oceanografia, ou negando a importância desse campo para a minha formação como profissional e ser humano, pois é de grande valia. O que afirmo é que durante o curso de mestrado e motivada pelas disciplinas e os encontros com os professores estive atenta a esta nova possibilidade de interação com a Oceanografia Social.

A primeira referência bibliográfica indicada pelos professores do PPGCSPA para canalizar minha nova busca de conhecimentos sobre a pesca foi o livro de autoria de Raimundo Lopes⁴, que apresenta uma descrição densa dos instrumentos e técnicas de pesca. Como alternativas de trabalho de campo tive a recomendação de estudar a região de Penalva onde se desenvolve a pesca lacustre, comparada com a região de lagos (Jenipapo e Arari) no arquipélago de Marajó⁵. Entretanto, essa possibilidade de trabalho foi considerada inviável

⁴ Raimundo Lopes, maranhense, nasceu em Viana, no 28 de setembro de 1894 e tornou-se Bacharel em Letras. cursou o primeiro ano da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e fez até o quarto de Direito, mas decidiu dedicar-se à pesquisa, de modo geral à Etnografia, à Etnologia, à Arqueologia, à História e à Sociologia. A título de ilustração, entre seus inúmeros trabalhos escritos, poderiam ser citados: *Os Fortes Coloniais de São Luís, As Regiões Brasileiras, Entre a Amazônia e o Sertão, O Homem em Face da Natureza, Ensaio Etnológico sobre o Povo Brasileiro, Pesquisa Etnológica sobre a Pesca Brasileira no Maranhão e Antropogeografia*, considerado um verdadeiro compêndio de ciência. O produto da pesquisa etnográfica que realizou na Baixada Maranhense entre 1922-1926 integra o ensaio intitulado: Pesquisa Etnográfica sobre a pesca brasileira no Maranhão, publicado inicialmente na revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 02, Rio de Janeiro, 1936.

⁵ Relativo a esta região, tive como referência o trabalho de pesquisa publicado com o título: *Palafitas do*

pelo tempo, pelo custo e até pela dificuldade de empreender um estudo comparativo, em sentido restrito.

Por iniciativa própria, em julho de 2016, busquei outra alternativa de pesquisa na Ilha de São Luís. Nas reuniões de orientação e troca de correios eletrônicos com minha orientadora, indiquei minha decisão de estudar os pescadores do Cajueiro, local que já havia visitado algumas vezes, porém não conhecia as inúmeras situações sociais de conflito enfrentadas pela comunidade. Iniciei meu estudo sobre os pescadores do Cajueiro a partir da leitura do TCC do sociólogo Bartolomeu Mendonça⁶, que realizou uma das primeiras pesquisas na comunidade, sugerindo a existência de um território étnico⁷ na região, pois há uma relação recíproca entre Cajueiro e outros povoados de pescadores localizados na parte sudoeste de Ilha de São Luís (MENDONÇA, 2006).

Todavia foi a leitura inicial de Raimundo Lopes que mais contribuiu para minha compreensão da pesca no Cajueiro, em especial, no plano descritivo de instrumentos e técnicas. Complementei esse conhecimento registrando a pesca de povos e comunidades tradicionais, tal como foi apresentada na Exposição “Saberes Tradicionais e Etnografia”⁸, aberta ao público na Casa do Maranhão, na qual os pescadores expuseram seus instrumentos e descreveram diversas técnicas, saberes e materiais usados na prática da pesca.

Assim, com base na leitura de Lopes e no conteúdo desse evento – a saber, um livro e uma exposição – aproximo-me dos novos conhecimentos sobre a pesca, o que representa uma nova fase de construção do objeto de pesquisa, pois aproximei-me de outras situações sociais e realidades específicas em especial sobre os conflitos pelos recursos e pelo território pesqueiro que abrangem: Bacanga, Cajueiro, Boqueirão, Anil, Camboa dos Frades e Taim. Tais conflitos, manifestam-se no propósito político de permanência e no trabalho na pesca e, por longo tempo, ainda, a tentativa de frear a expropriação e perda dos territórios de trabalho,

Jenipapo na ilha de Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e o conflito, de autoria do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida e da historiadora Márcia Anita Sprandel (2006). O texto consiste em um estudo etnográfico realizado entre pequenos criadores e pescadores artesanais sobre a formação do povoado de Jenipapo, próximo do lago do Arari, ilha de Marajó.

⁶ O TCC de Bartolomeu Mendonça tem por título: *Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço*. A pesquisa de Mendonça foi realizada ente 2004 a 2006.

⁷ Almeida (2006, p. 154), em seus estudos sobre os Quilombos de Alcântara/MA, apresenta extensa argumentação de como diversas comunidades, mesmo mantendo suas singularidades, constituem um território étnico, vivem de modo interdependente e formam uma “unidade territorial”. Fenômeno semelhante pode-se observar no caso do mosaico de comunidades da zona rural II, de São Luís/MA.

⁸ A Exposição “Saberes Tradicionais e Etnografia” estava inserida no Projeto Centro de Ciências e Saberes: experiência de criação de Museus Vivos na afirmação de saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais (MCTI/CNPq/SECIS. Financiado pelo CNPq. É constituído por uma rede de associações de base comunitária de pesquisadores e de instituições científicas, que visa fortalecer o patrimônio cultural de povos e comunidades tradicionais na Amazônia, através de uma relação dinâmica entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais. Nessa Exposição foram apresentadas peças escolhidas e catalogadas pelos próprios agentes para representar seus saberes e fazeres.

que possuem relevância simbólica, religiosa e cultural.

Na definição dos rumos do trabalho tenho em mente os conhecimentos tradicionais dos pescadores que fomentam diálogos com o conhecimento científico. Dessa forma, é produzida a interseção dos saberes tradicionais, da teoria e da prática, o que é incentivo básico para a discussão sobre as relações socioambientais, os conflitos da pesca e a existência e resistência dos pescadores.

As indagações preliminares que identifiquei são as seguintes: 1. Qual a situação da pesca nas comunidades impactadas por grandes empreendimentos? 2. Como o saber tradicional dos pescadores contribuiu para a existência coletiva da comunidade? 3. De que forma estão ocorrendo os conflitos em Cajueiro? 4. Quais os principais agentes causadores desses conflitos? 5. Quais ações estão sendo organizadas pelos pescadores como forma de resistência? Ao longo deste trabalho essas questões são apresentadas e discutidas.

1.2. Primeiros contatos no Cajueiro

Em de julho do ano 2012, tive o primeiro contato com a comunidade do Cajueiro quando estive lá para visitar um amigo. A primeira imagem que formei está carregada de pré-noções e a minha primeira impressão está a seguir, como página do meu caderno de campo:

Uma comunidade humilde que carece de atenção básica, possui apenas uma escola do ensino infantil, este é um problema, pois algumas crianças e adolescente têm que se deslocar para outros locais, para estudar. Além da dificuldade de acesso, pois possui apenas uma linha de ônibus. Não possui nenhum posto de saúde. Seu acesso se dá pelo distrito industrial de São Luís por uma estrada de piçarra com muitas curvas e vegetação por todos os lados, além de algumas casas, que ficam distantes umas das outras. Possui uma paisagem natural que envolve corpos d'água e uma floresta rica em palmeiras.

Naquele tempo eu estava à procura de um lugar tranquilo e próximo da natureza, o que fez com que minhas visitas fossem mais frequentes. A partir dessas visitas conheci alguns moradores, entre eles o Sr. Chico, morador há mais de 30 anos, que trabalha como pedreiro, caseiro e pescador.

Retornei ao Cajueiro, em julho de 2016, em outro plano, pois já tinha em mente realizar minha pesquisa para elaborar a dissertação de mestrado na comunidade. Nessa nova visita procurei pelo Sr. Chico. Ele era a minha principal referência no povoado, assim, realizei o contato por telefone e marquei uma visita.

Assim que cheguei, encontrei-o trabalhando no sítio onde é caseiro, começamos a

conversar e expliquei a ele sobre a minha pesquisa. Nesse início, o Sr. Chico alertou-me sobre os problemas enfrentados pela comunidade devido à possível implantação de um terminal portuário na praia de Parnaçu, pela empresa WPR– São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., subsidiária da empresa de engenharia e construção paulista WTorre⁹.

Sobre tal problema, a União dos Moradores da Proteção do Jesus do Cajueiro havia realizado várias denúncias diante o Ministério Público informando da violência praticada pela empresa que procedeu à derrubada de casas durante a noite enquanto os moradores não estavam. Também a prática de intimidação para que os moradores vendessem seus terrenos e casas. Nessas ações participavam jagunços¹⁰ que ficam próximos à praia, realizando ações de intimidação aos pescadores que ali se dirigiam para exercer atividades cotidianas¹¹

Essas situações sociais vivenciadas pelos pescadores e outros moradores interferiram no meu acesso enquanto pesquisadora ao grupo, pois eles têm receio de passar algumas informações, desconfiando que os que vêm de fora possam vir a mando da empresa. Disseram que já ocorreram casos de pessoas com essa intenção. Logo, tive certo receio em desenvolver a pesquisa, por ser uma área de tantos conflitos de poder, mesmo conhecendo o Sr. Chico, morador antigo. Eu sabia que ele não poderia me acompanhar nas visitas, pois trabalha diariamente no sítio, porém era quem poderia estabelecer minha relação com as famílias. Naquele momento percebi que aquele lugar, aparentemente tranquilo, enfrentava sérios conflitos e que minha pesquisa não poderia ser omissa em relação a tais fatos.

Apesar desses problemas, segundo o Sr. Chico, a pesca é praticada, por mais de 80% da comunidade, de forma direta ou indireta, pois existe, quem pratica e/ou comercializa. Contudo, nem todos os pescadores possuem instrumentos, o que constitui uma dificuldade na atividade pesqueira local, pois dependem dos instrumentos de outros pescadores. Para esse grupo, restam as alternativas de ser convidado, de conseguir emprestado ou alugar os

⁹ A empresa de engenharia e construção paulista WTorre foi criada em 1981 com atuação em diferentes áreas de construção, propriedades comerciais, desenvolvimento imobiliário, centros logísticos, entretenimento, shopping centers e infraestrutura. <http://www.wtorre.com.br/g>. Em notícia com o título Governo autoriza novo Terminal de Uso Privado no Maranhão é informado em 2016 que “O porto será construído na cidade de São Luís (MA), e o investimento previsto para a realização do empreendimento é da ordem de R\$ 780 milhões de reais. Quando estiver concluído, o TUP será operado pela WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais– do grupo WTorre. www.brasil.gov.br. Acesso em 19 de dezembro de 2017.

¹⁰ Os pescadores denominavam de jagunços os vigilantes da empresa Nelson Segurança/Leões Dourados, que atuavam de forma irregular, segundo identificado pela polícia federal. Contudo, em 2015, a empresa VIP Vigilância foi contratada pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais para atuar no Cajueiro com atitudes semelhantes à primeira, quer dizer reprimindo, ameaçando e provocando constrangimentos.

¹¹Ver ação anterior em [Andamento do Processo n. 0007591-38.2015.8.10.0000 - 21/08/2015 do TJMA](#) Processo Nº: 0007591-38.2015.8.10.0000 Protocolo Nº: 0407052015 Agravante: União dos Moradores da Proteção do Jesus do Cajueiro. Advogada: Ana Carolina Carvalho Dias. Agravado: WPR São Luís Gestão. Fonte: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/222232197/andamento-do-processo-n-0007591-382015810000-21-08-2015-do-tjma?ref=topic_feed.

instrumentos, em especial, canoa e rede. Por sua vez, depende das relações sociais com o dono do instrumento, como mencionou o Sr. Chico.

Pra eu ir pescar, só se alguém me convidar, porque não tenho rede nem canoa. Antigamente quando seu Bezerra era vivo, ia pescar com ele, mas depois que ele morreu as coisas dele ficam jogadas por ai, ninguém cuida. Oh época boa! Ele me levava, pra pescar e a gente ficava horas na prainha, nem olhava a tempo passar (SR. CHICO, 10/08/2016).

O pescador conhecido como Sr. Bezerra foi citado tanto pelo Sr. Chico, como por outro pescador, o Sr. Davi, nas conversas. Falecido em 2012, senhor Bezerra era o dono do sítio onde o Sr. Chico trabalha. Neste sítio, ainda podemos perceber a influência do pescador citado, com a presença de seis canoas (duas desmontadas) e algumas redes de pesca, além de muitas árvores e um igarapé, onde, durante o período chuvoso (janeiro a julho), aparecem alguns peixes e que acabam sendo capturados com a mão. Observamos que no terreno foram construídos dois açudes e um tanque de piscicultura e que atualmente se encontra em desuso. Sr. Chico lamenta o fato, pois o tanque serviria para a própria comunidade, gerando emprego e renda.

No dia dessa visita, Sr. Chico estava um pouco ocupado nas atividades do sítio e me indicou para conversar com o Sr. Davi, pescador com quase 50 anos de trabalho e que tem atuação forte na comunidade e que até final de junho de 2017, foi presidente da União dos Moradores da Proteção do Jesus do Cajueiro. Fomos à casa do Sr. Davi, mas a vizinha que estava vendendo camarão em frente sua casa avisou-me que ele havia ido pescar. Então, o Sr. Chico ficou de falar com ele e marcar um dia para minha visita.

Na volta para casa fiquei comparando aquela comunidade de hábitos diferentes. O silêncio predominava e o único barulho era do ônibus e de alguns poucos carros que passam por ali. Um local cercado pelo verde da natureza, por palmeiras de babaçu, coqueiros, juçareiras, além de outros tipos de árvores, que compõem aquela paisagem.

Quando retornei para casa insisti em obter informações sobre os conflitos enfrentados pela comunidade. Encontrei vários noticiários vinculados ao Cajueiro. Tratam-se de informações sobre a realização de audiências populares realizadas pelos moradores com a participação de políticos, pesquisadores e defensoria pública do Estado. Alguns seminários foram dedicados a discutir a situação de conflito. Outra informação apresentava a proposta para a criação da Resex de Tauá-Mirim¹², que engloba um povoado do território do Cajueiro.

¹² O debate sobre possibilidades de instalação dessa RESEX data de 1996, lembrando que a solicitação oficial para os órgãos gestores foi realizada em 2003 (ALVES, 2014). A área destinada À Reserva Extrativista RESEX de Tauá-Mirim é calculada em torno de 16.663,55 hectares com perímetro aproximado de 71,21 km (IBAMA,

Em maio de 2016, a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (SECTUR) realizou uma parceria com o Instituto Brasileiro dos Museus (IBRAM) e com a ONG NAVE (Instituto em prol da Natureza, Arte, Vida e Ecologia), realizando a 14^o Semana Nacional de Museus na comunidade do Cajueiro, quando foram desenvolvidas algumas oficinas, entre elas a que foi realizada pelo Sr. Davi, ensinando os mais jovens a consertar redes de pesca. Percebo, assim, uma grande resistência do grupo em preservar seu modo de vida e seu território, e sinto-me cada vez mais empolgada com a pesquisa que parece confirmar a sua identidade de pescadores.

Após alguns dias, liguei para o Sr. Chico para saber o dia em que poderia visitar a comunidade. Uma semana depois, faço minha segunda visita ao Cajueiro como pesquisadora. Fui diretamente à casa do Sr. Davi, porém ao chegar lá, o vizinho me avisa que Sr. Davi estaria na associação dos moradores. Como fica próximo à casa, fui andando e, logo ao chegar, me deparei com algumas crianças participando do PETI¹³ e o Sr. Davi lavando a louça do lanche. Explico o porquê da minha estada ali e ele solicita que eu o aguarde um momento. De imediato, todos me olham desconfiados com a minha presença. Fiquei ali sentada aguardando até concluírem as atividades na associação.

Quando tudo terminou, fui convidada para ir à sua casa. A casa de Sr. Davi não é muito diferente da maioria das casas do Cajueiro. É uma moradia pequena, feita de barro, porém com um terreno grande, com muitas árvores, muitas delas frutíferas; no terreno, encontram-se as galinhas que são criadas soltas. A casa tem no fundo um jirau, onde tem um fogão de barro, algumas redes de pesca, alguns cofos, caixa de isopor, além de alguns instrumentos de trabalho na terra: pá, enxada e outros.

O Sr. Davi trouxe duas cadeiras de dentro de casa e levou para o jirau onde conversamos. Escutei muitas histórias do Cajueiro, sobre a abertura da estrada principal, sobre os nomes de alguns povoados que compõem o território, sobre o transporte que antes da estrada era realizado apenas pela baía de São Marcos. Em alguns momentos ele não permitiu a gravação, como o relato dos motivos que levaram a abertura da estrada, pois retratam o abuso de poder público e muita violência.

Outros momentos da conversa tratam sobre sua vinda de Alcântara ainda na sua infância, local desde quando deslocou toda a sua família. Outro tema são os ensinamentos

2007) e ficaria situada na porção sudoeste da Ilha do Maranhão, no município de São Luís, região estuarina abundante em manguezais. Dentro desta área estão os povoados do Cajueiro, Limoeiro, Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, parte da Vila Maranhão, Portinho, Embaubal, Jacamim, Ilha Pequena, Amapá e Tauá-Mirim. Essa configuração social e espacial permite pensar um território de pescadores.

¹³ PETI é um programa do Governo Federal que visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que frequentem a escola e atividades socioeducativas.

sobre a pesca que aprendeu com o pai.

Meu pai não me chamava para pescar, eu que ia de curioso, ficava olhando ele malhar a rede, quando ele ia pescar perguntava as coisas pra ele e aprendi assim. Hoje esses jovens não querem pescar, porque é trabalhoso, mas eu digo, plantar é pior, porque demora mais pra dar resultado, a pesca é só ir na prainha, se der sorte, vem com o cofô cheio, já tem o que comer (SR. DAVI, 17/08/2016).

Durante minha conversa, sou apresentada aos outros dois pescadores que estavam passando. Perguntei se eles poderiam conversar comigo sobre a atividade pesqueira. Porém, ambos estavam ocupados indo realizar algum trabalho que não lembro qual era; marcamos para a próxima visita.

Importante destacar que o Sr. Davi é um homem muito conhecido e respeitado no Cajueiro. E, em seguida a essa interrupção, perguntei sobre as atividades econômicas e ele citou a pesca como principal. Entretanto, comentou que faziam algumas plantações de feijão, mandioca, macaxeira e vinagreira. A extração de babaçu também é realizada, mas somente por mulheres. Além da criação de animais como porcos, galinhas e patos.

Em sua fala é descrito o modo tradicional da comunidade viver que não está associado apenas ao seu passado, mas a sua autoafirmação enquanto grupo culturalmente diferenciado. Para ele, “não existe lugar melhor de se viver” (SR. DAVI, 17/08/2016) Apesar dos problemas referentes ao desaparecimento de algumas espécies de peixe (peixe-pedra, pescada, uritinga, siri entre outras), devido à construção dos portos do Itaqui, Madeira e da Alumar, que ficam próximos ao Cajueiro, o que afetou o território pesqueiro e o modo de vida da comunidade. A praia do Cajueiro sofreu alteração na sua configuração e\ou forma. Antes da construção dessas obras havia uma larga extensão de areia, explicou o Sr. Davi. Com o Porto do Itaqui, a dragagem transformou a extensão de areia em lama.

Diante dessa situação encontra-se a praia do Cajueiro sujeita a ser extinta, pois segundo alguns pescadores há um projeto de expansão do porto do Itaqui e a construção do terminal portuário pela empresa WPR na praia de Parnuaçu que destruirá totalmente a faixa de praia para aumentar o canal através do qual os grandes navios nacionais e internacionais poderão transitar e, assim sendo, o porto aumentará sua capacidade de carga.

A observação do pescador é que essa zona de pesca foi interferida com a construção dos portos, o que ocasionou a diminuição da pesca, aumentando a contaminação pela quantidade de resíduos de combustíveis das embarcações, além da presença de espécies exóticas (siri *Charybdis hellerii*, camarão *Macrobrachium rosenbergii*) invasoras que são

introduzidas no litoral maranhense devido à água de lastro¹⁴ que é despejada na baía de São Marcos pelos navios que ali circulam:

Tem esse camarão aqui (Figura 01), começou a aparecer em 2014, de uns tempos pra cá tem ficado difícil demais o camarão, mas pegava se fosse catar, dava pra pegar mais de 20kg (SR. ALINDO, 22/07/2017).

... Já faz um tempo que tem aparecido na praia do Cajueiro outro tipo de camarão, tem caranguejo e siri também, que a gente nunca tinha visto. Tem um camarão com a casca dura, ele é branco e preto, tem uma carne rígida e é muito grande, no início eu até pegava, mas agora, não pego mais ele, não tem um gosto bom, ele é “estranho”. Esse camarão veio no lastro do navio, não sei de onde, mas sei que ele não é daqui. Ninguém aqui gosta dele, porque não serve para vender e nem pra comer. (SR. DAVI, 17/08/2016).

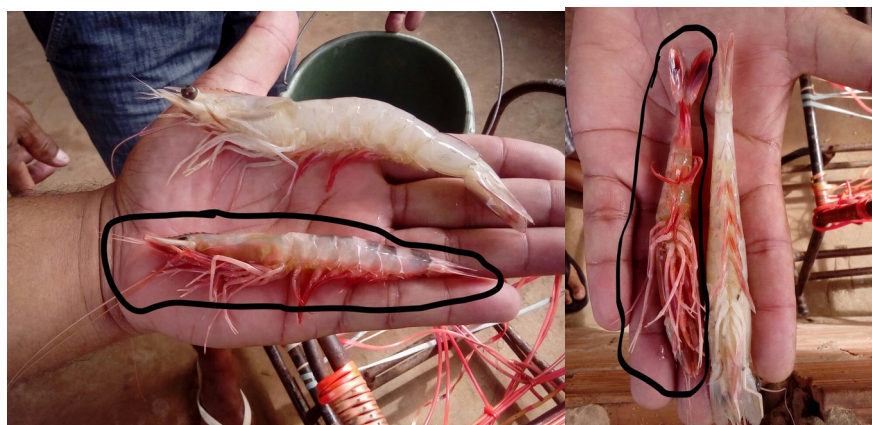


Figura 01: Duas espécies de camarão, a destacada é a *Macrobrachium rosenbergii*, e a outra é nativa do litoral maranhense, conhecida como piticaia, encontrada pelo Sr. Arlindo próximo à praia do Cajueiro. Fonte: Acervo pessoal.

Esses fatores estão fazendo com que os pescadores se desloquem à procura de ambiente mais produtivos, localizados em uma maior distância:

Às vezes, eu pesco aqui mesmo na prainha, mas tem vez que eu vou com meu irmão para a ilha do Medo e do Caranguejo, que tem mais peixes e esses não correm o risco de tá contaminado (SR. DAVI, 17/08/2016).

¹⁴ A água de lastro serve para contrabalançar o peso de navios nacionais e internacionais quando estes não se encontraram carregados. Contudo, segundo levantamentos do departamento de Oceanografia e Limnologia (DEOLI/UFMA), tem gerado impactos em todo litoral maranhense, pois ao despejarem a água de lastro na baía de São Marcos para colocar sua carga, despejam também espécies exóticas, entre crustáceos, moluscos, poríferos, briozoários, anelídeos, hidrozoários e ascídias, que acabam competindo com as espécies locais, prejudicando milhares de famílias de pescadores. A exemplo disso, citamos o *M. rosenbergii*, também conhecido como camarão da Malásia, que tem origem nos mares do sudeste da Ásia e da Oceania. Ele chega a atingir até 15 cm de comprimento, mas, não tem valor comercial, além de ser predador da espécie local. Esse camarão está sendo encontrado com frequência pelos pescadores do Cajueiro.

Assim, termino esse primeiro momento, sabendo que tenho as portas abertas para as próximas visitas, que seriam o mais breve possível. Muitas foram e são as dificuldades enfrentadas por essa comunidade, que já perdeu importantes partes de seu território, com a implantação desses grandes empreendimentos, além da instalação de algumas empresas aos seus arredores, mas ela não desiste fácil e enfrenta uma luta constante em defesa do seu território, como Sr. Davi afirma: *O Cajueiro resiste*.

De início, o trabalho trataria apenas do conflito envolvendo o território do Cajueiro, contudo, à medida que a pesquisa foi avançando, identifiquei várias reportagens, denúncias e trabalhos acadêmicos que tratavam de outras áreas de conflitos pesqueiros na ilha de São Luís. Após esse levantamento de dados, verifiquei cinco áreas que vivenciaram e/ou vivenciam conflitos em seu território pesqueiro semelhantes aos conflitos do Cajueiro: Fé em Deus, Bacanga, Taim, praia do Boqueirão e Camboa dos Frades.

Quanto aos procedimentos de pesquisa para a coleta de informações, dei continuidade consultando a bibliografia específica, as fontes secundárias e os *websites*, o que possibilitou identificar alguns autores (SANT'ANA JÚNIOR, PEREIRA, PEREIRA & ALVES, 2009; SANT'ANA JÚNIOR & ALVES, 2013; MORAES, SANTOS & LIMA, 2014; MOREIRA, 2015; CASTRO & RIBEIRO, 2016) que realizaram pesquisa na área. Além disso, utilizei notícias de jornais impressos e eletrônicos (*Jornal Pequeno*, *Jornal O Imparcial*, *Jornal 180 graus*) que denunciavam os abusos cometidos contra os pescadores; pesquisas científicas, escritas durante o período do conflito ou que os acompanham há mais tempo e sites oficiais (Câmara municipal de São Luís e Assembleia legislativa do Maranhão) também estão entre as fontes de pesquisa.

Também utilizamos algumas técnicas para o estudo da realidade social, as quais serviram de mediação para a prática da pesquisa: caderno de campo, entrevistas, observação direta, conversas informais e mapas produzidos. A pesquisa de campo se estendeu à Biblioteca Pública Benedito Leite e ao Arquivo Público do Estado do Maranhão. As visitas *in locus* permitiram uma melhor compreensão das práticas sociais dos pescadores para além das atividades econômicas, possibilitado uma reflexão sobre o seu mundo social.

A presente pesquisa refere-se à coleta de informações, que compreendeu principalmente, a realização de entrevistas, conversas informais, participação em audiência pública, reuniões na União dos Moradores da Proteção do Jesus do Cajueiro e participação em eventos que discutiram ações dos grandes empreendimentos na ilha de São Luís. Destaco um primeiro grupo de entrevistas realizadas precisamente em alguns bairros da ilha do Cajueiro e da cidade de São Luís: Fé em Deus, que fica às margens do rio Anil, foram

realizadas 2 (duas) entrevistas acompanhada de questionário; no Bacanga foram entrevistados 3 (três) pescadores. Em Boqueirão foi realizada 1 (uma) entrevista e 1 (uma) conversa informal; na Camboa dos Frades foram realizadas 2 (duas) entrevistas. Também entrevistei 1 (uma) pessoas e duas conversas informais no povoado Taim.

Todos os entrevistados eram pescadores e pescadoras. Dentre as áreas visitadas, apenas duas ficam bem próximas ao centro urbano de São Luís, Bacanga e ao bairro Fé em Deus. No bairro Fé em Deus, entrevistamos o presidente do Sindicato dos Pescadores Artesanais de São Luís, o Sr. Paulo, que nos orientou sobre diversos problemas referentes à pesca no Estado do Maranhão e vivenciou os problemas ocasionados pela empresa Merck. Além de mostrar a poluição no rio Anil, o que há muito tempo vem afetando a produção pesqueira local.

O protesto que ocorreu em 2016, na barragem do Bacanga, envolveu a denúncia de uma grande mortandade de peixes e fez com que fosse investigado tal conflito. Durante visita à barragem, encontrei vários pescadores reclamando dos problemas gerados pela poluição da laguna. Apesar do trabalho de recuperação da barragem ter voltado, tem sido recorrente a paralisação nas obras, o que acaba revoltando os pescadores.

Já as três últimas comunidades visitadas encontram-se próximas ao Cajueiro. Durante visita à praia do Boqueirão, encontramos uma área pouco habitada, devido às várias tentativas de retirada da empresa Vale. Na Camboa dos Frades, por se encontrar mais isolada do que as outras, demorei mais a visitar e encontrei até dificuldade em conversar com os moradores, que já estão desanimados com a falta de solução para os seus problemas. Ressalto que esta localidade possui poucas famílias. O povoado do Taim é um dos mais organizados e envolvido na luta do Cajueiro. Foi durante as reuniões na União dos Moradores do Cajueiro que conheci alguns moradores do Taim, como a Rosana, que faz parte do Conselho gestor da RESEX de Tauá Mirim. Aponto que as entrevistas que fornecem a principal empiria deste estudo foram realizadas no Cajueiro com 7 (sete) entrevistados.

Assinalo, desde o início deste trabalho acadêmico, o interesse pelas práticas e saberes de pesca, estabelecendo elos entre o estudo de Raimundo Lopes e os instrumentos e registros etnográficos que constaram da Exposição “Saberes Tradicionais e Etnografia”, do “Projeto Centro de Ciência e Saberes: experiência de criação de Museus Vivos na afirmação de saberes e fazeres representativos dos Povos e Comunidades Tradicionais”. Essa orientação conduz parte do trabalho de campo e da construção de capítulo específico no qual, a partir das conversações com os pescadores, tive possibilidades de ter conhecimento dos seus instrumentos de pesca. Para realizar esse levantamento utilizei das entrevistas e do registro

fotográfico e são essas imagens as que situo em diálogo com o trabalho etnográfico de Raimundo Lopes, estabelecendo uma relação de tempo e espaço nos quais os apetrechos de pesca e o trabalho do pescador são analisados.

Além da câmera, utilizamos também gravador durante as entrevistas, audiências e reuniões. O registro fotográfico e as gravações ajudaram na pesquisa de campo, no fazer descritivo *a posteriori*. Apesar das imagens também associarem-se às belezas naturais, busco o domínio do empírico tão complexo e difícil na prática de campo, auxiliando no rigor, confirmação e sequência do trabalho de campo, permitindo-nos posteriormente sistematizar um corpus empírico sobre a pesca na ilha de São Luís.

A participação nas reuniões e na audiência pública ajudaram a compreender e relacionar esses conflitos, que estão interligados, pois envolvem grandes empreendimentos que geram problemas socioambientais e afetam as comunidades locais. Esses eventos têm contribuído na organização e participação de todos na construção da resistência local.

No Estado do Maranhão constata-se que os pescadores tradicionais realizam formas de ocupação tradicional de territórios pesqueiros que se encontram inseridos em espaços visados pelo setor industrial para implantar empreendimentos portuários, porém esses espaços são locais de fundamental importância para reprodução física e social das comunidades tradicionais de pescadores que, na maioria das vezes, além de servir como moradia, constituem locais de trabalho e de diversas práticas socioculturais. Tais espaços caracterizam-se como território pesqueiro, devido às condições física, material, imaterial e cultural, que esse grupo atribui ao meio em que vive.

Diegues (2006) sublinha que a noção de território é uma das mais importantes características que marcam esses grupos tradicionais. Segundo ele: “O território pesqueiro, ocupado durante gerações, não é definido somente por sua extensão ou pelos recursos naturais existentes nele, mas também pelos símbolos que representam essa ocupação ao longo do tempo” (DIEGUES, 2006, p. 206).

Os territórios são fundamentais para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado, para que as futuras gerações continuem no exercício da pesca e ocorra a transmissão de seus conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, os astros e os diversos pescados. Enfim, para que os conhecimentos tradicionais dos pescadores e pescadoras sejam preservados.

Acontece que este território está em disputa. Se, para os pescadores o território pesqueiro vai além de um espaço de sustentabilidade da família, da comunidade e dos estoques pesqueiros, resulta em diversas relações que são estabelecidas entre os sujeitos e

esse território, estabelecendo não só uma identidade social, mas, sobretudo uma identidade que se afirma pela ocupação territorial. Os grandes empreendimentos, por sua vez, veem o mesmo como espaço de lucro e exploração, resultando em agressões ao meio ambiente e na alteração do modo de vida das comunidades. Essa manifestação é pautada numa visão de que estas comunidades são atrasadas, suas técnicas rudimentares, improdutivas e contrárias ao desenvolvimento. Tais regiões são consideradas “espaços vazios”, que têm sido tomado pelos grandes empreendimentos industriais, grileiros de terras, turismo empresarial entre outros.

Dessa forma, as comunidades tradicionais pesqueiras encontram-se hoje ameaçadas pelo “desenvolvimento” que privilegia empreendimentos industriais na política. Desta maneira, conferem-se processos de expulsão dos pescadores de seus territórios tradicionais para dar lugar à construção de hotéis de luxo, condomínios para classe média, estaleiros, portos, hidrelétricas e outros grandes empreendimentos econômicos financiados com recursos públicos.

As comunidades pesqueiras produzem relações sociais entre si e com os lugares – casa e trabalho, proporcionando aos pescadores um corpo de conhecimentos profundos acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem. Além de constituírem ao longo do tempo uma vivência com estrutura econômica e temporal, até certo ponto, distante da lógica capitalista.

Por viverem próximos da natureza, estabeleceram ao longo dos séculos um *ethos* (BOURDIEU, 1989) carregado de regras e práticas sociais de respeito ao ciclo vital dos recursos pesqueiros. E essas comunidades tendem a resistir às mudanças quando são pressionadas pelos processos ditos “desenvolvimentistas”.

Nessa linha, situo abordagens sobre os conflitos sociais e transformações que ao longo do tempo têm produzido alterações nas condições de vida e de trabalho dos pescadores suscitando dificuldades crescentes para a manutenção dessa atividade e de seu saber acumulado. Os autores Knox e Trigueiro (2015) citam alguns exemplos dessas alterações que os pescadores vêm sofrendo:

... tanto a moradia na faixa à beira-mar quanto o local de trabalho no mar e no oceano Atlântico têm sofrido um adensamento populacional e ocupacional. No caso da moradia, percebe-se um fenômeno global – presente em todos os continentes – de ocupação da faixa litorânea por meio do primeiro ou segundo domicílio de residentes, de veranistas ou até de especuladores imobiliários. A ocupação pela indústria do turismo e pela instalação de outros tipos de indústrias também é de significativa importância nesse contexto (KNOX E TRIGUEIRO, 2015, p. 22).

Os empreendimentos ditos desenvolvimentistas têm gerado sérios conflitos na ilha de São Luís entre as comunidades de pescadores e os empreendimentos portuários, imobiliários, industriais, atuação repressiva do IBAMA e governo municipal e estadual, ocasionando as denúncias dos pescadores. Entre as denúncias mais frequentes destacamos a inserção de espécies invasoras; a escassez do pescado, necessitando esperar mais tempo para pegar os peixes; a poluição de nossos mananciais, por resíduos industriais; o deslocamento compulsório de comunidades de pescadores; violação de direitos a pesca, muitos são proibidos de pescar em determinadas áreas próximo ao porto.

Dessa maneira, as transformações ambientais e sociais causadas pelos grandes empreendimentos são capazes de alcançar grandes magnitudes e, por isso, podem colocar em risco os atributos básicos dos ecossistemas. Assim, as situações de conflito sociais e ambientais referentes aos empreendimentos amalgamaram-se ao panorama de embates socioambientais, uma vez que a atividade da pesca artesanal se encontra intrinsecamente ligada às características ambientais dos estuários, lagos, rios e mares, os quais dependem, quase exclusivamente, dos recursos naturais lá existentes, consolidando a importância deste ecossistema como forte elemento sociocultural dessas comunidades.

Recentemente, as disputas de interesses, individuais e coletivos, envolvendo a relação entre natureza e sociedade instituem as arenas dos chamados conflitos socioambientais, a propósito dos quais se abrem diferentes perspectivas teórico-metodológicas. A noção é domínio de diversos campos de conhecimento. De um lado, está a Ecologia Política como um campo de pensamento crítico e da ação política, como indica Enrique Leff¹⁵, marcando diferenças com a Economia Ecológica. A premissa desses estudos é o conflito distributivo, pois de acordo o autor: “O conflito distributivo introduz na economia política do ambiente as condições ecológicas de sobrevivência e produção sustentável, assim como o conflito social que emerge das formas dominantes de apropriação da natureza e a contaminação ambiental” (LEFF; 2006a, p. 302).

A projeção política dessas questões conduz outros autores para refletir sobre a justiça ambiental, insistindo que os conflitos socioambientais são decorrentes de situações de injustiça ambiental. entendem que justiça ambiental e injustiça ambiental são complementares. A primeira refere-se à luta e à busca por justiça e a segunda, às condições de

¹⁵ Enrique Leff escreve que: “La ecología política construye su campo de estudio y de acción en el encuentro y a contracorriente de diversas disciplinas, pensamientos, ética, comportamientos y movimientos sociales. Allí colidan, confluyen y se confunden las ramificaciones ambientales y ecológicas de nuevas disciplinas: la economía ecológica, el derecho ambiental, la sociología política, la antropología de las relaciones cultura-naturaleza, la ética política” (LEFF, 2006b, p. 22).

existência que vêm sendo impostas há décadas a grupos sociais na desigual sociedade brasileira:

Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania. (ACSELRAD, HERCULANO E PÁDUA, 2004, p. 10)

No campo da análise da ação política dos agentes sociais, de acordo com Leff estes passam a constituir:

uma nova história de resistências anticolonialistas e antiimperialistas, de onde nascem novas identidades culturais em torno da defesa de uma natureza cultural significada, desdobrando estratégias inovadoras de “aproveitamento sustentável dos recursos” dentre as quais são exemplares o movimento social que levou à invenção da identidade do seringueiro e de suas reservas extrativista na Amazônia brasileira, assim como no processo das comunidades negras do Pacífico da Colômbia (LEFF, 2006a, p. 307).

Na antropologia é produzido o debate sobre os conflitos socioambientais e insiste-se nos enfrentamentos, embates, agentes envolvidos, desproporcionalidade de poder, discursos e questões que têm emergido. Paul Little (2001) define conflitos socioambientais como embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de relacionamento com os recursos naturais, isto é, com seus respectivos meios social e natural. Portanto, levando em consideração a existência de muitos tipos de conflitos sociais, podemos classificar um conflito determinado como socioambiental quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico.

José Sérgio Leite Lopes emprega o termo “ambientalização”, que afirma constituir-se em um “neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos” Lopes (2006) caracterizando a interiorização das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente. Entende, que se trata do surgimento de uma nova questão pública: a preservação do meio ambiente, em que, a incorporação e a naturalização dessa nova questão pública do “meio ambiente” poderiam ser notadas, a partir das transformações na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial. Nas suas palavras:

conflitos socioambientais locais promovem uma interiorização dos direitos e dos argumentos ambientais, pressionando por leis e controles estatais e ao mesmo tempo sendo alimentados por tais instrumentos estatais; por outro lado, a ambientalização como processo de interiorização de comportamento e práticas se dá através da promoção da “educação ambiental”, uma atividade explicitamente escolar ou paraescolar, mas também comportando formas de difusão por meios de comunicação de massa (LOPES, 2004, p. 27).

Lopes entende que o ambientalismo teria duas possibilidades, a primeira de proporcionar formas de controle do capitalismo e a segunda pode representar uma forma de suas transformações possíveis. Atrevo-me a indicar que a primeira possibilidade parece delinear-se de maneira precária devido à fragilização dos dispositivos ambientais, com a flexibilização do licenciamento ambiental e a impunidade diante de crimes ambientais.

Na linha das questões teóricas da pesquisa dialogo, de forma preliminar, com quatro abordagens e concepções sobre o pescador. A primeira, elaborada por Maldonado, que entende a pesca como uma atividade e uma profissão, descrevendo o pescador dentro de um esquema de divisão social do trabalho, ao qual correspondem formas de diferenciação interna, de organização do trabalho e de domínio tecnológico, que a autora classifica como de “simplicidade tecnológica”; adotando uma tipologia de pescador.

A segunda foi formulada pela antropóloga Lourdes Furtado que enfatiza a pesca como atividade polivalente; distingue as águas como territórios de pesca e o território de cultivos. A autora também realiza registros sobre os conflitos nesse território. Já Diégues enfatiza os domínios intelectual e físico do pescador, seus saberes, crenças e conhecimentos; destaca as relações dos pescadores com os ambientes.

Na terceira abordagem, situo Raimundo Lopes, que aborda as técnicas e instrumentos de pesca, numa perspectiva comparativa a grupos de outras regiões; apresenta uma organização social que experimenta alterações em determinadas épocas do ano e que sofrem influência da natureza (período da salga).

Na quarta examino as contribuições de Knox e Trigueiro a propósito das mudanças nos locais de trabalho e as situações de crises e conflito socioambiental que têm surgido nas regiões litorâneas, sendo cada vez mais cobiçadas por grandes empreendimentos, o que acaba originando os conflitos socioambientais, tratados no capítulo a seguir.

Algumas questões não estão resolvidas em vários dos autores consultados sobre a categoria pescador artesanal, sendo usada em sua maioria por oposição ao pescador industrial ou mesmo, serem categorizados pelo uso de “técnicas rudimentares”, passando a ideia de

atraso tecnológico, o que não é correto, pois tanto os instrumentos como as técnicas de pesca têm suprido as necessidades desse grupo. Parece-me que a noção de pescador artesanal é uma classificação externa aos agentes sociais que se definem por critérios próprios. Recentemente, os pescadores têm sido objeto de políticas (Seguro Defeso e de Profissionalização) apoiadas em conceitos que fundamentam visões estigmatizadas.

Para o grupo em questão, a identidade tem se organizado junto aos movimentos sociais. Eles crescem em função da defesa dessa identidade, e, de existência coletiva passam a grupos mobilizados em meio a processos de construção social identitária definida pela defesa e reivindicação de seus territórios, que estão além do ponto de vista econômico, representando aspectos essenciais para a formação da sua identidade, pois é um lugar de representação cultural.

Minha contribuição neste trabalho de pesquisa é entender os pescadores como sujeitos coletivos de direito, apresentando elementos para compreender a construção identitária e mobilização do grupo. Desse modo, a identidade afirma-se pela ocupação e não pela economia, a exemplo do Decreto N. 6040 de 2007 no qual são identificados como povos e comunidades tradicionais, de agentes sociais inseridos em conflitos socioambientais e que desenvolvem formas de ação política.

O Art. 2º alega que: A PNPCT (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Esta dissertação está organizada no capítulo introdutório e mais três capítulos: o primeiro intitulado: “Arte de pescar: saberes e técnicas” apresento algumas técnicas e instrumentos de pesca desenvolvidos na ilha de São Luís. Descrevo e discuto as classificações das técnicas e dos instrumentos utilizados na pesca. Nesta discussão, identifico como esta atividade é classificada, ordenada em diferentes ecossistemas presentes na ilha de São Luís. A ideia é que existe uma ordem lógica de pensamento que define os instrumentos com os lugares, clima e outros elementos que podem influenciar na atividade pesqueira. Também veremos as descrições de apetrechos e técnicas de captura de peixe, assim como seus usos no território pesqueira do Cajueiro. Além de tratar os saberes e técnicas como forma de resistência desses grupos, diante dos conflitos pelo território pesqueiro e seus recursos.

O segundo capítulo: “Território pesqueiro: conflitos socioambientais na Ilha de São Luís”, está estruturado de forma a possibilitar uma visão dos principais aspectos dos conflitos socioambientais vividos pelos pescadores artesanais da Ilha de São Luís e suas consequências para realização de sua atividade pesqueira e o modo de vida das unidades familiares e comunidades. Aqui, discuto a relação entre esses povos tradicionais e seu território, com base no conhecimento tradicional dos pescadores que, juntamente com o referencial teórico adotado, fomenta o diálogo com o conhecimento científico.

O terceiro capítulo: “Cajueiro território em disputa: Resistência comunitária”, apresento os conflitos enfrentados pela comunidade do Cajueiro, a empresa WPR e as lutas dos agentes sociais em permanecer em seu território. Além disso, esse capítulo caracteriza os pescadores e pescadoras, destacando as violações de direito que estão sofrendo em nome do “desenvolvimento” local tendo seu acesso ao trabalho e moradia negados.

As considerações finais sintetizam e problematizam os argumentos sobre os territórios de pesca, os pescadores enquanto sujeitos coletivos e a construção da identidade dos pescadores que se encontram ameaçados, identificando as estratégias de defesa e reivindicações dos pescadores do Cajueiro, núcleo central da pesquisa para a construção da presente dissertação.

CAPÍTULO I – ARTE DE PESCAR: SABERES E TÉCNICAS

Este capítulo é orientado por algumas questões que penso serem básicas ou preliminares para compreender os conhecimentos tradicionais dos pescadores e a defesa da permanência no território, pois esses conhecimentos surgem e tornam-se práticas pelo domínio e autonomia no uso e acesso aos recursos: em que consiste a “arte de pescar”? O que representam esses saberes e técnicas? Como a arte de pescar, os saberes e técnicas revela sua especificidade entre os pescadores? As respostas são sistematizadas a partir de observações em campo e entrevistas; em materiais da Exposição inaugurada em abril de 2016, mencionada na introdução e a literatura especializada¹⁶. Tenho a posição analítica de que os saberes que dão suporte as práticas, e esses saberes também se insurgem contra as políticas de desenvolvimento que podem as anular, fazer desaparecer. Nesse sentido, o saber é um argumento de direitos políticos e, continuar a reproduzi-los, experimentá-los é a condição necessária e suficiente para a permanência dos territórios de pesca aptos para que ela seja realizada pelos pescadores.

No mundo moderno, as atividades econômicas estão cada vez mais à procura de tecnologias avançadas para suprir as necessidades do mercado. E a pesca, reconhecidamente uma atividade econômica milenar, teve sua prática na sociedade contemporânea gradativamente transformada de subsistência para comercial e industrial. Atualmente, são produzidos e utilizados novos instrumentos de pesca, com incorporação de técnicas e instrumentos classificados como modernos, especificamente na pesca comercial e industrial. Apesar dessas transformações, os pescadores conservam formas tradicionais para apropriação dos recursos naturais.

No Brasil, a pesca foi concebida pelos primeiros habitantes, os povos indígenas, que já dominavam o saber sobre suas práticas e técnicas. Com a chegada dos portugueses e de outros povos da África, Ásia e Europa, ocorreu o processo de trocas de saberes sobre a pesca entre os povos indígenas e os saberes trazidos pelos colonizadores e outros povos.

A colonização do Brasil empreendida pelos portugueses a partir do século XVI plasmou entre a população rural não-indígena um modelo sociocultural de adaptação ao meio que,

¹⁶ De forma também preliminar me aproximo da noção de saber de autores estudados nas disciplinas do curso. Segundo o filósofo Michel Foucault “Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; (...) um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; (...) um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso” (FOUCAULT, 2013, p.220).

malgrado suas diferenças regionais e as que se podem detectar ao longo do tempo, apresenta características comuns que marcam ainda hoje as comunidades humanas em regiões isoladas do país. Esse modelo sociocultural de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais deve a maior parte de suas características às influências das populações indígenas e ao caráter cíclico e irregular do avanço da sociedade nacional sobre o interior do país (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.26).

A diversidade cultural influenciou a prática pesqueira no território maranhense. Dentre os vários trabalhos sobre a pesca realizados no Maranhão, destacamos o de Raimundo Lopes, que realizou uma etnografia comparativa da pesca. Entre os anos de 1922 e 1927, com sua vinda ao Maranhão para recolher alguns instrumentos de pesca para o Museu Nacional, ele descreveu um aparelho de pesca conhecido como socó, usado nos rios e lagos da Baixada Maranhense. É um aparelho que consta em armações de varetas solidamente amarradas, abertas nas duas extremidades. A menor serve para entrada da mão e a maior e inferior, deve prender o peixe, com as varetas terminando em pontas. Sua prática se dá da seguinte forma:

O pescador amarra o cofinho para recolher o peixe que apanha, e em seguida, com uma das mãos, segura a parte superior do socó e vai colocando esta armação aqui, ali, acolá, à procura da presa. Logo que o socó cobre o peixe, por menor que seja o pescador o pressente pelo choque. Introduce, então, uma das mãos na boca da armadilha e agarra o peixe, que não raro o morde (LOPES, 2010, p.53-54).

Tal instrumento é um dos elementos da arte de pescar e é usado até hoje, como observado na pesquisa de campo. Para o pescador dominar essa arte é preciso superar algumas dificuldades com que irá se deparar, como: conhecer o ambiente, o pescado e saber manusear os instrumentos. Depois disso, é possível passar pelos três processos finais: encontrar o peixe, aproximar-se dele e apanhá-lo.

1.1 Sobre os saberes e práticas da pesca.

Os pescadores praticam a pesca com a participação familiar e de amigos. Em alguns casos, a atividade é exercida como atividade principal ou complementar, pois alguns pescadores trabalham durante a semana em outro tipo de atividade (pedreiro, caseiro, comércio entre outras), podendo, assim, praticar a pesca apenas nos finais de semana. Apesar de ser uma atividade complementar, em alguns casos, podemos conferir sua influência local, pois está presente no comércio, na paisagem e nos costumes dos moradores.

Na praia do Cajueiro é comum encontrarmos barcos e canoas atracados, além de algumas estacas de madeira do mangue fixadas no solo, sendo usadas na pesca de murruada

(rede de pulsar fixas nas madeiras de mangue). Ainda é possível observar algumas armações de madeiras que são usadas para guardar os barcos e canoas. Todavia, os instrumentos são falados e referidos no interior de um conjunto de relações sociais que derivam de possuir ou não a embarcação, da capacidade desta, por exemplo; esse fator é fundamental para a organização da jornada de trabalho.

A pesca vem sendo praticada no território do Cajueiro pela primeira família de pescadores que se fixou na praia e por seus descendentes. Eles foram, inicialmente, atraídos pela riqueza natural e pela pesca abundante. Assim, logo constituíram famílias e, através do contato íntimo com a natureza, por décadas, criaram laços definitivos com o território de pertença e de pesca, e notadamente, entre eles.

As observações no Cajueiro mostram que ainda existe o chamado sistema de partilha, mesmo que de modo inibido, no qual existe uma diferença entre os pescadores e os (as) donos (as) das embarcações/instrumentos de pesca. Pois tanto as embarcações quanto os instrumentos de pesca entram nesse sistema, no qual o (a) dono (a) exige uma parte chamada *quinhão*, que consiste em um sistema usado para suprir as necessidades dos pescadores que não possuem instrumentos de pesca, além de estabelecer relações sociais e econômicas entre os pescadores. Trata-se de um legítimo processo de partilha entre pescadores, que é utilizado desde os tempos de seus antepassados, o que me leva a uma reflexão sobre o valor e a organização social do trabalho em casos onde o dinheiro pode ser dispensado.

Em regra, a divisão ocorre da seguinte maneira, como explica Sr. Davi: “A partilha ocorre através do *quinhão*, onde o dono (a) da embarcação fica com a aproximadamente 70% do pescado e os 30% é repartido entre a tripulação”. Essa porcentagem pode sofrer alteração, isso depende do acordo realizado entre ambas as partes envolvidas.

Segundo o pescador, o (a) dono (a) da embarcação fica com a maior parte, pois arca com as despesas referentes a combustível e, se ocorrer algum dano ao instrumento ou mesmo à embarcação, fica por conta dele (a). Também podendo comprar a parte da tripulação, pois é o primeiro (a) a demonstrar interesse. Dona Marluce mora no Cajueiro há 26 anos e prefere comprar a parte da tripulação. Como explica seu Davi, “Antigamente quando eu ia pescar pra ele (Sr. Bezerra, pai de Dona Marluce), vendia minha parte do pescado. Dava muito trabalho, depois de ir pescar ainda ir vender lá no Anjo da Guarda”.

Há outros exemplos no Cajueiro como do Sr. Camurim, pescador há mais de 50 anos, que já utilizou esse sistema de partilha, porém, atualmente, prefere vender no mercado central o pescado ou, quando consegue, compartilha uma parte com vizinhos e parentes. Para esse pescador, o sistema é inviável, pois ele pesca na companhia de sua esposa e filho. Já

dona Lourdes, pescadora há mais de 40 anos, realiza esse sistema de partilha, “quando eles (pescadores) querem vender, eu compro e só passa o pescado na feira do Anjo da Guarda” (DONA LOURDES, 20/04/2017).

Em sua fala, Sr. Camurim deixa bem claro a importância da sua esposa dona Maria na pescaria e que não tem diferença entre eles durante a atividade, pois fazem o mesmo trabalho “*ela é guerreira!*”. Para dona Maria, pescadora há mais de 30 anos, por ela ser mulher, tem mais trabalho que Sr. Camurim, pois toma conta da casa, dos filhos, entralha rede, vai pescar, toma conta da roça e da criação de animais. Os cuidados domésticos se misturam à pesca, pois muitas vezes por não ter com quem deixar seus filhos e acaba levando-os para a pescaria.

Em seu estudo etnográfico, Raimundo Lopes comenta a função dos “chefes de rede”, que aqui neste trabalho chamo de dono (a) de instrumento ou de embarcação. Tratando da sua importância, durante o período da salga na Baixada maranhense, além de ser o chefe da rede, também ajuda na captura dos peixes, pois é conhecido por ser um pescador experiente. O autor enfatiza a salga como o período do ano no qual moradores de vários municípios, descem o rio, após deixar suas moradias em terra firme para montar barracas temporárias. Além da atividade pesqueira, realizam festas regradas com danças ao tambor durante a noite.

O “chefe de rede” dirige essa sociedade adventícia ... Sobre a sua direção os pescadores estendem a longa rede na água junto a porção onde contam estar acumulado o peixe ... realizando sua captura ... fazem a divisão imediata, em espécie, do que cabe ao chefe e aos pescadores. Aproveitando-se estes nas quitandas que, em geral, pertencem ao “chefe de rede”, não há entretanto, bastante margem a uma literal escravidão econômica ... os “chefes de rede” são em via de regra homens simples, com pouco mais de meios e de educação que os seus auxiliares e em geral o seu prestígio é mais moral que econômico (LOPES, 2010, p. 44-46).

Os (as) donos (as) de instrumentos são muito respeitados (as) e conhecidos (as) no Cajueiro, pois são responsáveis por gerar trabalho e transmitir seus conhecimentos para seus pescadores. Porém, nem todos os (as) donos (as) de instrumentos pescam na companhia de seus pescadores. Mas assim, como os demais têm um modo de vida pautado na atividade pesqueira, suas casas não são muito diferentes das outras e enfrentam as mesmas dificuldades (econômica, social entre outras). Dona Lourdes afirma:

Quem pesca aqui é meus cunhados e o rapaz aqui do lado. Eu sou a dona, mas eu entendo porque eu também pesco, se for pra ir eu também vou, assim que é! Gosto de pescar mais, aqui na beira da praia, eles vão lá pro Buenos Aires (igarapé do Cajueiro). Porque lá tem

mais peixe (DONA LOURDES, 20/04/2017).

Durante minhas visitas observei alguns petrechos de pesca, redes de pesca estendidas nos terrenos, entre uma árvore e outra, ou mesmo nos cantos, algumas canoas e cofos usados para guardar o peixe. Essas características reforçam o modo de vida e trabalho generalizado nesse território.

A arte da pesca é dominada por poucos, porém admirada por muitos, e o pescador o seu detentor maior, envolvendo uma diversidade de características (materiais, técnicas e saberes), essenciais para seu processo. Contudo não se destina a uma prática específica, pois pode ser realizada tanto de maneira tradicional como industrial e, em ambas, a atividade e o saber são o mesmo, porém envolvem técnica e materiais diferentes.

A concentração de vários conhecimentos sobre a pesca permitiu a introdução de novas técnicas ao longo dos anos. A relação entre o homem e as técnicas transcende a origem da humanidade, atingindo a vida de todos os animais. O historiador Oswald Spengler aponta que para compreendermos a essência da técnica devemos deixar de lado a era da máquina. Assinala ainda que o objetivo da técnica não é apenas a construção de utensílios, mas o que fazemos com eles. Para esse autor a técnica “é a tática da vida; a exemplo do animal que sua mobilidade é a luta, nada mais nada menos, é a tática da vida, a sua superioridade ou inferioridade em face do seu adversário” (SPENGLER, 1993, p. 26).

A origem da palavra técnica vem do grego *techne*, utilizada tanto na antiguidade como na idade média para designar tanto técnica quanto arte, ambas como produções e habilidades do homem. “Toda a realização de coisas sensorialmente perceptíveis a serviço de necessidade ou de uma ideia que denota, por conseguinte, a habilidade ou a destreza, tanto para o necessário, quanto para o belo – tornar visível uma ideia” (MORAES, 2005, p. 31).

A técnica é vinculada ao pensar dos olhos, em detrimento do pensar das mãos, e se dá sob uma relação de causa e efeito, o âmbito de sua essência seria o da verdade. Seguindo Spengler, a técnica é sempre uma dialética entre pensamento e execução.

Ao longo da história, as técnicas foram se desenvolvendo a partir da junção entre as tradicionais manuseadas por nossos antepassados e outras que surgiram. Contudo, nenhuma deve ser deixada de lado. As sociedades não industrializadas caracterizam-se pela antiguidade que lhes é atribuída seu conhecimento e sua relação acerca da natureza.

... humildes técnicas dos chamados primitivos fazem apelo a operações manuais e intelectuais de uma grande complexidade que é preciso ter compreendido e aprendido e que, de cada vez que se executam, reclamam inteligência, iniciativa e gosto. Não é

qualquer árvore que é própria para fazer um arco, nem mesmo qualquer parte da árvore; a exposição do tronco, o momento do ano ou do mês em que a abatem tão pouco são indiferentes. Os gestos feitos para desbastar, trabalhar e polir a madeira, preparar a fibra destinada à corda e aos ligamentos, enrolar e apertar estes, tudo isto implica experiência, jeito, julgamento (LÉVI STRAUSS, 1986, p. 383).

Hoje, nas sociedades industrializadas e nas não industrializadas são múltiplas as atividades humanas exercidas. Entre elas, a pesca tradicional é uma importante atividade, que demanda de técnicas adquiridas e repassadas entre gerações e que foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Como relata Sr. Davi: “hoje a gente já compra a rede pronta lá no centro, antes a gente tinha que comprar a linha pra poder montar a rede”. Assim, a relação dos pescadores com a natureza foi se constituindo a partir do saber tradicional.

... quanto mais ajustado é o pescador ao seu ambiente, mais condições cognitivas têm ele para desvendar e se apropriar da natureza. É por aí que ele tem acesso objetivo ao conhecimento das relações existentes entre suas atividades e as faunas aquáticas e terrestre; a flora; os ventos e os mares; as nuvens e a chuva, e assim por diante, cujos sinais são decodificados com sabedoria (FURTADO, 1993, p.206).

Ao longo dos tempos, em um processo contínuo de aprimoramento e revalidação de suas técnicas, tais conhecimentos acumulados sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira, da pesca e sobre um sistema de manejo, como também descreve Diegues (2001), formam um rico e complexo conjunto de conhecimentos e estratégias de uso da natureza, presentes nos territórios pesqueiros. Além de um processo econômico, a apropriação da natureza na atividade pesqueira é um modo de conhecimento construído na prática do pescador.

Os pescadores portam o saber e o saber fazer relacionados com a estrutura e a função do (s) ecossistema (s) a que estão vinculados. A princípio, o ato de pescar, para quem não compreende a vida dos pescadores, pode remeter apenas à captura do peixe. Contudo, “certamente expressa, para aqueles que vivem e atuam na pesca, um conjunto de relações de domínios variados como a classificação, a ordenação e a diferenciação das espécies capturadas e dos instrumentos utilizados” (MORAES, 2005, p.34). Sendo assim, o ato de classificar seus instrumentos, pescados e pontos de pesca são um fator determinante para a pescaria.

Porém classificar não é algo fácil, requer uma série de conhecimentos. O escritor argentino Jorge Luís Borges, ao tratar a classificação dos entes em *O idioma analítico de John Wilkins*, nos deixa diante de uma situação de desconforto, pois enfrentamos

classificações excêntricas, diferentes das categorias do nosso pensamento. O autor realiza o seguinte exemplo:

Os animais dividem-se em a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) amestrados, d) leões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães soltos, h) incluídos nesta lista, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel finíssimo de pêlo de camelo, l) etc, m) que acabam de partir o jarrão, n) que de longe parecem moscas (BORGES, 1988, p.111).

As classificações dos seres e das coisas para nós se dá de maneira simples e indiscutível, “dos fatos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos” (POMBO, 1998).

O antropólogo Lévi-Strauss, na obra *O pensamento selvagem*, comenta as classificações empregadas por populações indígenas acerca de plantas e animais e afirma que “Qualquer que seja a classificação, esta possui uma virtude própria em relação a ausência de classificação” (LÉVI-STRAUSS, 2008 p. 24). Só elas nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente.

Durante a pesquisa encontrei registros diversos sobre a atividade pesqueira abordando variados aspectos que levam em consideração principalmente: as espécies, tipos de instrumentos, técnicas utilizadas para a captura e tipos de embarcações. Apresentam-se como uma variedade de estilos de pescarias realizadas na região da ilha de São Luís, como descrevo abaixo os relatos apresentados pelos pescadores. Desta perspectiva, apresento como referência a classificação explicada pelos mestres seu Camurim e dona Lourdes, que dividem em categorias os instrumentos de pesca.

Tabela 01. Classificação dos principais instrumentos de pesca tradicional.

Instrumento	Tipos
REDE DE EMALHAR	Malhadeira; Tainheira; Serreira; tarrafa; Pulsar; Zangaria; Rede de arrasto.
ANZÓIS	Espinel; Linha de Mão.
ARMADILHA FIXA	Curral; Muruada; Tapagem; Pulsa; Malhadeira.

Utilizo essa classificação para descrever uma variedade de tipos de pescarias realizadas nos mais diferentes ecossistemas da ilha de São Luís, na qual as águas apresentam

grande diversidade de espécies em águas interiores, estuarinas, litorâneas ou marítimas. Neste emaranhado de águas, encontramos uma extensa variedade de formas diferentes de pescar, regidas por fatores sociais, econômicos, históricos, simbólicos e culturais.

1.2. Rede de Emalhar:

Afirma-se que este petrecho foi introduzido no Brasil pelos portugueses no período colonial. Consiste em uma única parede de malha uniforme, de modo que os peixes fiquem presos pela cabeça. A pesca com a rede de emalhar ganhou espaço na atividade pesqueira, haja vista a imensidão das águas interiores e costeiras.

1.2.1 Malhadeira:

Sobre o pescador: Sr. Camurim, morador do Cajueiro e pescador há mais de 50 anos.

O saber e a técnica: Tecelagem e entalhada com boias e peso de chumbo.

Material utilizado: Náilon.

A malhadeira é também conhecida como malhão (que pode ser do tipo: malha grande ou malha miúda). Consiste em um aparelho de pesca disposto em pontos de passagem de cardume, que funciona de forma passiva, em que os peixes ficam presos nas malhas devido a seu próprio movimento. A maioria das malhadeiras é operada como rede de deriva, até mesmo para espécie de fundo; essas redes são colocadas na superfície em meia água ou, ainda, ancoradas no fundo, sendo operadas por pescadores que se deslocam em canoas.

A malhadeira é fabricada pelo próprio pescador, que compra seu pano e, para seu funcionamento, usa pesos de chumbo, cordas e boias e é usado para mantê-la em sentido vertical, atravessando a correnteza, podendo estar presa à canoa ou não. O pano comprado é que determinará se a malhadeira é grande (15 a 30 cm) ou miúda (5 a 15 cm) e seu tamanho em largura varia de 4 a 6 metros. Esse tipo de rede é de forma retangular, sendo usada em águas costeiras como: canais e igarapés mais profundos.

O saber e a técnica sobre esse instrumento também foram descritos por Leal e Vieira (1974), durante a realização do estudo sobre a pesca no litoral maranhense:

Depois de lançadas ao mar, a malhadeira fica presa apenas por uma corda à embarcação da qual é atirada e, depois de determinado espaço de tempo, ou quando é notado pelo pescador de vigia que a rede está dando seguidas sacudidelas, é feita a despesca com

recolhimento da rede à canoa e retirando-se entre as malhas os peixes que aí ficam enganchados (LEAL; VIEIRA; 1974, p.14).

Segundo a antropóloga Lourdes Furtado (1993), na década de 1960, começaram a aparecer as malhadeiras ou redes de pesca na Amazônia, industrializadas com fios de plástico. Antigamente, as redes de pesca eram confeccionadas com linhas de algodão e, atualmente, as redes já são comercializadas quase que prontas para entrar nas águas. O tamanho da malha e as espessuras do fio são os elementos classificatórios para variadas espécies de peixe.

Espécies capturadas: Peixe-serra, Camurim, Uritinga, Bandeirado, Pescada, etc.



Figura 02: Malhadeira. Fonte: <http://araguaina.conexaoto.com.br>. 08/06/2017.

1.2.2 Tainheira:

Sobre o pescador: Sr. Camurim, morador do Cajueiro e pescador há mais de 50 anos.

O saber e a técnica: tecelagem e entralhar com bolas feitas de isopor e de chumbo.

Material utilizado: Náilon

É uma rede considerada grande, com tamanho que varia de 5 m a 50 m de comprimento. O tamanho da malha também varia de 8 cm a 20 cm. Para seu uso é preciso entralhar boias de isopor, que são usadas para marcar a rede ao longo da coluna d'água.

No igarapé, seu uso é realizado logo na entrada. Alguns pescadores juntam duas redes para efetuar o cerco, aumentando a área de trabalho, porém ocorre uma maior

quantidade de pescado capturado. Quando tal ocorre, são empregados entre oito e cinco pessoas para efetuar a pesca. Para cinco pessoas, ocorre da seguinte forma: dois pescadores seguram na extremidade da rede cercando os peixes (lanço) e mais dois “tocam” (bater na água para espantar o peixe e fazer com que ele vá para a rede); o outro pescador fica na embarcação. Esta técnica de bater na água para espantar o peixe que vai cair na rede é conhecida como Moponga.

Em algumas comunidades, como a dos índios Tremembé, essa rede é conhecida como “pituzeira”. Seu Camurim, que realiza a pesca com tainheira com a ajuda de mais três pessoas, explica:

A pesca com tainheira é feita quando a maré tá alta ... eu pesco no igarapé – o do mata fome né! Porque é melhor, os peixes entram lá e acabam ficando preso na rede, aí, é só esperar a maré baixar pra começar a catar o peixe (SR. CAMURIM, 20/04/2017).

Espécies capturadas: mais direcionadas para a pesca de tainha.



Figura 03: Tainheira. Fonte: Acervo pessoal. 05/05/2016.

1.2.3 Rede de Arrasto:

Sobre o pescador: Dona Lourdes, pescadora do Cajueiro há mais de 30 anos.

O saber e a técnica: Tecelagem

Material utilizado: Náilon

A rede de arrasto é uma das maiores redes usadas pelos pescadores do Cajueiro, medindo em média entre 20 m a 60 m. Esta rede é lançada ao mar e tanto pode ser puxada para a beira, como também recolhida da embarcação na despesca.

Para este tipo de rede não importa o tamanho do peixe, pode ser miúdo ou graúdo e

também camarão graúdo é pescado, pois devido seu formado parecer um saco, tem o fundo da rede mais apertado que o seu reatente. Seu uso é realizado da seguinte forma:

A gente solta a rede na água, isso com a ajuda de uns três homi. Os que trabalham pra mim, jogam a rede aqui mesmo na praia mas tem outros pescadores que pega sua canoa e vai lá pro meio da baía. Quando eles soltam a rede, fica um de cada lado puxando ela com corda. Aí, vai puxando até a beirada da praia pra fazer a despesca (DONA LOURDES, 20/04/2017).

Esse tipo de pesca é realizado durante a baixa-mar. Quando a pesca é realizada no mar, é necessário o uso de duas canoas, que ficam à espera dos peixes que se aproximam, pois, durante a pesca, alguns peixes pulam vários metros no ar para escapar dos predadores. A movimentação dos peixes serve como alerta aos pescadores. Quando se presente a chegada do cardume, ambas as canoas desatracam. Enquanto um homem na canoa principal solta a rede guardada no chão, a outra canoa segura a rede com uma corda, dois pescadores batem com remos na superfície da água e/ou pancadas no chão da canoa com seus pés para amedrontar os peixes e acionam o motor vigorosamente para fazer com que os peixes fujam em direção à rede e conseqüentemente se emalhem. Os pescadores das duas canoas cercam o peixe. Quando as canoas se encontram e a rede é fechada, a água é golpeada, assim como uma das laterais de cada canoa é batida com os remos.

Em seguida, os pescadores recolhem a rede por uma de suas extremidades. Percebe-se, com isso, que a técnica utilizada é muito semelhante, mas como explica Dona Lourdes, “a pesca no meio da baía e muito mais trabalhosa”.

Para grandes arrastões são necessários mais de 10 pescadores. No território do Cajueiro esses arrastões não são realizados com muita frequência, apenas quando um pescador sem rede pede para outro pescador, dono de rede, para participar da pescaria. Então, esse pescador organiza seu grupo e vai com o outro grupo que possui rede de pescar.

Espécies capturadas: todas as espécies de camarão.



Figura 04: Rede de arrasto. Fonte: <http://www.sularmas.com.br>. 02/10/2017.

1.2.4 Serreira:

Sobre o pescador: Sr. Davi é morador da comunidade do Cajueiro em São Luís, líder comunitário e pescador há mais de 40 anos.

Material utilizado: Náilon

A serreira consiste em uma rede de deriva flutuante, com tamanhos variados, com comprimentos de 15 m a 65 m e com altura que pode chegar a 5 m. A malha também varia de tamanho entre 5 cm e 8 cm, isso depende do tamanho da embarcação, o que também interfere no tamanho do peixe. Este instrumento é mais usado próximo em mar aberto. Sendo necessário entre 3 e 5 pescadores para manuseá-la, além do pescador que guiará a canoa.

Espécies capturadas: Peixe Serra, Pescadinha.



Figura 05: Serreira. Fonte: Acervo pessoal. 12/11/2017.

1.3 Anzóis:

1.3.1 Espinel

Sobre o pescador: Sr. Davi é morador da comunidade do Cajueiro, em São Luís, líder comunitário e pescador há mais de 40 anos.

Material utilizado: anzóis e cordas.

O espinel é uma armadilha preparada com anzóis enfileirados em um cabo, sendo que a quantidade de anzóis e a extensão do espinel variam conforme a condição econômica do pescador.

Nas águas do rio Amazonas, de acordo com Furtado (1993), as posições dos anzóis podem ser tanto em linha reta, o que é mais utilizado, como em posição transversal, para capturar os peixes que têm hábitos tanto em superfície quando no fundo dos rios. O espinel pode ser flutuante ou fixo ao fundo, sendo, neste último caso, preso por diversas âncoras ou pedras, espalhadas ao longo da corda.

Na comunidade do Cajueiro, poucos são os pescadores que usam esse instrumento. Porém como explica seu Davi, seu uso é feito no fundo ou meia água, com a quantidade que varia de 20 a 100 anzóis, que ficam espalhados ao longo da corda em uma distância de aproximadamente 20 cm. Isso depende da espécie-alvo e das condições do pescador.

A pesca é realizada em qualquer época do ano, de preferência nos igarapés e canais, onde o fluxo e refluxo das marés favorecem a apreensão dos peixes nos anzóis. O número de pescadores varia entre 2 ou 3, dependendo do tamanho do espinel, onde as atribuições são bem determinadas: o primeiro deles tem a função exclusiva de governar a canoa, para mantê-la em condições de trabalho. O segundo homem ajuda a remeter a isca (prender as iscas nos anzóis); finalmente o homem da proa, encarrega-se de lançar os anzóis na água e, como consequência, efetuar a despesca.

Espécies Capturadas: Uritinga, bandeirado, cambéua, jurupiranga, cangatá e cururuca.



Figura 06: Espinel. Fonte: CEPSUL/IBAMA. 21/09/2017

1.3.2 Linha de Mão

Sobre o pescador: Sr. Davi é morador da comunidade do Cajueiro em São Luís, líder comunitário e pescador há mais de 40 anos.

Material utilizado: anzol e linha de náilon.

A linha de mão é uma linha de náilon comprida com um anzol na ponta, podendo levar chumbo ou boia próximos ao anzol. Isso depende do local onde for pescar. Assim como o espinhel é pouco utilizado, a linha de mão também não é um dos principais instrumentos de pesca no Cajueiro. Geralmente é realizada quando o pescador está no barco ou no porto da comunidade.

É um aparelho de pesca muito usado na captura de peixes de fundo, em parcéis, bancos ou parcéis da plataforma continental rasa. Quando uma linha é dotada de vários anzóis denominamos de pesqueira. “Este nome surgiu devido à pesca do pargo que é uma espécie que vive em cardumes, possibilitando ao pescador aprisionar vários peixes numa só *ferrada*” (ICMBIO, s/d). As iscas mais usada são sardinhas, agulha-preta, lula, camarão, etc.

Espécies capturadas: badejos, caranha, pescadas, pargo, etc.

1.4 Armadilha fixa

1.4.1 Curral

Sobre o pescador: Sr. Davi é morador da comunidade do Cajueiro em São Luís, líder comunitário e pescador há mais de 40 anos

Materiais usados: madeira de mangue ou do mato e cipó.

O curral é um cerco feito, com madeira de mangue ou do mato e que é fincando no substrato (conhecido pelos pescadores como croa ou lavado). A colocação dessas armadilhas pode ser feita em substratos totalmente descobertos como também em substratos permanentemente em contato com água e, em geral, são armadas em beiras de praias ou bancos de areia, no meio do rio ou do mar, com aproximadamente 20 a 30 metros de

extensão. A parte principal em forma de coração é dividida em duas seções: sala e chiqueiro. A sala é o lugar em que peixes perdem a orientação e, devido à correnteza da maré, não conseguem mais sair, entrando no chiqueiro, que é o lugar que fica definitivamente aprisionado.

A comunidade do Cajueiro já teve alguns currais, contudo, trata-se de um instrumento com custo elevado devido às constantes manutenções, pois com as esteiras tecidas com arames, as marés das águas da lua quase sempre provocavam a derrubada da estaca de madeira, depois de determinado tempo, arrastando as esteiras para os canais, devido à forte correnteza. Assim, os pescadores optaram pelo uso de outros instrumentos de pesca.

A pesca de curral é feita com a entrada dos peixes na área cercada, a começar da vazante, sendo que alguns currais já são preparados para serem usados durante a enchente e a vazante. Durante as águas de lua, no inverno, a pesca é mais proveitosa, devido ao silêncio (ventos brandos) e à força da correnteza.

A despesca é feita na maré baixa, retirando-se os peixes aprisionados no chiqueiro por meio de pequenas redes conhecidas como “currelheiras”, que possuem malhas de 4 cm. Esta pesca é mais produtiva durante o inverno. Em diversas regiões do país são encontrados currais de variadas formas e tipos diferentes. Os currais variam sua forma de acordo com os tipos de fundo das águas, de fluxo das marés e de espécies de peixe, dentre outros. As construções dos currais também levam em consideração o período de entressafra, bem como o tempo necessário para a finalização desta armadilha.

Espécies capturadas: camarão branco, guaravira, sardinha, uriacica, peixe-pedra, bandeirado, corvina uçú, pescada amarela, baiacu.



Figura 07: Maquete representando um curral. Fonte: Acervo pessoal, 05/05/2016.

1.4.2 Zangaria

Sobre o pescador: Sr. Camurim é pescador do Cajueiro há mais de 50 anos.

Materiais usados: madeira de mangue, cipó ou fio de plástico e náilon.

A zangaria é uma das maiores redes de pesca existentes no Cajueiro. A pesca de zangaria utiliza método diferente daquelas em que são empregadas as demais redes. A hora de chegada ao lugar escolhido para assentá-la é, geralmente, meia maré de vazante, ocasião em que são colocadas as balizas, delimitando os pontos máximos do semicírculo.

Quando a maré vaza, são afixadas as estacas (varas de mangue escolhidos, das quais são retiradas a casca e dos brotos de galhos) medindo de 2 a 3 m. As mais altas são utilizadas na região central, já a parte mais baixa fica no lavado. Após o assentamento das estacas, é feita a colocação da rede, rente àquelas e com o entralhe inferior preso as mesmas. Em muitos casos, há necessidade de cobrir a rede, bem arrumada junto ao solo, com areia, para não espantar o peixe durante as primeiras horas da maré enchente.

Logo que começa a aparecer o centro da zangaria, na vazante, é iniciado o trabalho de levantar a parte superior da rede, fixando o entralhe superior na ponta das estacas. Essa parte do serviço exige grande habilidade do pescador, principalmente, quanto à capacidade de mergulhar em grande profundidade, com rapidez, tantas vezes quantas sejam as estacas a seu encargo. Essa arte é utilizada também como estratégia de pesca, que consiste em estacas nas áreas de lavado, fazendo um arco de frente para a vazante que serve de barreira para várias espécies de peixes com tamanhos variados.

A zangaria por se tratar de um instrumento de pesca grande, geralmente utiliza cerca de seis pescadores. No Cajueiro, são usados em média 30 estacas para uma rede de 140 m, das quais a maioria é colocada, no centro, com intervalos de 3,5 m. Nas extremidades, esse espaçamento aumenta para quase o dobro. Em alguns lugares, as estacas não são retiradas, permanecem fincadas para próxima pescaria que, por seu lado, pode ser feita na maré subsequente, ou na correspondência a lua seguinte.

Espécies capturadas: grande variedade de camarão, pescada.



Figura 08: Zangaria, Acervo pessoal, 10/03/2017.

1.4.3 Muruada

Sobre o pescador: Sr. Davi é morador da comunidade do Cajueiro em São Luís, líder comunitário e pescador há mais de 40 anos

Materiais usados: madeira de mangue ou do mato e cipó e náilon.

A muruada é um dos instrumentos mais utilizados no Cajueiro, sendo facilmente encontrada ao longo da praia e de igarapés. Consiste em um instrumento fixo amarrado com pulsar que varia de 4 a 5 m de comprimento, 1 m de altura, com malhas de 1 e 3 cm do funil à boca. Fica suspensa entre duas escoras (mourão) com a boca aberta voltada para entrada do camarão, depois vai afunilando chegando ao tamanho de malha 12 mm no seu final.

Os pescadores colocam-se de encontro à correnteza nos furos em estacas armadas com uma distância de mais ou menos 1,5 m de uma para outra, formando aparentemente um muro, onde em cada estaca é preso um pulsar de arrasto, somando um total de 10 a 20 vagões, isso vai depender da condição do pescador. Em geral, os pescadores saem em dupla para despesca diária.

Espécies Capturadas: Camarão branco.



Figura 09: Muruada, Fonte: Acervo pessoal. 13/10/2016.

1.4.4 Tapagem

Sobre o pescador: Senhora Lourdes é pescadora do Cajueiro há mais de 30 anos.

Materiais utilizados, náilon e madeira de mangue.

A tapagem consiste em redes de náilon com comprimento que variam entre 20 a 50 metros e altura aproximadas de 2 metros, com abertura de malha entre 2 a 4 cm. São colocadas em igarapés, sustentadas por ganchos cortados no próprio manguezal e encadeadas de 2 em 2 metros, atravessando o igarapé, amarrada às margens, contra a correnteza de vazante e também são presas ao fundo com ganchos de madeira. A captura é dominada por peixes pequenos. Sendo necessário dois pescadores nesse tipo de pesca e mais um, que ficará de vigia, devendo ser muito cuidadoso pois essa pesca pode deixar de dar peixe. Pois, se por qualquer causa este se espantar, o mesmo não encosta mais. A vigilância continua de noite e de dia, para evitar que ocorra alguma abertura e que o peixe escape.

Este tipo de pesca pode ser classificado quando são usadas malhas de tamanho grande, o que proporciona a fuga dos pequenos peixes, e pode ser predatória, quando são empregadas malhas finas que provocam a captura indiscriminada de peixes de tamanhos variados. Havendo muita apreensão de redes dos pescadores do Cajueiro por parte do IBAMA, isso representa um conflito constante entre os pescadores e o próprio órgão que faz a fiscalização.

Sua despesca é feita com a ajuda da tarrafa, visto como depois de feita a tapagem, esta perdura por até 5 dias, quando é retirado o peixe ali encerrado com a utilização de dez pessoas para cada tapagem. É um processo demorado e exige habilidade do pescador.

Espécies capturadas: bagre, baiacu, tainha, pacamão, etc.



Figura 10: Tapagem, Fonte: Acervo pessoal. 21/11/2016.

1.5 Outros Instrumentos:

1.5.1 Pulsar

Sobre o pescador: Sr. Davi é morador da comunidade do Cajueiro, líder comunitário e pescador há mais de 40 anos

Materiais usados: madeira de mangue, cipó e náilon.

O pulsar é o instrumento de pesca mais usado no Cajueiro. Todos os pescadores que têm algum instrumento de pesca têm um pulsar em casa. Consiste em uma rede em forma de funil, destinada à pesca principalmente de camarão, mas não são deixados de serem capturados alguns peixes pequenos.

Com tamanhos variados, o pulsar mede entre 3 a 6 m de largura e 1,5 e 2 m de altura na boca, com o comprimento de até 5 m, finalizando com um bico de funil de 40 cm de diâmetros, aproximadamente.

Para Furtado (1993), esse instrumento pode ser considerado predador, já que favorece a captura de quelônios. Também devido sua malha podem ser capturadas espécies de variados tamanhos. Alguns pescadores do Cajueiro reconhecem os impactos causados por essa rede, porém se justificam que tal recurso serve para sua alimentação.

A rede é armada em dois pedaços de madeira, de preferência roliços, chamados de calão, que servem para serem amarradas, a fim de que as mesmas possam ser arrastadas. São necessários dois pescadores para arrastá-la e um para cuidar da canoa e iluminação da rede, rente à água. A luz serve para enganar os camarões, atraindo-os para a rede e espantar alguns peixes grandes que estejam sobre a redondeza. Contudo, o pulsar também pode ser usado sem o auxílio da canoa e, quando isso acontece, dois pescadores ficam à beira da praia puxando o

pulsar, um de cada lado até conseguirem capturar algum alimento.

Espécies capturadas: camarão branco e peixes pequenos.



Figura 11: pulsar, Fonte Acervo pessoal. 13/10/2016.

1.5.2 Tarrafa

Sobre o pescador: Sr. Davi é morador da comunidade do Cajueiro em São Luís, líder comunitário e pescador há mais de 40 anos.

Materiais usados: náilon.

Segundo o dicionário da língua portuguesa, a palavra tarrafa vem do árabe *tarrãhâ*. No espanhol, encontra-se *tarralla* e *atarrayar*¹⁷. Sobre a Tarrafa, Lopes (LOPES, 2010. p.42) justifica sua origem europeia no Brasil e, ao comentar uma passagem da obra do entomólogo francês¹⁸, menciona entre os processos da pesca que exercitavam os tupinambás do Maranhão – a rede de arrasto. A mesma que em tempos atrás o missionário Jean de Lèry¹⁹ observou os tupinambás, na Guanabara, aprendendo com os franceses a usá-la.

É uma pequena rede tecida em forma de círculo, com malhas de 1,5 e 2,5 cm. Que, quando lançada nos cardumes, em certa profundidade, fica presa a uma das mãos do pescador por uma corda fina. A tarrafa utiliza também pesos de chumbo na parte inferior, denominada saco, onde ficam os peixes. De acordo com o tamanho, uma tarrafa utiliza de 2 a 5 quilos de chumbo para dar peso a mar. Quando molhadas, as tarrafas ficam bastante pesadas, impedindo o seu uso prolongado durante o dia inteiro.

¹⁷ Ver: **Raimundo Lopes: dois estudos resgatados: Pesquisa Etnológica da Pesca brasileira no Maranhão** (2010; p.40).

¹⁸ Yves d' Evreux. Voyage au Nord du Brésil fait durant les années 1613-1614. Leipzig: Librairie A. Franck, 1864, p. 80.

¹⁹ Jean Lèry. Histoire d' un voyage fait en la Terra du Brésil. Paris: A. Lemerre, 1880, 2v.

É um instrumento que não oferece resposta ao tamanho do mercado, pois sua produção é quase toda voltada para a alimentação do pescador e de sua família. Os pescadores do Cajueiro fazem uso da tarrafa principalmente nos igarapés, na praia e em suas idas às ilhas do Medo e do Caranguejo. Esta técnica é usada para despescar em grandes pescarias, ou seja, quando há um cardume cercado por redes, serve para retirar os peixes presos.

Um saber compartilhado pelos pescadores com relação ao uso da tarrafa em igarapé, e que podem ser lançadas sobre galhos de árvores caídas, pois estes locais são muito utilizados pelos peixes como esconderijos. Esta parte da pescaria requer muita habilidade do pescador para a retirada dos galhos da tarrafa sem deixar sair os peixes.

À primeira vista, uma tarrafa pode parecer um simples instrumento para capturar peixes e camarões, que aos olhos desatentos de um observador pode ser relacionada com um pedaço de rede em forma de circunferência e de simples uso.

Sua pescaria é realizada por uma pessoa, com ou sem apoio de embarcação, sendo mais apropriado para águas rasas. No entanto, foi observado que em quase todas as embarcações os tripulantes levam tarrafas, para captura de iscas. Na atualidade, as tarrafas já são comercializadas prontas e acabadas para uso imediato.

Espécies capturadas: peixe-pedra, pescada, bagre, tainha etc.



Figura 12: Tarrafa. Fonte: Acervo pessoal. 05/05/2016.

Os conhecimentos produzidos por esses pescadores estão intimamente ligados com o

trabalho na pesca e fazem parte da cultura partilhada pelas comunidades tradicionais. Essa observação ocorre a partir do contato e da investigação do meio, que os pescadores integram. São elementos de uma rede de conhecimentos, em que “o surgimento de novas orientações e de novos conhecimentos podem ser impulsionados por diversas ordens, como por exemplo a tecnologia, a partir de novos equipamentos de pesca; a cultura, a partir do contato com outras comunidades; e a ordem biológica” (MORAES, 2005 p.82).

A riqueza do domínio dos saberes dos pescadores, refletida nas técnicas possibilita indicar uma classificação processada ao longo das experiências de pesca. A utilização das técnicas de pesca varia dependendo da espécie que se pretende capturar. Como pude observar na praia do Cajueiro, que entre os arrecifes de corais torna-se impossível utilizar grandes redes, sendo mais apropriado o uso do pulsar, para a captura do camarão, devido à abertura de sua malha.

Durante a pesquisa, identifiquei duas técnicas: a primeira consiste na coleta manual, realizada em sua maioria por mulheres e dispensa o uso de qualquer aparelho de pesca, podendo, no máximo, utilizar algumas ferramentas tais como: foice, estilete, varão, colheres e faca de uso domésticos, pá entre as mais importantes. A segunda caracteriza-se pelos apetrechos usados para a pesca do peixe: são as redes, onde o peixe é emalhado ou fica preso entre os nós. Quanto menor for a malha, maior será a captura de indivíduos pequenos. As denominações para essas redes variam de acordo com a espécie preferencial capturada ou pelo tamanho da malha. Apesar de cada item ser desenvolvido para captura de uma espécie em particular, o aprisionamento de outras não é evitado.

Segundo os pescadores estudados, os peixes que nadam em “bando”, são aqueles que se movimentam em cardumes e entre os quais destacamos o peixe-pedra, que pode ser encontrado na Ilha do Medo, na praia do Cajueiro e na Ilha do Caranguejo. Ainda, conforme os pescadores, os cardumes “bando” são formados por peixes da mesma família, como indicam os trechos que se seguem: “num bando de sardinha só dá sardinha” e o “peixe-pedra sempre nada no bando dele” (dona Marluce). Para Partridge (1982), esse comportamento dos peixes é uma estratégia que têm como função a proteção contra predadores, além de aumentar as chances de acasalamento e tornar mais eficiente a busca por alimento. Além desses comportamentos, Mourão e Nordi (2003), apresentam outras características comportamentais dos peixes, descrita durante sua pesquisa no litoral da Paraíba. Da seguinte maneira:

O reconhecimento dos pescadores de categorias comportamentais, como as de “peixes

mais bravos” e “peixes mais valentes”, corresponde ao comportamento agressivo de determinados peixes, como, principalmente, o do mero (*Epinephelus itajara*), da caranha (*Lutjanus cyanopterus*) e da espada (*Trichiurus lepturus*). As denominações “bravo” e “valente” estão relacionadas ao fato de que estes peixes atacam e são predadores vorazes, e provavelmente à aparência de sua estrutura anatômica bucal, cujos dentes (caninos) são muito desenvolvidos e visíveis. “Peixes mais fortes”, como camurim e camurupim (*Megalopidae*) e “peixes mais fracos”, como soía (*Bothidae*, *Achiridae*, *Cynoglossidae*) e agulhãolambaio (*Strongylura timuca*), representam características comportamentais reconhecidas pelos pescadores, relacionadas à resistência ao estresse ambiental, seja por atividades antrópicas ou por variações do próprio ambiente (MOURÃO & NORDI, 2003, p.11).

De modo geral os pescadores também classificam os locais de pesca. Os pescadores do Cajueiro, tomam como referência a profundidade, da seguinte maneira: “pesca costeira” e “pesca em alto-mar”. Para Mendes-Chaves (1975) a primeira inclui uma faixa que alcança até a linha onde se perder de vista a terra, atingindo aproximadamente 16 metros de fundura; e a segunda inicia desse ponto para dentro do mar.

Ao realizarem algumas classificações, os pescadores revelam o prazer em compreender e classificar. Essas comunidades têm na cultura formas específicas, hábitos, linguagens e modos de se relacionarem com o meio. Por exemplo, o pulsar é um instrumento de pesca muito conhecido e utilizado nas regiões norte e nordeste, já nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo este instrumento é denominado como *gererê*. Desta maneira, as classificações e ordenações da pesca podem variar de região para região. A riqueza de classificações de instrumentos de captura e até de espécies de peixe, demonstra as diversidades culturais construídas pelos pescadores e pescadoras.

Durante a pesquisa percebo o interesse dos pescadores mais velhos em manter e repassar as futuras gerações seus conhecimentos tradicionais acerca da pesca, dando continuidade à sua reprodução social, cultural e econômica. Apesar das ameaças (desapropriação, desvalorização da pesca tradicional entre outros) que pairam sobre os saberes de que dispõem os pescadores sobre seu território, a pesca apresenta elementos importantes a serem incorporado na manutenção do modo de vida local.

Os pescadores têm desenvolvido elementos, a partir do saber construído na relação com o outro e a natureza, garantindo a sobrevivência do grupo, exercendo, portanto, a territorialidade sobre o ambiente. Na maioria dos casos, há uma forma vinculada com o ambiente natural e cultural que garante, como resultado, uma relação estreita com o ecossistema onde vivem.

Durante a pesquisa de campo, percebi que os pescadores têm na natureza, o reconhecimento de seus saberes, criando e construindo seus instrumentos de pesca. Por isso,

o modo de vida desenvolvido por esses grupos está intimamente ligado à relação que estabelecem com o meio natural e, por consequência, ultrapassam questões culturais e simbólicas, com a utilização dos recursos e adequação aos fenômenos naturais. Acevedo Marin (2011) precisa a noção de “complexo da pesca” no Brasil que estrutura o trabalho de Raimundo Lopes centrado nas técnicas e na organização do trabalho.

A etnologia de Lopes elabora-se sobre achados das técnicas e os instrumentos de pesca, o que correlaciona com as práticas e, notadamente, com a linguagem. A noção de "complexo" (a exemplo de "complexo do arco achatado") o aproxima de certa lógica de sistemas de classificação dos 'aparelhos' de pesca (socó e jequi), ao mesmo tempo em que aponta as inovações, as invenções independentes. Por privilegiar um procedimento comparativo entre as "formas culturais dos povos", passa a alertar para estar em posição de "guarda contra o perigo das filiações e das afinidades fictícias" (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 619).

As técnicas e saberes tradicionais são construídos e apropriados pelos grupos sociais, que constitui parte fundamental dos processos de identidade social. Havendo um reconhecimento e uma identificação com o território, sendo as práticas e técnicas desenvolvidas elementos tradicionais fundamentais na relação em que território e a identidade seriam indissociáveis. Segundo Almeida (2002), a presença de uma territorialidade específica desses grupos relaciona-se à ocupação da terra baseada no uso comum e vem sendo construída em face de trajetórias de afirmação étnica e política.

Os pescadores tradicionais ao se reproduzirem, acabam por se diferenciar dos demais grupos tradicionais (Caiçaras, quilombolas, indígenas entre outros), criando uma identidade social e coletiva própria. A pesca realizada na zona costeira de São Luís, apresentou aos poucos essa identidade coletiva. As relações estabelecidas com a natureza expressam a compreensão ambiental e os saberes dos pescadores desenvolvidos ao longo do tempo com o ambiente em que praticam a pesca. Esses grupos identificam suas práticas e técnicas como sinais duradouros, que acabam por justificar sua permanência e resistência territorial.

Entendo que o reconhecimento dos saberes, práticas e técnicas pesqueira constitui importante aliado na luta pelo território e reconhecimento identitário desses grupos e consequentemente de seus direitos enquanto comunidades pesqueiras tradicionais.

CAPÍTULO II: TERRITÓRIO PESQUEIRO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ILHA DE SÃO LUÍS

“160 mil famílias de pescadores são vítimas de violações de direitos no Brasil” (CPP, 2016).

“O mar é o açude que Deus deixou pra nós” (Sr. Davi, pescador do Cajueiro).

O Estado do Maranhão é, tradicionalmente, um dos principais produtores de pescado na região nordeste. Na Ilha de São Luís, a maior parte da pesca, aproximadamente 95%, é proveniente do setor artesanal (STRIDE, 1992), sendo realizada tradicionalmente, tanto no que se refere ao aspecto intelectual e cognitivo, como aos aspectos tecnológicos envolvidos nas atividades de captura dos peixes.

Para a FAO, a pesca é uma atividade tradicional, praticada em regime de economia familiar, podendo ser usada uma quantidade relativamente pequena de capital e energia. “Quando há o emprego de embarcações estas são de pequeno porte, as capturas são realizadas próximas às praias e a produção destina-se ao consumo local” (FAO, 2011), podendo também ser realizadas sem o uso de embarcações (quando há coleta manual nas praias e/ou mangue). Contudo, no Cajueiro essa atividade vai além de uma prática familiar, pois envolve vizinhos, compadres e amigos, caso já apresentado pelo Sr. Chico e dona Lourdes que menciono mais adiante.

Os pescadores são aqueles que utilizam os recursos pesqueiros extraídos e coletados, apreendidos ou capturados em água doce e/ou salgada para fins de consumo comerciais ou domésticos. Diegues (1983) descreve o pescador artesanal como sendo aquele que se caracteriza não por depender exclusivamente dessa atividade, e sim por dominar os métodos de pesca e de todos os conhecimentos indispensáveis para o sucesso da pescaria. Pois além de ter na pesca uma profissão, tem nela uma história cultural, que não é estabelecida apenas nos momentos de trabalho, mas ao longo de sua vida.

A pesca comporta um sistema de partilha diferenciado, que ocorre entre os tripulantes da embarcação, que favorece o (a) dono (a) da embarcação, pois este fica com maior parte da divisão do pescado, notando-se uma divisão social do trabalho bem mais elevada.

No livro *Mestres e Mares*, Simone Maldonado (1993) descreve o dono do instrumento como “pescador mestre”, pois também detêm o saber e o saber fazer da pesca. Na maioria das vezes se caracteriza por ser o pescador mais velho da comunidade, em alguns

casos, encontra-se aposentado de suas atividades. Os três donos de instrumento que encontrei no Cajueiro também são verdadeiros mestres da pesca, pois além de dominar todas as técnicas e saberes, sabem como organizar os pescadores, sob uma ética que envolve igualitarismo e hierarquia, além de estarem na frente das tomadas de decisão tanto na terra, como no mar.

A autora enfatiza as características dos pescadores e elabora uma tipologia de trabalhadores, levando em consideração o tipo de organização da produção adotada pelo grupo. Para esta autora, tais características seriam:

[...] simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo de produção – se bem que, atualmente, esses pescadores tenham se modernizado bastante –, produzindo com grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco, sem vínculo empregatício entre as tripulações e os mestres dos botes. Esse tipo de pescador tem na pesca a sua principal fonte de renda, e a produção volta-se para o mercado, sem perder, contudo, o seu caráter alternativo, podendo destinar-se tanto ao consumo doméstico como à comercialização (MALDONADO, 1993).

Apesar de terem na pesca sua principal fonte de renda, durante a pesquisa de campo observei que a pesca é associada a outras atividades. Assim como os pescadores, os donos de instrumento desde território caracterizam-se por realizarem várias atividades extrativistas e agrícolas. Além disso, alguns atuam como comerciantes, como forma de complementar sua renda ou mesmo, como modo de ocupar o tempo livre, pois nem todos os dias eles pescam.

Dessa maneira, procuram se inserir em atividades complementares, tendo como estrutura social assentada nas relações de parentesco e de compadrio o que favorece as trocas solidárias de trabalho, alimentos, ritos, festas, saberes. De acordo com a antropóloga Lourdes Furtado (1993), esses pescadores são conhecidos como polivalentes, dedicando-se a várias atividades durante o ano, como roçados, extrativismo, coleta, criação de gado e pesca. Porém, o conhecimento sobre a pesca se destaca entre essas múltiplas atividades, que acabam por se reconhecerem como pescadores tradicionais.

Para o Sr. Davi, a atividade pesqueira permite que o pescador pratique outra atividade de complemento alimentar e financeiro. Já o Sr. Camurim afirma que durante um mês tira 10 dias de folga para consertar as redes, fazer manutenção na canoa e tomar conta da roça que tem no fundo de casa. Explica que não em tem como exercer outra atividade financeira.

Eu pesco de 3 a 4 vezes na semana (...) Crio galinha solta no meu terreno, que vendo para alguns vizinhos e as vezes vai pra panela. Tenho muitas árvores, que dão bom fruto, pé de caju, de manga (não gosto muito, porque não é de manga rosa) e tem também de jaca. Os

meninos as vezes sobem no pé de manga pra pegar, eu deixo porque eu também vou no terreno deles pegar pra mim (SR. DAVI, 17/08/2016).

Alguns pescadores quando não estão pescando, trabalhando no roçado ou fazendo algum “bico” (eletricista, vigilante, pedreiro entre outras), passam as tardes consertando as redes, além de atender e conversar com os parentes e vizinhos que chegam para visitá-los. O trabalho consegue mediar as relações sociais entre as pessoas nesta comunidade. Quando se vai à casa de alguém para fazer alguma coisa, se tem a chance também de trocar ideias e falar sobre o cotidiano.

Dessa forma, a pluriatividade é uma característica muito presente nessas unidades sócias de trabalho. Constitui-se como um modo de vida e uma estratégia de sobrevivência do grupo social, já que a articulação entre diferentes habitats faz com que se distribua e, conseqüentemente, diminua a pressão sobre os ambientes (KUHN, 2009). Essa característica é assinalada por Accioly:

Nas comunidades tradicionais, em especial, tem-se essa visão da pluriatividade muito relacionada com a gestão, ou abordagem ecossistêmica. Ao abordar ecossistemicamente, precisa equilibrar as pegadas no ecossistema senão desequilibra tudo. Por isso sempre as atividades tradicionais são mais plurais, tanto no tempo como no espaço, nas fontes. Isso é interessante porque é uma característica, do ponto de vista do biológico, das comunidades tradicionais. Elas têm essa visão muito clara que tem que abordar o ecossistema por inteiro. Que é o que hoje os congressos por aí andam dizendo, que as intervenções têm que ser ecossistemicamente integradas (KUHN apud *et. ACCIOLY*, 2009, p.20).

Esta é uma estratégia usada por comunidades, pois sabem que a prática de outras atividades vai além de uma questão econômica e também ambiental. Um ambiente sobrecarregado, afeta a reprodução e migração das espécies aquáticas, ocasionando um desequilíbrio ecológico e conseqüentemente a escassez de tais recursos. Percebemos que apesar da importância econômica de tal atividade, esses grupos não esquecem o valor socioambiental que tal prática tem trazido as suas vidas.

No, Cajueiro os pescadores têm um modelo de produção baseado na unidade familiar, caracterizado pela tripulação composta por conhecidos e parentes, de forma não assalariada, proporcionando forte sistema de coletividade as unidades de produção de pesca.

Em tempos passados, a pesca era uma atividade exercida em sua grande maioria por homens, porém as mulheres vêm ganhando seu espaço. De acordo com informações do Sindicato de Pescadores Artesanais do Estado do Maranhão (SPAEM), cerca de 40% da atividade pesqueira é exercida por mulheres, que além de serem marisqueiras praticam a

pesca, desde os procedimentos iniciais, como a preparação dos apetrechos necessários à atividade da cata ou pesca até a venda do pescado nos mercados locais. Segundo o Sr. Paulo presidente do Sindicato, tal fato se deve à falta de emprego. Essa inserção se deu primeiro nas feirinhas, só depois passou para a prática da pesca, pois muitas já conhecem esse exercício, pois aprenderam com seus pais e maridos.

Durante minhas idas ao campo encontrei várias mulheres pescando na beira da praia, coletando siris, sururus, sarnambis e no arrasto de peixes e camarões, além de crianças na companhia dos pais. Como a pequena Raquel, uma menina de 12 anos, que estava com uma carroça que carregava com balde, facão e um pulsar, aguardando seu pai para ir pescar. Ela me explicou que desde muito cedo está inserida no mundo da pesca e do mar e que aprendeu o ofício com o pai, vive na praia com a família e durante os períodos livres, ajuda o pai e a mãe na pescaria. Apesar de muito jovem possui um vasto conhecimento sobre as técnicas de pesca e seus instrumentos. Além das experiências “embarcadas”, ou seja, já esteve pescando em outros locais como a ilha do Caranguejo, sempre na companhia de seus pais.

Para os pescadores esse é um ofício “herdado de seus pais, parente ou até mesmo do mestre”, que lhes ensinou as técnicas e artes de pescar. Tais ensinamentos foram transmitidos de forma oral ou pela observação, e encontram-se guardadas em suas memórias. O Sr. Chico afirma ter aprendido quando jovem, com o Sr. Bezerra, que o levava para pescar e depois começou a ceder suas embarcações e redes para ele.

Quem me ensinou a pescar? Foi seu Bezerra, quando eu era mais jovem ficava ai na rua e ele me chamava pra ir pescar na prainha, ai eu ia, passávamos 2 dias as vezes no rancho dele ... depois comecei a ir sem ele. Ai a gente repartia o pescado, tinha vez que eu vendia minha parte pra ele. Tudo que eu sei sobre pesca foi o que ele me ensinou (SR. CHICO, 12/11/2016).

Em alguns casos esse ensinamento está além dos laços de parentescos, na fala do Sr. Chico percebo a importância das relações de vizinhança, que constituem laços de solidariedade, cooperação além de afetivos, principalmente por mediar grande respeito e agradecimento.

O conhecimento dos pescadores é cumulativo, produzido por gerações sucessivas que se transforma ao longo do tempo; é empírico, pois se confronta com o teste da experiência diária e as intempéries do tempo, e é dinâmico, uma vez que se transforma em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas.

No entanto, para uma boa pescaria, além de um domínio intelectual e físico, o

pescador precisa ter sorte (DIEGUES, 1983). Há sempre algo que faz os pescadores lembrarem uma boa pescaria que tiveram em algum momento passado, fornecendo esperança e motivando-os a pescar. Diegues aborta o fator “sorte” expressando que a sorte tem um peso ainda maior quando o pescador trabalha com armadilhas fixas, mas, mesmo assim, o conhecer do pescador é fator de sucesso. “É preciso ter ciência para assentar bem um cerco”. Isso traduz a necessidade do conhecimento do perfil de fundo da direção das marés, etc. O conhecer é contrabalanceado pela sorte, porque muitas vezes, dentre dois cercos assentados e próximos, um pode amanhecer cheio de tainha, enquanto o outro está vazio. (DIEGUES, 1983, p. 195).

Além da sorte o pescador precisa ter o conhecimento empírico dos ambientes aquáticos e o saber fazer, pois o domínio dos outros dois quesitos aumenta o terceiro. A sorte também se traduz nas dificuldades enfrentadas pelos pescadores, os riscos por passarem tanto tempo no mar, a imprevisibilidade da natureza e dos cardumes. Tal fator foi relatado pelo Sr. Camurim durante uma pescaria, em que teve sua canoa levada pela correnteza e atribuiu o fato de ter sido encontrada a “sorte”:

Agora, nessa última vez que minha canoa foi embora, eu saí e achei ela em Tucum ... quando cheguei perto da ilha dos caranguejos, o motor parou, aí, eu fiquei à deriva e a noite todinha à deriva. No outro dia as 2hs da tarde foi que um outro rapaz passou no barco, foi que foi me trazer pra cá. E já foi há 3 dias depois porque ele tava indo pra muruada dele. Ele (rapaz) é conhecido, mas ele é lá da Liberdade. E ele já foi me achar depois de Cajapió. Aí, foi que ele rebocou. Foi muita sorte minha, já tava sem nada e queimado do sol (SR. CAMURIM, 20/04/2017).

O estudo acompanhou tangencialmente algumas dimensões e categorias antropológicas, de tal maneira que “sorte”, “risco”, “relações internas na pesca” estão menos explorada que o saber, as técnicas e práticas. Ainda, afirmo que a situacionalidade do campo exerceu certa imposição para compreender mais as relações externas e especificamente frisar os conflitos socioambientais dos pescadores na ilha de São Luís, nos termos que se depreendem das observações de Lopes e Little.

Entendo que os pescadores estão diante de desafios de refletir e elaborar estratégias de ação e projetos. Pescadores dos bairros na cidade realizam esforços para politizar a questão dos rios e lagos contaminados, para visibilizar a devastação dos recursos e seus agentes, proposições que se destacam desde a identidade de pescadores, face a múltiplas pressões e tensões. No povoado Taim a criação da Reserva Extrativista (RESEX) Tauá Mirim afigura-se como uma possibilidade de permanência no território comum e sua preservação, o que não

existe certeza é se resolverá a questão dos conflitos por recursos. Os pescadores de Cajueiro desenvolvem estratégias de luta diversas, em várias direções, com diferentes agendas de interesse e interlocutores – Universidade Federal do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão, Ministério Público Federal, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – mas também, povos de terreiros e movimentos sociais da cidade.

2. Situações de conflito na ilha de São Luís.

Na ilha de São Luís o território pesqueiro, tem sido alvo dos grandes empreendimentos desde o fim da década de 1970, com a implantação do Projeto Grande Carajás, no bojo do qual se alinhava o projeto Ferro Carajás e o projeto do alumínio. Essas ações inspiram-se no discurso da ilha possuir uma localização geográfica “privilegiada” para receber grandes projetos. Com a implantação da extensa rede de estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país, a Estrada de Ferro Carajás e o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui, da Ponta da Madeira (pertencente à Vale) e da Alumar (pertencente a ALCOA) tem sido privilegiado pela intervenção governamental, interrompendo nos modos de vida de povos tradicionais.

Tais projetos industriais provocam mudanças significativas nos territórios pesqueiros da ilha, provocando, a exploração intensiva de recursos naturais e com isto a alteração do modo de vida dos pescadores que vivem em tais espaços. Projetos que ao se instalarem em espaços pouco explorados pelos pescadores, realizam manobras para o deslocamento compulsório dessas comunidades. Contudo, muitos destes agentes sociais, diante dessa situação, se mobilizam e formam movimentos de resistência a favor do seu território.

Com a implantação dos grandes projetos na Ilha de São Luís, tem início a organização de movimentos sociais em defesa da Ilha. Almeida (2008) em seu livro *Terras tradicionalmente ocupadas*, comenta o surgimento dos movimentos sociais no Brasil, tendo como marco o final da década de 1980. Nessa trajetória os agentes sociais deixam o associativismo e incorporam outros fatores na luta pelo direito ao reconhecimento.

... certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de autodefinição coletiva, que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de pautar e de encaminhar demandas aos poderes públicos (ALMEIDA, 2008, p. 25).

Esses movimentos surgiram para dar visibilidade às minorias que se encontram

esquecidas pelo poder público. Diversas categorias sociais puderam dirigir suas demandas às autoridades. Os povos tradicionais estão cada vez mais presentes nestes movimentos, reivindicando reconhecimento territorial e identitário para ter autonomia na reprodução de seu modo de vida, organizando-se sob o princípio da solidariedade para defender interesses específicos, além de buscar conhecer seus direitos.

Os pescadores tradicionais vêm organizando coletivamente em defesa do território pesqueiro através do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), Conselho da Pastoral dos Pescadores (CPP), Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras (MNP) e Movimento dos Pescadores do Maranhão (MOPEMA). Além de se articularem com outros movimentos sociais e ambientais, intelectuais e profissionais liberais da cidade de São Luís, realizando mobilizações envolvendo associações e uniões de moradores das localidades. Essas articulações estratégicas constituem o que Almeida (2004) denomina “unidades de mobilização”:

Este conceito de unidade de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador das intervenções de Estado,- por meio de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura. (ALMEIDA, 2004, p. 10)

A mobilização social ocorre diante das dificuldades para sua reprodução material, social e cultural e dos diversos obstáculos que surgem para esses grupos sociais continuarem realizando a ocupação e a utilização do território e de seus recursos naturais. Além disso, provoca rupturas na intensa relação dessas categorias com o ambiente natural, fator fundamental para a continuidade do conhecimento, definido como “conhecimento tradicional”, e constituído por um conjunto de habilidades e práticas culturais, assim como saberes e crenças. A natureza é lugar de permanente aprendizado, proporcionando acumulação de conhecimento individual e coletivo, assim como reprodução de saberes sobre o ecossistema. Apesar de estabelecerem relações sociais, seus territórios e seus direitos continuam sendo violados.

Cito aqui o Relatório Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Pesqueiras no Brasil, apresentado pelo CPP em 2016. Nesse documento, é denunciado que cerca de 150 comunidades, representando mais de 160 mil famílias de pescadores artesanais sofrem violações de direitos humanos em comunidades pesqueiras. Alguns desses conflitos duram mais de 50 anos.

Dentre as muitas denúncias, destaco a situação da comunidade do Cajueiro, que passa por alterações nos modos de vida, sobretudo por conta da iminência de instalação de um terminal portuário em seu território. Contudo, tais grupos possuem à sua disposição, normas jurídicas ambientais, que dão suporte a um sistema regulamentar que ampara a atual concepção de que o bem ambiental e cultural compõe o patrimônio nacional e, conseqüentemente, garante aos povos e comunidades tradicionais o acesso a territórios tradicionais.

O conjunto desses direitos está assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pelos tratados internacionais (Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT; Convenção da Sociodiversidade; Convenção dos Direitos Humanos, Declaração da Organização das Nações Unidas – ONU), surgindo a possibilidade da proteção à cultura, de todos os povos e comunidades tradicionais e o direito à terra. O Art.14 da convenção 169 de 2004 assegura o reconhecimento dos direitos das Comunidades Tradicionais sobre seus territórios:

Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

O Art. 16 alega que: Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento.

No entanto, o reconhecimento legal, não é suficiente para garantir a continuidade da reprodução desses povos, como também não garante a existência digna das famílias. No decorrer deste capítulo apresento diversas violações de direitos, além de conflitos existentes contra as comunidades de pescadores que moram em locais disputados por esses empreendimentos, que insistem em deslocá-los a qualquer custo de suas terras. Empreendimentos que muitas vezes atribuem a esses grupos o atraso ao desenvolvimento regional.

Almeida (2004) comenta que tais atribuições têm sofrido modificações e que os agentes sociais atingidos ganharam novo eco em meio aos riscos inerentes, causados em função de visões e ações desenvolvimentistas que não consideram esses grupos locais.

A repetida invocação de “modernidade” e “progresso”, que parecia justificar que os agentes sociais atingidos pelos grandes projetos fossem menosprezados ou tratados etnocentricamente como “primitivos” e sob o rótulo de “atraso”, tem sido abalada em face da gravidade de conflitos prolongados e à eficácia dos movimentos sociais e das entidades ambientalistas em imporem novos critérios de consciência ambiental (ALMEIDA, 2004,

p.10).

Na ilha de São Luís, a resistência dos grupos tradicionais ganhou maior apoio em 2001 de setores da sociedade maranhense, constituídos por ambientalista, professores, estudantes universitários, intelectuais, profissionais liberais, técnicos e políticos locais, em conjunto com lideranças comunitárias iniciaram a organização de uma forte resistência à implementação de um polo siderúrgico na zona rural II de São Luís (SANT'ANA JÚNIOR e ALVES, 2009), o que geraria impactos socioambientais na região.

Esses grupos passam a se organizar, na busca pela visibilidade social, à procura de reconhecimento dos seus saberes tradicionais para gestão de recursos naturais e territoriais. Significa que deixam de ter uma existência individual e reducionista e passam a mostrar uma existência coletiva, objetivada em movimentos sociais. Assim sendo, “um renovado impulso no empenho por acreditar a capacidade de decisão autônoma de cada qual, e tornar mais participativo um sistema representativo que se mostra em certo modo calcificado” (GORCZEVSKI, 2011 p.13), tornando-se agentes ativos perante as questões que estão surgindo.

Com essa “nova” forma de resistência, os agentes sociais começaram a se organizar e resistir à implantação de empreendimentos em seu território, através dos movimentos sociais. Eles resistem a saírem do local, caracterizando o que alguns autores denominam conflitos sociais que, em algumas vezes, se desenvolvem para conflitos ambientais. Dessa forma, podem ser caracterizados, conforme Little (2004) como conflitos socioambientais:

... embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de interrelacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural. Dada a existência de muitos tipos de conflitos sociais, podemos classificar um conflito determinado como *sócio-ambiental* quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico (LITTLE, 2004, p.1).

Tais conflitos são recorrentes, pois conforme Acselrad (2004) é impossível separar a sociedade do seu meio ambiente, “trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o ambiente não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles são culturais e históricos” (ACSELRAD, 2004, p.7).

Assim, os objetos as práticas e os sentidos interagem e conectam-se material e socialmente através dos elementos da natureza e por esse caráter inseparável de sociedade e

ambiente é que a reprodução da sociedade se constitui num projeto social e ecológico ao mesmo tempo. “No processo de sua reprodução, as sociedades se confrontem a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais. Embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público e a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva” (MUNIZ, 2010, p189).

Para as comunidades de pescadores tradicionais, tais conflitos são mais complexos, pois estes vivem em dois territórios – Água e Terras, que estão ligados às suas práticas sociais, culturais, simbólicas e econômicas. Segundo Furtado (2004), as águas são territórios de trabalho; de produção de pescado, já a terra é o território de moradia, de transformação do pescado, das transações comerciais por excelência. Por essa razão, esses grupos estão sujeitos às dinâmicas das políticas públicas nacionais e regionais – nem sempre adequadas às suas necessidades. Diegues (2004), vai além ao afirmar que o mar para os pescadores, não é somente um espaço físico, mas sim o resultado de práticas culturais e de relações sociais, onde os grupos de pescadores que o utilizam se reproduzem material e simbolicamente. O território para esse grupo não se resume apenas a questão de posse de uma área delimitada, existem laços de sentimentos e vínculos que são estabelecidos referente aos processos da territorialidade, que não se condiz somente ao uso da defesa, mas aos sentimentos de pertencimento ao território.

Em relação à territorialidade da pesca, Furtado (2004) destaca que a perspectiva do esgotamento dos recursos naturais, em razão do livre acesso de exploradores aos mananciais, territórios de pesca, está na base dos conflitos, não só pela noção de limite dos bens da natureza, mas também pela ameaça de desaparecimento de certas espécies de peixes.

Para a autora, o conceito de territorialidade da pesca abrange uma dimensão complexa, que vai além da concepção de limite físico, envolvendo fatores que definem a territorialidade como um patrimônio acumulado de quem a constrói. O uso e a apropriação indevida dessa territorialidade acabam por motivar situações conflituosas no segmento pesqueiro tradicional. Tais conflitos decorrem das crises relacionadas às mais diversas formas de agressão ao meio ambiente, associadas às questões sociais também geradas por fatores antrópicos.

Nessa perspectiva de análise, o território pode ser interpretado como um espaço permeado por disputas entre diferentes agentes sociais que possuem lógicas e interesses na maioria das vezes antagônicos, como é caso dos interesses da indústria, portos, entidades públicas e privadas e a atividade da pesca. Assim, para Henri Acselrad (2004):

Os conflitos são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p.26).

A partir de um enfoque socioambiental, o território passa a ser considerado um amplo espaço no qual a vida humana se desenvolve e são articulados processos sociais, ecológicos, tecnológicos, culturais e políticos, visando à satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida.

Com efeito, o grupo pesqueiro na ilha de São Luís tem tido seus modos de vida e trabalho alterados com a instalação e desenvolvimento de indústrias, portos e ações do setor privado e público. Apontam-se diversas transformações no território: crescimento demográfico, pressão imobiliária, violência, expropriação de trabalhadores, devastação de florestas, transformações no ambiente marinho; poluição dos mananciais, desaparecimento de peixes, moluscos e crustáceos, áreas assoreadas, desmatamento, aumento do tráfego de navios entre outros. Assim, é possível apontarmos para a configuração de um cenário conflituoso na ilha de São Luís, tendo em vista os interesses antagônicos.

Tais empreendimentos, segundo o sociólogo Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior (2014), apresentam-se mascarados, discursivamente, amenizados através da incorporação de noções como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental, pregando o desenvolvimento regional, geração de emprego e aumento do capital local. Os efeitos desse modelo são nefastos devido à lógica de ocupação espacial e produção que o sustenta.

Além da instalação dos grandes empreendimentos na área litorânea do Maranhão, que estão gerando conflitos com os pescadores locais, existe a pesca industrial proveniente de outros Estados da região norte e nordeste do Brasil, que disputam de forma desigual com a pesca tradicional a captura de peixes, moluscos e crustáceos.

Os barcos usados na pesca industrial são equipados por apetrechos de pesca como arrastões, lagosteiros, espinheis e pargueiros, por se caracterizar como uma atividade, que captura grande quantidade de pescado, acaba por afetar a produção local. Os pescadores reclamam que esse é um grande problema, que encontram ao desempenhar a atividade da pesca em alto-mar, pois ao encontrarem tais embarcações têm seus barcos e apetrechos de pesca muitas vezes danificados.

Também reclamam da competição desigual, o que diminui o rendimento econômico

da atividade, principalmente para os pescadores locais. O Sr. Arlindo, pescador há mais de 40 anos, da comunidade do Cajueiro, lembra que a pesca industrial não tem por finalidade o abastecimento regional e que, muitas vezes, o pescado capturado no litoral maranhense é transportado para outros Estados e países. “*Quem coloca o peixe na mesa do pessoal daqui do Maranhão é a gente*” (SR. ARLINDO, 20/04/2017).

A partir de visita de campo, referencial teórico e levantamento bibliográfico sobre os conflitos socioambientais entre comunidades pesqueiras, identifiquei seis conflitos, nos últimos 10 anos ao longo da ilha de São Luís. Apesar da abrangência da pesquisa, podem existir diversos outros locais que compartilham os mesmos conflitos por recursos pesqueiros. Mesmo assim, é possível verificar que conflitos socioambientais entre indústrias e pescadores são recorrentes em diversas localidades da zona costeira do Maranhão, evidenciando a representatividade deste tema na atualidade. Para isso, buscamos por meio de informações veiculadas na imprensa escrita, pela internet, pesquisadores que tratam dessa temática e ainda conversas e entrevistas fazer uma análise dos conflitos socioambientais, considerando o conjunto dos sujeitos envolvidos.

Quadro 01: Descrição de situações sociais de conflito na ilha de São Luís.

Área	Período	Descrição sumária dos conflitos	Agentes envolvidos	Entidades de apoio e finalidades
Rio Anil (bairro Fé em Deus)	2007 – 2012, quando houve o encerramento das atividades da fábrica da Merck na ilha de São Luís.	Emissão de resíduos químicos no rio Anil pela fábrica da Merck, ocasionando a mortandade de inúmeros peixes.	Pescadores e ribeirinhos. Fábrica Merck	Ministério Público Federal Políticos Sindicato dos Pescadores
Barragem do Bacanga	2015 até hoje, pois, a obra de conserto da barragem do Bacanga ainda não foi concluída.	O rompimento da barragem do Bacanga, fez com que a governo do Estado do Maranhão, implanta-se uma barreira de pedra para impedir o alagamento da área. Porém isso, gerou um empecilho para renovação da água na lagoa,	Pescadores e ribeirinhos Governo do Estado do Maranhão,	Sindicato dos Pescadores Colônia de Pesca Ambientalistas

		ocasionando a mortandade de vários peixes.		
Praia do Boqueirão	Início de 2008 até os dias atuais, pois existe uma ação indenizatória contra a empresa Vale, movida pela Associação de pescadores artesanais do Boqueirão.	Expansão do porto da Ponta da Madeira da empresa VALE, o que ocasionou a proibição por parte da empresa na prática da pesca. Além da alteração do território, através de impactos sociais e ambientais.	Pescadores tradicionais da praia do Boqueirão Associação de Pescadores Artesanais do Boqueirão. Empresa Vale.	Sindicato dos Pescadores Colônia de Pesca Ambientalistas
Povoado Camboa dos Frades	Ano de 2007 até hoje, pois o povoado, move uma ação contra a termoeletrica que vem causando danos.	A instalação da Usina Termelétrica Porto do Itaqui, da empresa MPX, levou o povoado Camboa dos Frades a ficar isolada atrás da Usina termelétrica, além de ocasionar sérios impactos ambientais e sociais.	Comunidade Camboa dos Frades Movimentos Sociais, Empresa MPX, Estado do Maranhão IBAMA .	Ministério Público Federal UEMA UFMA Sindicato Colônia de Pescadores
Comunidade do Taim	Década de 80 até hoje, pois os grandes empreendimentos (Vale e Alumar), além de empresas de cimento (Votorantim) e a termelétrica continuam a poluir seu território.	Tentativa de implantação de um Polo Siderúrgico na ilha de São Luís, que ocasionaria um possível deslocamento compulsório de várias comunidades da zona rural II de São Luís, entre elas o Taim. A poluição e assoreamento de rios (Rio dos Cachorros e Limoeiro), principalmente pela Alumar, caracteriza os motivos que tem gerado esse conflito que é permanente.	Comunidade do Taim e comunidades VALE ALUMAR VOTORANTIM	Movimentos sociais, Pesquisadores, GEDMA, Igreja Católica, Pastoral da Terra, Justiça nos Trilhos.

Fonte: Elaborado pela Autora.

No quadro acima, apresento os conflitos identificados no ambiente de pesquisa, destaco os agentes envolvidos em tais conflitos que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais por representantes de grandes interesses econômicos, principalmente no debate sobre a gestão das águas, do território, do solo e da biodiversidade.

Nos tópicos seguintes, descrevo com mais detalhes os conflitos que vêm ocorrendo na ilha de São Luís, ou que já ocorreram e que atualmente encontram-se “solucionados”. Contudo, percebemos que a grande maioria dos conflitos apresentados continuam sem solução e se arrastam pelos órgãos competentes.

2.1. Conflitos no Rio Anil (Fé em Deus)

O Anil é um importante rio da ilha de São Luís e, no seu entorno, se fixaram várias comunidades ribeirinhas. Atualmente, possui alguns pontos poluídos, o que está relacionado à ocupação desordenada de seus arredores e ao desmatamento de suas margens, além de fábricas que lançam seus resíduos sem nenhum tratamento em suas águas.

A Merck, empresa farmacêutica, iniciou suas atividades em 1968 na ilha de São Luís e desde então se caracterizou como uma das principais poluidoras do rio, causando transtorno à população ribeirinha e de pescadores. Existem cerca de 300 famílias que moram próximo a Merck e que tem na pesca uma fonte de renda, porém são prejudicadas pela poluição causada ao rio pela fábrica. Os pescadores ao longo dos anos realizaram muitas denúncias. Além dos pescadores, vários estudos e pesquisas científicas comprovaram a existência de resíduos químicos no rio decorrente desse processo de industrialização ao longo do rio.

Em 2007, foi registrada uma tragédia ambiental. Os pescadores do bairro Fé em Deus foram surpreendidos, por milhares de peixes mortos boiando nas águas do rio Anil e acusaram a fábrica Merck.

De acordo com o pescador Willame Fernandes do Nascimento mais de 300 pessoas tiram seu sustento das águas do rio Anil, por meio da pesca. São pescadores da Fé em Deus, da Liberdade, da Alemanha, das ruas Boa Esperança e Rachid Liberdade. Agora terão de esperar por mais de um mês para que possam voltar a trabalhar. Entre os peixes mortos, estão sardinhas, tainhas, uriacicas, bagres e papistas. (TITULO DA NOTICIA: Rio Amanhece com centenas de peixes mortos; Jornal Pequeno; 2007).

Após inúmeras denúncias feitas à imprensa, Ministério Público Federal do Maranhão e a Assembleia Legislativa do Estado, sobre a poluição causada pela Merck ao rio Anil, em 2008 a fábrica anunciou sua mudança de São Luís para o interior do Estado. Esse foi o único caso de conflito que obteve solução, porém a poluição do rio Anil continua a acontecer através do lançamento de esgoto sem tratamento nas suas águas, afetando o modo de vida das comunidades ribeirinhas e dos pescadores que dependem de seus recursos. Além disso, a Merck não reparou os danos ambientais e sociais provocados ao longo desses anos.

Durante visita de campo ao bairro Fé em Deus para verificar como se encontra atualmente a situação do rio Anil, conversei com alguns moradores, que destacaram a poluição do rio e os consequentes impactos sobre a pesca. Eles me informaram que, apesar de

a empresa Merck ter saído do entorno do rio Anil, não houve nenhum projeto para a recuperação do mesmo, que continua a ser poluído pela própria população que mora as suas margens e por empresas.

Aqui o poder público não faz nada. Essa empresa (Merck) só saiu daqui porque agente brigou muito pra isso. Na época a gente teve ajuda de alguns deputados e também da universidade (UFMA) que fez coleta de água e comprovou a presença de poluição da Merck. Depois que ela (Merck) viu que não tinha mas o que fazer, foi embora.

[...]

Quando os peixes apareceram mortos, foi um auê na época veio até os jornais apareceram pra tirar foto, falar com a gente. Mas aquela não foi a primeira e nem a última vez que isso aconteceu aqui. Ainda tem peixe que aparece morto por aqui, não aquela quantidade como daquela vez, mas aparece uns 5, 6 ... aqui e acolá. Eu pesco, mas não aqui, vou mais lá pra Raposa, o peixe daqui não presta, tá poluído (JOÃO EVANGELISTA, 18/07/2017).

A poluição do rio é visível e se agrava pela falta de saneamento básico nessas comunidades e de compromisso dos órgãos ambientais (SEMA, ICMbio, IBAMA entre outros) em limpar e conservar as suas águas, o que tem gerado o aumento do índice de poluição que, além de causar a mortandade dos peixes, tornou-se um problema de saúde pública também, pois muitas crianças que brincam em suas águas ou pessoas que utilizam as águas do rio afazeres domésticos, banho) por não ter outro meio, apresentam frequentemente problemas de pele (micoses) e doenças gastrointestinais.

2.2 Conflito na barragem do Bacanga

“O peixe da área Itaqui-Bacanga acabou. Agora vamos viver de quê?”.
(Pescador Domingos Viegas Sousa, Jornal Pequeno, 2016).

A Barragem do Bacanga encontra-se no início da avenida dos Portugueses, ligando o centro de São Luís ao Porto do Itaqui. Construída entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, com a finalidade de prover o acesso viário à área Itaqui Bacanga, fazer o manejo do rio para o mar e vice-versa para evitar inundações e gerenciar a qualidade da água, promovendo a manutenção da atividade pesqueiras na área. Contudo, ao longo desses anos pouco foi feito pelo poder público para manter o funcionamento da barragem, ocasionando em 2015 o seu rompimento.

Como medida provisória, o governo do Estado ergueu uma barreira de pedras para

impedir alagamentos da área e dos bairros vizinhos. Porém o problema só aumentou, gerando impacto na atividade pesqueira, pois as pedras impediram a entrada da água do mar para renovação da água da lagoa formada pela barragem, que se encontra com altos índices de poluição. Ocorrendo a mortandade de diversos peixes, moluscos e crustáceos devido a essa intervenção.

Durante visita de campo realizada em julho de 2017 na área, encontrei a obra parada e muitos pescadores reclamando da falta de compromisso do poder público para com os pescadores, que vivem na região, ou que pescam na lagoa. O Sr. Francisco, pescador há mais de 45 anos, e morador do Sá Viana, vê a obra como o principal problema de poluição da lagoa e que tem gerado a morte de várias espécies de peixe e o seu desaparecimento. Denuncia ainda, que a obra da barragem para de tempos em tempos, além de sempre gerar problemas quando finalizada, pois é mal feita.

Nós aqui não temos mais pescado, vivemos assim nessa situação, temo de ir pra outro lugar ou compra peixe pra comer ... ontem mesmo fui lá no portinho, porque não tinha peixe aqui ... os que a gente encontra aqui é pouco demais e ainda corre o risco de adoecer, porque tá estragado. Até hoje espero essa barragem ser consertada pra vê se as coisas melhoram pra gente (SR. FRANCISCO, 04/07/2017).

Os pescadores denunciam ainda que a obra estava parada desde início do ano 2016. Diante dessa situação, foi realizado um protesto, que ocorreu em 19 de agosto do mesmo ano, quando interditaram a avenida dos Portugueses, com uma grande quantidade de peixes mortos, retirados do próprio rio para chamar atenção do Governo do Estado e enfatizar a mortandade das espécies na área. A seguir, algumas denúncias realizadas sobre o ocorrido.

“O sururu já está morrendo e logo não teremos mais este marisco aqui. Depois, não teremos mais peixes e isto atinge também outras espécies da fauna, pois as aves se alimentam do peixe vivo” (Sr. JEDIÉ, pescador do bairro Sá Viana, Jornal O Imparcial, 2015).

“A quantidade de peixes mortos daria para abastecer toda a comunidade. A principal forma de subsistência dos moradores é a pesca” (Pescador DENILSON Braga, Jornal O Imparcial, 2016).

Os pescadores reivindicam a volta dos trabalhos para o conserto na barragem que se encontravam paralisados e a despoluição da lagoa. Aproveitando a ocasião para solicitar durante o protesto a presença do Secretário de Estado de Infraestrutura (SINFRA). Essa

autoridade se comprometeu em solucionar o problema até o final deste ano. Todavia, esse problema continua sem solução e os pescadores permanecem pescando na barragem, apesar dos impactos já apresentados.

Em 05 de agosto de 2017, ainda sem solução, foi feita nova denúncia sobre a mortandade de peixe e o mau cheiro proveniente da lagoa do Bacanga. Na ocasião, foram encontrados um grande número de peixes mortos na área de mangue da lagoa. Tal fato só reafirma a falta de comprometimentos dos órgãos públicos com essas comunidades e com o meio ambiente.

Aqui isso acontece direto (mortandade de peixe) só que a gente tá cansado de nada ser feito pra melhorar, eles (SINFRA) vem aqui e só fazem promessas. Mas esses últimos anos a quantidade de peixe morto só tem aumentado e nos pescadores que vivi disso tamos sem o que comer (SR. FRANCISCO, 08/08/2017).

2.3 Conflitos no Boqueirão

Na região Norte da ilha de São Luís, a construção do píer IV do terminal portuário Ponta da Madeira é motivo de impasse entre a mineradora Vale e os pescadores que retiram seu sustento da praia do Boqueirão e onde vários pescadores foram atingidos pela privação do acesso às áreas de pesca.

Em 1986, a Vale deu início as suas operações no terminal portuário Ponta da Madeira, com o propósito de fazer o escoamento de sua produção e a remoção de famílias moradoras do Boqueirão. Em 2008, a empresa inicia o processo de expansão do terminal portuário com a construção do píer IV. Tal processo de expansão submeteu a comunidade de pescadores a mais um processo de deslocamento, para áreas próximas a bairros vizinhos (Alto da Esperança, Anjo da Guarda, Vila Embratel e Vila Bacanga). Porém, muitos não se adaptaram a esse outro estilo de vida e retornaram ao local de origem.

Os pescadores estão sendo diretamente atingidos por essa ampliação, porém vêm resistindo a esse projeto expansionista impulsionado pela dinâmica do capitalismo. Em 02 de fevereiro de 2010, foi realizado uma manifestação contra a expansão da obra que estava impedindo o exercício da atividade pesqueira na área da praia do Boqueirão, lugar que os pescadores conhecem e já desenvolvem sua prática a um longo tempo. Após acordo entre a empresa e os pescadores, a pesca foi liberada em uma área restrita da praia, contudo a quantidade de pescado não era mais a mesma, gerando com isso impactos socioeconômicos,

uma vez que a sobrevivência da comunidade está atrelada a atividade econômica produzida naquele território, no caso a pesca.

Desde a implantação da empresa Vale e construção do porto de Ponta da Madeira, os pescadores têm sofrido profundos impactos socioambientais (deslocamento da população pesqueira para bairros vizinhos, diminuição do pescado, instrumento de pesca destruído, derrubada de casa e proibidos de pescar). Todos esses fatores culminaram para o conflito que se instalou em 1980 e seu agravamento com a expansão do porto em 2008. A seguir, trago algumas denúncias feitas a jornais ao longo desses anos.

Segundo o Sr. Davi Gomes dos Santos, pescador há 58 anos, funcionários da Diagonal, empresa que presta serviço para a Vale, teriam aterrado sua fuzarca (armadilha usada pelos pescadores para a captura de peixes), impedindo assim a sua atividade. “Sem a minha fuzarca não tenho como pegar peixes, porque já estou com uma certa idade para realizar um esforço maior como lançar redes” (TÍTULO DA NOTICIA: Pescadores do Boqueirão rejeitaram proposta de indenização da Vale, Jornal 180graus, 2010).

Em 2009, perante esses conflitos, a empresa propôs-se a pagar uma bolsa para os pescadores durante um período de 31 meses – que não ficaram satisfeitos com a proposta e denunciaram estarem sendo coagidos a receber o pagamento.

“Eles visitaram a área e disseram que eu tinha apenas duas opções: ou assinava e ganhava o dinheiro, ou seria cortado da lista de bolsistas” (Sr. DAVI SANTOS, 12/07/2017).

Segundo os pescadores, o valor da bolsa variava de pescador para pescador e nem todos recebiam o benefício. Dos 69 pescadores associados no sindicato da categoria, apenas 54 pessoas foram cadastradas nos grupos a serem indenizados. Os trabalhadores afirmam que o processo foi feito de forma “bagunçada”, pois nem mesmo os representantes da classe chegaram a ser consultados. Além das bolsas, a empresa ofereceu cursos – Saúde do Pescado Artesanal, Trabalhador no Beneficiamento de Pescado, e Carpintaria que foram ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e que para os pescadores não tem sentido, já que a atividade será comprometida, ou por estarem fora da “ciência natural” querendo afirmar seus conhecimentos tradicionais adquiridos por eles durante décadas.

Em 2011 como forma de resistência foi criada a Associação de Pescadores da praia do Boqueirão, na mesma época ocorreu a reocupação da área, momento em que moveram uma ação de indenização por danos materiais e morais contra a Vale. Com isso, em 2013 a

empresa começou a pagar um valor mensal a 110 associados, até que haja uma sentença definitiva.

Atualmente, a comunidade do Boqueirão ainda sofre com os impactos socioambientais impulsionados pela Vale, a espera de melhoras e soluções acomodáveis para sua permanência no local onde sempre viveram. Durante minha visita à praia do Boqueirão, encontrei apenas alguns pescadores que ainda resistem, enfrentando constantes conflitos com a empresa. Os imóveis são em sua maioria de taipa. Segundo Moraes (2014), após o primeiro deslocamento, que se iniciou já na década de 70, uma parte da comunidade conservou suas casas de taipas para poder garantir seu sustento por meio da atividade da pesca, bem como tentar fazer com que a herança cultural que foi herdada de seus ancestrais não se perdesse. E assim continua até hoje, muitas casas encontram-se lá e servem para quando seus donos vão pescar ter onde ficar.

Eu quero é meu terreno de volta! Isso não tá certo, morrei no Boqueirão desde que me entendi por gente. Aí, chega essa empresa é põe nos pra fora, eu não! Voltei foi mesmo, quando dá eu vou lá e pesco. A praia é bem pertinho (Sr. JOÃO PAULO, 12/07/2017).

Nós até fumo pra lá, mas não tem mar perto de casa. Ai fica difícil de trabalhar, né! Onde a gente ia pescar? O terreno é muito pequeno num dá pra plantar e as galinhas, quando sai tive que vender tudo porque num tinha onde colocar (DONA ROSA, 12/07/2017).

Diante desses dois relatos, percebemos que não adianta deslocar esses grupos e não lhes oferecer o que lhes corresponde por direito, um lugar propício para continuarem a desenvolver seu modo de vida e sua atividade. Tais projetos têm se sustentado através de uma política de geração de emprego e renda, na busca do desenvolvimento, porém o que percebo é o descaso desses empreendimentos para com esses grupos.

Os pescadores têm buscado assistência jurídica na Defensoria Pública do Estado do Maranhão, pois se encontram ameaçados de despejo por decisão liminar em ação judicial proposta pela mineradora Vale. A empresa alega que em 2015 teriam iniciado de forma irregular a construção de moradias na área, que está localizada nos fundos do Centro de Controle Operacional da empresa. Os pescadores contestam e afirmam que existem aproximadamente dez famílias morando e outros cerca de vinte ranchos, alojamentos utilizados para descanso e guarda de equipamentos de trabalho, todos construídos anos antes da data alegada.

2.4 Conflito em Camboa dos Frades

“A Camboa dos Frades não morreu, ela está só precisando de ajuda (...) Ainda somos, dez famílias que resistem”. (Dona Maria, audiência popular na Associação do Cajueiro, 2014).

A comunidade Camboa dos Frades localiza-se à região noroeste da Ilha de São Luís, voltada para a baía de São Marcos, na área Itaquí Bacanga, próximo ao Porto do Itaquí, com a BR-135, com a Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Carajás e com vários empreendimentos industriais, entre eles, dois de grande porte: Vale do Rio Doce e Alumar, o que a torna cada vez mais estratégica para a instalação de projetos industriais e de infraestrutura.

Os primeiros habitantes foram famílias de pescadores oriundas do interior do estado do Maranhão, atraídos por sua localização e a rica biodiversidade do ambiente estuarino, que propícia atividade pesqueira, a criação de animais e extração vegetal.

Contudo a chegada da Usina termelétrica do porto do Itaquí da empresa MPX mineração e energia Ltda²⁰ foi implantada nos fundos da comunidade, causando uma certa apreensão entre os moradores de Camboa dos Frades, pois sofreram constantes ameaças de deslocamento, além de informações confusas que eram passadas a todo instante sobre qual o tamanho real da área que a termelétrica usaria.

Aqui tem morador que não se fala até hoje, só por causa dessa maldita empresa, que veio pra cá e prometeu um monte de coisa e não fez nada, só derrubou o mangue e poluiu o igarapé. (DONA MARIA, 16/08/2017).

O relato de dona Maria deixa claro os impactos sociais sofridos pela comunidade, que teve seu modo de vida afetado e relações sociais desconstruídas, pois foi formado dois grupos, os que não queriam sair da comunidade e os que queriam sair diante de indenização.

Quando eles começaram as obras da termelétrica, destruíram a avenida daqui, essa avenida daqui ... porque nós aqui tinha acesso a BR135 pela Vila Madureira, aí como a empresa ficou lá acabou com a avenida. Aí, nós procuramos nosso direitos. O transporte das

²⁰ Atualmente se chama Eneva – Itaquí Geração de Energia S/A. Desde maio de 2013 a empresa MPX mineração e energia Ltda tem controle compartilhado entre a E. ON e Eike Batista, conforme acordo de acionista. Em 11 de setembro do mesmo ano, anunciou a aprovação da mudança do nome da empresa para Eneva. Segundo a própria empresa o nome Eneva é composto pela letra “E” de “energia”, combinada à palavra “NEVA”, que remete a “nova”.

crianças deixou de vim aqui, a gente teve que se vira pras crianças irem lá pro início da avenida pra poder pegar o carro. Elas chegavam lá tudo suja. Só depois de muita luta, eles arrumaram a avenida (DONA MARIA, 16/08/2017).

Aqui a gente vivia tudo junto, plantava, pescava. Ai depois que a Vila Madureira foi deslocada ficou muito ruim, agente era tudo parente (DONA MARIA, 16/08/2017).

Antes da chegada do empreendimento, a comunidade estava unida pela mesma associação da Vila Madureira, porém, com o deslocamento da comunidade vizinha e como forma de luta e reivindicação de seus direitos, fundaram a Associação dos Moradores da Camboa dos Frades. A partir de então, a Associação passou a reivindicar formalmente melhorias para a comunidade junto aos órgãos públicos.

Os problemas citados têm afetado as atividades de pesca e agricultura. Durante minha visita na comunidade os pescadores reclamaram da poluição da água, de algumas espécies exóticas que estão aparecendo em suas redes e da diminuição do pescado, que antes era abundante, mas hoje estão tendo que ir para outros lugares (ilha do Medo e ilha do Caranguejo) à procura de uma melhor pescaria.

2.5 Conflitos no Taim

A comunidade do Taim encontra-se inserida na zona rural de São Luís em uma área rodeada por grandes projetos desenvolvimentistas como empresas siderúrgicas e mineradoras, que tem sufocado a reprodução social das unidades familiares. O desenvolvimento dessas atividades ao longo das décadas com a retirada, sobretudo de areia e latérita/pedra para a construção civil tem gerado profundos impactos socioambientais.

Ao longo dos anos seus moradores têm resistido aos impactos, principalmente a poluição e o assoreamento do Rio dos Cachorros, que tem grande valor social e econômico para os moradores, que em sua maioria praticam a pesca e/ou agricultura. A consequência de todo essa intervenção tem sido a diminuição do aparecimento de algumas espécies aquáticas, afetando a produção local.

Constato que os conflitos com esses empreendimentos só têm aumentado durante todo esse período, pois a área onde se encontra a comunidade é estratégica, devido à existência de várias empresas no local. Porém cansados de tanto descaso do poder público e do próprio empreendimento, que só tem interesse em destruir o território, a comunidade se organizou, criando meios para barrar empresas poluidoras que tentam adentrar em seu território.

O povoado Taim possui um modo de vida próprio (cultural, social, e de trabalho). Sua economia se caracteriza por ser polivalente (extrativismo, agricultura, pesca), conforme os recursos naturais explorados, o trabalho em sua maioria ocorre sob o regime familiar. Além de uma vasta biodiversidade. Essas condições são utilizadas como justificativa para que a Associação de Moradores do Taim tomasse a iniciativa de realizar um abaixo-assinado com comunidades vizinhas demandando ao IBAMA a criação da RESEX de Tauá Mirim. A preocupação de serem deslocados de seu território também deu força para prosseguirem na luta, pois já havia ocorrido deslocamento compulsório em comunidades vizinhas, no período de instalações da Alumar, Vale e do Complexo Portuário do Itaqui.

Durante entrevista com moradores, percebo que suas manifestações ocorrem em parceria com as comunidades vizinhas – principalmente Rio dos Cachorros, Cajueiro e Limoeiro - e que sua atuação e processo de resistência só tem se fortalecido, principalmente no ano de 2004, durante a solicitação de implantação do polo siderúrgico.

Resistimos as empresas, fazendo mobilização, procurando nossos direitos e buscando parcerias. O certo é que só tamo aqui por causa de nossa mobilização. Porque o governo é nosso inimigo, ele libera licenças da morte que liberam esses empreendimentos poluentes. (ROSANA, 10/08/2017).

Destaco observações quanto ao grau de organização da comunidade, que ao contrário das outras citadas, Taim não enfrenta um conflito direcionado ou provocado por um empreendimento, pois está sufocada por todos os que estão poluindo seu território e afetando seu modo de vida. Por isso trabalha em parceria com as comunidades vizinhas.

Durante as reuniões e audiência pública realizada no Cajueiro para discutir as ações da WPR, a presença de representantes do Taim é constante, contribuindo com sua fala de apoio aos companheiros do Cajueiro: “*estamos aqui nessa luta porque essa luta não é só do Cajueiro é nossa também*” (ROSANA, 12/11/2016).

... termelétrica (construída na Vila Madureira) também tá matando a gente aqui. Porque quando falaram que iam implantar a termelétrica e o nível de câncer ia subir, já tá aí. Quantas pessoas a gente num já perdeu, com câncer no sangue, câncer no pulmão e de estômago tem um monte de gente, (ROSANA, 12/11/2016).

Assim compreendemos que a luta dessas comunidades nunca é isolada, pois existe uma rede de relações de cooperação, de articulação, o que forma um sentido de necessidade

de articulação de uma com outra, tendo consciência de que esse impacto será sentido não só na comunidade onde o empreendimento vai se instalar, mas em todo seu entorno, afetando o território dos pescadores.

De modo geral, grande parte dos conflitos gerados decorre dos empreendimentos instalados ou que visam se instalar em áreas onde vivem há décadas ou mesmo séculos comunidades tradicionais. Tendo início com seus moradores sendo coagidos por tais empreendimentos para que deixem seu território, como observamos em Cajueiro, Camboa dos Frades e Boqueirão.

Outro problema constatado é que, na maioria dos casos apresentados, têm se prolongado as estratégias de resistência e permanência, porque os pescadores tentam manter seu modo de vida em áreas que são na maioria das vezes reconhecidas legalmente como “*terras de preto, terras de santo, terras de índio, os fundos de pasto e os faxinais, entre outros*” (ALMEIDA, 2004, p.20), e acabam sendo desqualificados como donos dessas terras por direito, são sistematicamente desrespeitados pelos empreendedores.

Diante da pesquisa realizada configurei conflitos de dois tipos: Conflitos por território e conflitos por efeitos externos. O conflito por território se caracteriza quando uma determinada comunidade luta para se manter em seu território, lugar que conservam relações sociais, econômicas, culturais e simbólicas. Mas, muitas vezes, os moradores são ameaçados ou obrigados a deixar suas moradias para dar espaço para os diversos tipos de empreendimentos que visam instalar-se em seu território. Configura-se assim um conflito pelo controle do território. Identificamos alguns que apontam essas características e que foram citados para Cajueiro, Boqueirão, Camboa dos Frades.

O segundo caso de conflitos caracteriza-se por efeitos externos. Temos aqueles que ocorrem quando os empreendimentos comprometem de alguma forma, a qualidade de vida das comunidades. Ou seja, as ações investidas por tais empreendimentos afetam de forma negativa a reprodução social, cultural e religiosa desses grupos. O evento ocorrido no rio Anil, no bairro Fé em Deus enquadra-se nesse tipo de evento, pois este rio teve suas águas poluídas durante anos pela empresa Merck, provocando a mortandade de vários peixes, deixando várias famílias de pescadores sem seu principal recurso. Acrescentam-se os efeitos gerados pelo porto do Itaqui, Alumar, Ponta da Madeira e a termelétrica, que são responsáveis pela diminuição do pescado na área do Boqueirão, Cajueiro e Camboa dos Frades, pois estão poluindo os ambientes de pesca, afetam a reprodução dessa atividade nessas comunidades. Além desses casos, o ocorrido recentemente na barragem do Bacanga, que devido uma obra inacabada, ocasionou o aumento da mortandade de inúmeros peixes

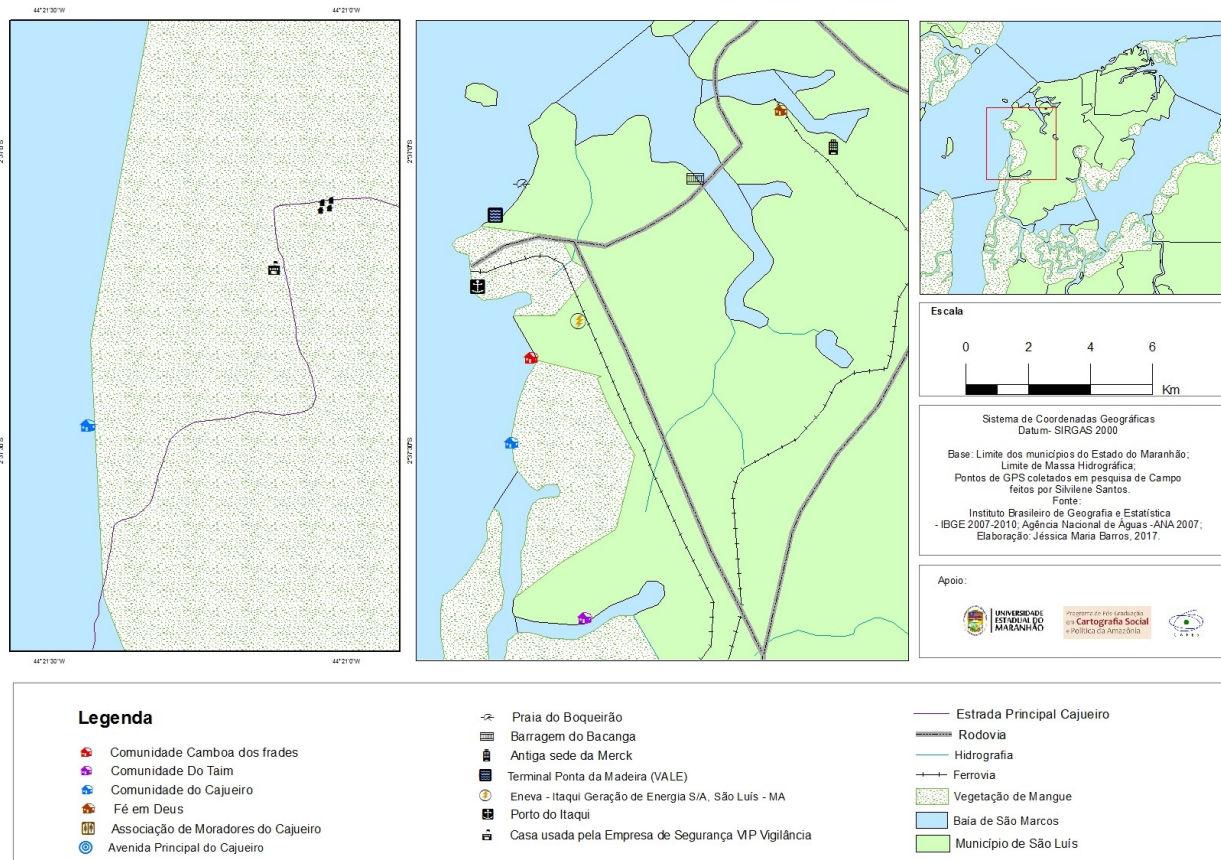
dessa região. Esses conflitos podem ocorrer de maneira separada ou também forma conjunta, ou seja, eles podem ocorrer tanto por territorialidade como por efeitos externos.

Ressalto a importância do mapeamento realizado no qual foi possível identificar as áreas de conflito, percebendo a localização próxima, todos situados na zona costeira de São Luís. As áreas de conflito foram identificadas no mapa 01 com a ajuda de agentes sociais, que também auxiliaram na identificação de outras áreas de conflito pesqueiro.

O que percebo é que esses problemas entre pescadores e os grandes empreendimentos na ilha de São Luís tendem a intensificar-se com a vigência de programas de intervenção governamental, tal como o designado pelo Governo Federal como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Desta forma, gerenciar esses conflitos nas regiões costeiras, principalmente nos lugares onde estão inseridas as comunidades de pescadores e os grandes empreendimentos surge como prioridade para a gestão pública, que deve ser capaz de administrar equilibradamente tais conflitos entre os diferentes atores em virtude dos distintos modos de se apropriarem do ambiente aquático. Essa disputa ocorre entre agentes sociais com distintos graus de poder político e econômico. Os grupos empresariais têm apoio do governo, o qual elabora os objetivos da intervenção e elabora diversos dispositivos – legais, jurídicos, fundiários e financeiros em favor das mesmas.

Mapa 01: Áreas de conflito pesqueiro na Ilha de São Luís.

Conflitos em Território Pesqueiro na Ilha de São Luís



O governo estadual e o Estado do Maranhão têm beneficiado os empreendimentos e lançou mão de diversas estratégias para expandir os projetos capitalistas, tais como: os incentivos fiscais; a fragilidade ou descumprimento na aplicação da legislação ambiental; a ausência de fiscalização ambiental; o apoio financeiro do PAC e político dos governos atuais, que dão respaldo a estas grandes obras. Isso faz com que a construção/ampliação desses grandes empreendimentos seja altamente lucrativa e vantajosa para alguns setores econômicos, como o de portos que são considerados de “desenvolvimento em nome de um interesse nacional”. No processo decisório dessas obras as comunidades tradicionais pesqueiras, as mais prejudicadas, acabam não sendo consultadas.

Os conflitos até aqui citados serviram para melhor compreender como tais empreendimentos têm se instalado e se mantido no território pesqueiro, destruindo o modo de vida de comunidades tradicionais. Além de serem usados como alerta para as demais comunidades que estão passando por tal situação, como é o caso do Cajueiro, que vem

lutando contra “projetos desenvolvimentistas”, que busca deslocar seus moradores, usando um discurso sobre vantagens e benefícios para o “desenvolvimento sustentável” do Estado do Maranhão e as localidades. Esse discurso é confrontado desde o momento da instalação quando os deslocamentos compulsórios, as obras de infraestrutura produzem a destruição dos recursos naturais e inviabilizam a permanência das unidades familiares nos territórios tradicionalmente ocupados.

CAPÍTULO III: CAJUEIRO TERRITORIO PESQUEIRO EM DISPUTA: A RESISTÊNCIA ORGANIZADA

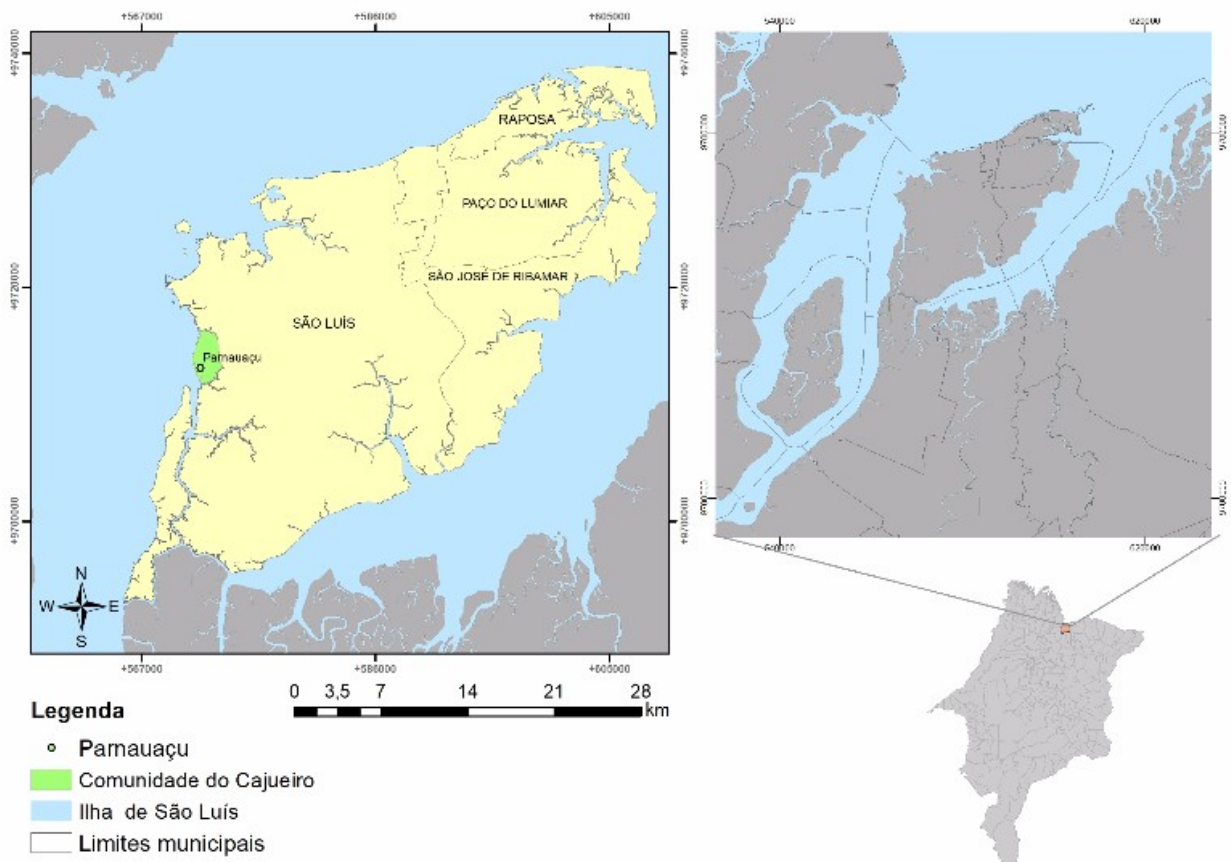
Quando eu cheguei aqui não tinha nada, mas era uma tranquilidade ... ultimamente chegou essa empresa (WPR) querendo jogar agente na rua e, aí, nós procuramos o nosso direito mas eles não tão respeitando nem a nos, e nem o poder público. Nos temo licença pra trabalhar aqui, pescar aqui, plantar aqui, mas nada disso eles tão respeitando. Nós tamo aqui numa humilhação só (SR. JOCA, reunião no Cajueiro, 12/11/2016).

A comunidade do Cajueiro está localizada na Zona rural II de São Luís, região sudoeste, as margens da baía de São Marcos e possui uma vasta área de manguezal e de palmeiras. Seu acesso se dá pelo ramal que interliga a BR-135 ao porto do Itaqui por uma estrada de solo exposto que é cortada pela linha férrea. Essa estrada de acesso possui uma distância de cerca de três quilômetros, sendo conhecida popularmente como “estrada do Cajueiro”. Nesta comunidade, conferem-se novas situações de conflito iminentes como a decorrente de uma possível remoção dos moradores para a implantação de terminal portuário²¹.

O Cajueiro tem área total de 610 hectares, com uma população de aproximadamente 1.600 habitantes. O território é formado pelos povoados: Egito onde se localiza o Morro do Egito que origina o Terreiro do Egito, local onde eram realizados rituais de tambor de mina e candomblé, este foi o último a ter moradores; Centra do Cajueiro que faz referência a área central do território do Cajueiro, onde havia o comércio do coco babaçu; Quebradeira, povoado no qual havia muitas quebradeiras de coco babaçu; Puleiro, recebeu este nome, pois era um local de dormitório de muitos pássaros; além de Andirobal, Guarimanduba, Praia do Cajueiro e Parnaçu, sendo estes reconhecidos como sendo os que constituem o território do Cajueiro, em sua configuração geográfica.

²¹Na pesquisa realizou-se o levantamento de outras situações de conflito em territórios pesqueiros na Ilha de São Luís: Boqueirão, Camboa dos Frades, Anil, Rio dos Cachorros e Bacanga.

Mapa 02: localização da Comunidade do Cajueiro e do povoado de Parnaçu.



Fonte: Elaboração da autora.

O termo território vem passando por um processo de desconstrução e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem trabalhado novas formas de se pensar esse território, fazendo com que ações protecionistas não afetem a identidade étnica desses grupos. Friederich Barth (1998) a partir de seus estudos, afirma que os grupos étnicos expressam a forma de organização e uma identidade diferenciada nas relações com outros grupos.

Assim, a identidade é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo.

Sendo assim, a continuidade dos grupos étnicos não é explicada em termos de manutenção de sua cultura tradicional, mas depende da manutenção dos limites que diferenciam esses grupos, da contínua fronteira que existe entre membros e não membros. Os fatores culturais limitam os grupos que estão sujeitos a mudanças, sem que anule o atributo étnico.

Para o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2013), o território incorpora a identidade étnica. Com isso, podemos falar em territórios pesqueiros, sendo que há grupos de pescadores que se apropriam-se do espaço aquático a partir do saber, trabalho e dos processos naturais que atuam nele. Neste sentido, o território é tratado em relação ao seu valor de uso para o grupo.

A antropóloga Simone Maldonado (1993), ao estudar os pescadores paraibanos, descreve a existência do território pesqueiro. “Estes como sendo espaços conhecidos, nomeados, defendidos, delimitados e manejados pelos pescadores em sua faina pesqueira”. Vai além de um espaço físico-geográfico, é um lugar onde os pescadores exercem seu domínio sobre a região, sabendo identificar seus pontos de coleta e quais espécies capturar.

A noção de território pesqueiro que adoto é aquela elaborada pelo movimento social dos pescadores e pescadoras artesanais (MPP), através de um projeto de lei de iniciativa popular (2015) que identifica como o espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado, para que as futuras gerações possam exercer a pesca e continuar a transmitir seus conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, os astros, os diversos pescados, enfim sobre a vida dos pescadores. O território envolve as áreas de pesca e coleta, as áreas de moradias, os locais de embarque e os trajetos com seus barcos, os locais sagrados e as áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo.

Tal projeto de lei está de acordo e é respaldado em diversas leis nacionais e internacionais já existentes, como a Convenção n.º 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que trata dos direitos sociais, ambientais e territoriais dos povos e comunidades tradicionais. Um elemento importante da Convenção é o critério de autoidentificação enquanto povo ou comunidade tradicional que se exercita a uma comunidade tradicional. Enquanto o decreto nº 6.040/2007 trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e nele são apresentados os conceitos de povos e comunidades e territórios tradicionais.

O Cajueiro caracteriza-se como território pesqueiro, pois além de possuir um amplo espaço aquático formado por uma diversidade de ecossistemas (manguezal, apicum, igarapé, praia, rio), o que favorece a pesca, tem uma história cultural. Segundo os entrevistados, o

primeiro local a ser povoado foi a praia do Cajueiro, ocupada por uma família de pescadores vinda de Alcântara. A maioria dos moradores do Cajueiro é oriunda do interior do Estado do Maranhão como: Alcântara, Bequimão, Tutoia, Barreirinhas, Axixá entre outros.

Dona Eunice, entrevistada e moradora do Cajueiro, faz parte da primeira família ali instalada e comenta como ocorreu a ocupação do território por parte do seu avô o Sr. Boaventura Paulo de Araújo. Conforme sua narrativa, seu avô foi o primeiro morador do Cajueiro e quando o mesmo chegou ao povoado não havia quase nada; estava cercado de mato e existia apenas o terreiro do Egito que já estava desativado e quem tomava de conta era uma senhora chamada Maria Pia que durante algumas épocas do ano, realizava cerimônias de tambor de Mina e candomblé.

O motivo da vinda do Sr. Boaventura foi sua busca por emprego em São Luís e depois trouxe a família. Dona Eunice também comenta que antigamente para chegar até o Cajueiro era feito um percurso de barco, pelo qual se passava no povoado Camboa dos Frades. Ainda segundo ela, quando seu avô chegou ao Cajueiro encontrou um senhor chamado Joaquim Maia que se apresentou, como sendo o responsável por tomar conta daquelas terras. O posseiro deixou a família de Dona Eunice se fixar no local, com a condição que seu avô tomasse conta do lugar. Com o passar do tempo, o posseiro desapareceu e o Sr. Boaventura, já estabelecido no local há anos começou a ceder terras para quem vinha de outras regiões do Maranhão à procura de trabalho e não tinha onde morar.

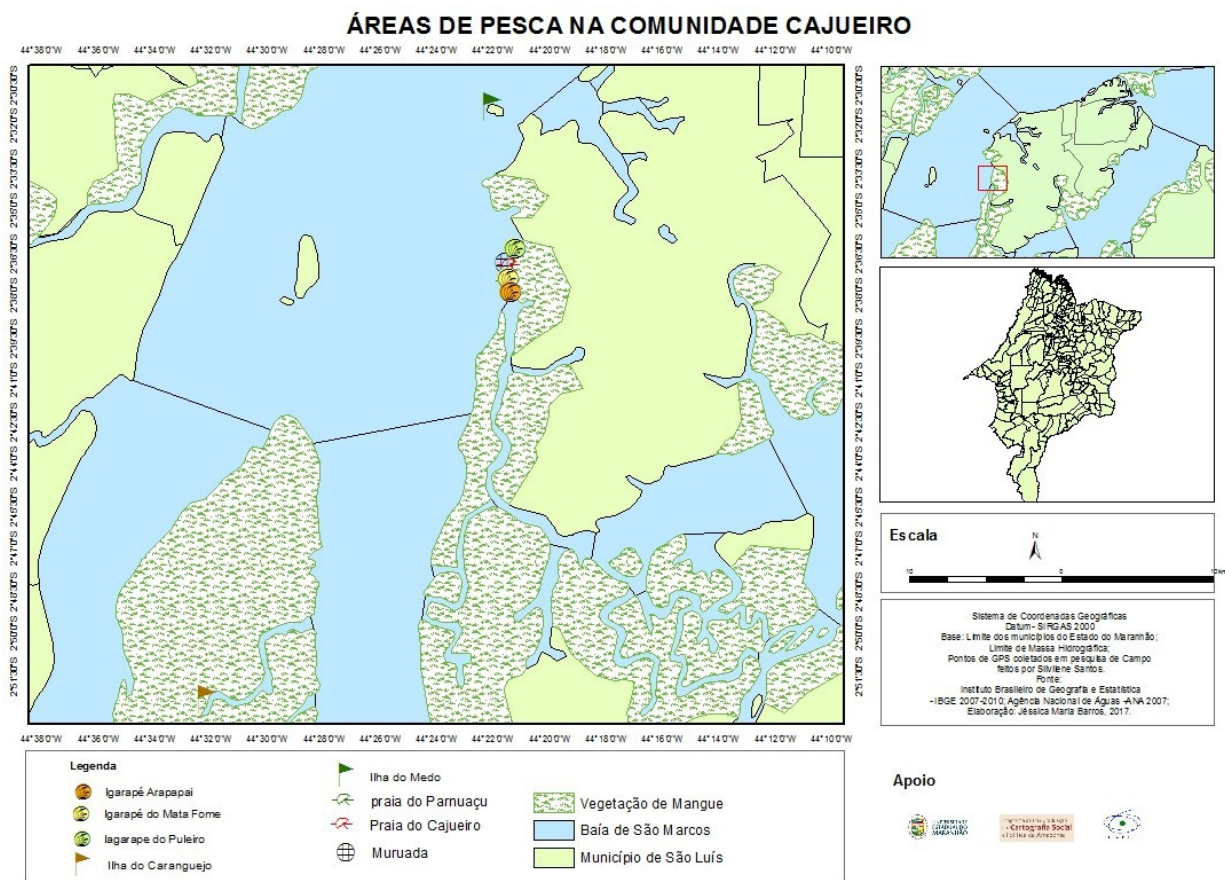
Atualmente, uma parte do território do Cajueiro encontra-se inserida na área proposta para a criação da Reserva Extrativista (RESEX) Tauá Mirim, pela qual existe uma luta por sua criação, junto com outras comunidades vizinhas. A criação da RESEX surgiu como alternativa de proteger o ambiente natural dos grandes empreendimentos que vem tentando se instalar, gerando diversos impactos, tanto social como ambiental na região e, ao mesmo tempo, conciliar a permanência da população na região e a preservação dos recursos utilizados para a sobrevivência.

A paisagem de Cajueiro apresenta grande diversidade. É possível identificar planaltos, morros, floresta, falésias, arrecifes, igarapés, manguezais, apicuns e praias. Contudo, esses ambientes, os que ali vivem enfrentam problemas ambientais que tendem agravar-se ainda mais, pois se encontram inseridas em áreas atrativas e valorizadas, tanto a nível urbano, quanto industrial, principalmente por causa dos portos, que viabilizam o transporte e a circulação de mercadorias.

O território tem contato com águas oceânicas por meio da baía de São Marcos. As suas margens encontram-se duas extensas praias conhecidas como “praia do Cajueiro” e a

“praia de Parnuaçu”. Ambas as praias também são usadas como áreas de pesca, além dessas áreas, os pescadores identificaram outras muito importante (mapa 03), não só para Cajueiro, como para comunidades vizinhas: Taim, Rio dos Cachorros, Vila Maranhão entre outras que também praticam a pesca nesse território. Percebo a importância do conhecimento empírico dos pescadores que reconhecem a necessidade de se deslocarem em busca de novas áreas de pesca, não sobrecarregando apenas uma zona, tornando o território pesqueiro dinâmico e de múltiplos deslocamentos.

Mapa 03: Áreas de pesca na comunidade do Cajueiro.



Fonte: Elaborado por Jéssica Barros e idealizado pela autora com base em dados de georreferenciamento levantados em campo (2016-2017).

A vegetação do Cajueiro também é composta por uma extensa floresta de palmeiras de babaçu, juçareira, coqueiro, mangueiras, jaqueira, além de outras árvores frutíferas como a que dá nome ao território. Além de servirem de abrigo para inúmeras espécies de animais, elas fornecem frutos para alimentação das pessoas.

Observamos múltiplos ecossistemas no território do Cajueiro, o que caracteriza uma diversidade de unidades paisagísticas distintas, que compõem o que é denominado um

“mosaico ambiental” com diversos tipos de habitat e permitem o sustento de inúmeras formas de vida. Destaca-se pois, a elevada biodiversidade presente nestes ambientes, o que indica que muitos peixes e crustáceos de importância econômica local utilizam-se desses locais durante parte ou por todo ciclo de vida. Estas características proporcionam ao Cajueiro significativa riqueza piscícola, favorecendo o desenvolvimento de atividades pesqueiras.

A praia do Cajueiro caracteriza-se principalmente pelo acúmulo de areias, pedras e seixos, que são depositados na interface terra – água, limitando-se desde a linha da maré baixa até o ponto mais alto da maré, além da presença de uma grande quantidade de lama, que se confunde com a areia, consequência da implantação do porto do Itaqui, que afetou a dinâmica das águas. Na praia de Parnuaçu encontram-se pontos com agrupamento de pedras, conhecidos pelos pescadores como arrecifes, estes agrupamentos servem de abrigo para alguns crustáceos e espécies de peixes, por isso é um dos lugares onde se mais prática pesca com o pulsar.

Tal ecossistema costeiro possui características oceanográficas favoráveis ao aparecimento de inúmeras espécies de animais aquáticas, como amplitudes de maré, alta concentração de nutrientes, provenientes da descarga dos rios, além do clima do local.

Outro ecossistema costeiro que compõe a paisagem do Cajueiro é o manguezal popularmente conhecido pelos pescadores como mangue, elementos que observei assim que cheguei, pois praticamente rodeia quase todo o território. Tal ambiente é caracterizado por servir de berçário e abrigo de várias espécies de animais de água doce e marinha, além de garantir alimentação e proteção para a reprodução de espécies, devido ao acúmulo de material orgânico, característica importante desse ambiente.

Os animais presentes no mangue possuem grande valor nutritivo e econômico para o homem. Caranguejos, camarões, mariscos e peixes, podem ser capturados, consumidos e vendidos nas feiras de São Luís. Além dos animais presentes no mangue, existe a vegetação que é uma importante fonte de madeira, muito utilizada na construção de casas, barcos, cercas e em instrumentos de pesca.

3.1 Disputas pelo território pesqueiro

Ao longo dos últimos anos, vários empreendimentos portuários instalaram-se próximos ao território da comunidade do Cajueiro, o que acabou afetando o modo de vida local e gerando conflitos internos e externos. Conflitos que se expressam através da luta entre interesses opostos, que disputam o controle dos recursos naturais e territoriais, a partir da

ocasião em que apresentam objetivos incompatíveis que conduzem ao embate de opiniões e de interesses. As disputas expressam as relações entre interesses coletivos versus interesses privados das empresas secundado pelos planos governamentais.

Os conflitos se apresentam muitas vezes mascarados e os agentes sociais acabam sendo atingidos por processos de degradação do qual não tem consciência plena sobre os efeitos e impactos sofridos. Tais conflitos também podem ser explícitos, de fácil visualização e com características relativamente claras. Existem casos em que, mesmo visíveis, os atingidos não associam a degradação ambiental às práticas e seus causadores específicos.

Desde o início, o conflito entre a comunidade tradicional do Cajueiro e a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA se dirigiu como um dado concreto, uma vez que os dois atores deste “embate” falavam abertamente sobre o assunto e assumem a existência de um conflito entre eles, ainda que o atrito fosse caracterizado de maneira distinta por cada um deles. À medida que fui me aprofundando no trabalho de campo e tendo um contato maior com a comunidade, comecei a observar que o conflito estava deflagrado pela incompatibilidade destes agentes opostos, talvez pudesse ser mais complexo que esta simples oposição de interesses.

A chegada da empresa WPR à comunidade causou certa aflição aos moradores, que viviam em um território tranquilo, e, com isso, surgiu um forte sentimento de injustiça social e com violação de direitos. Ao longo do tempo, alguns moradores se aliaram à empresa, o que acabou gerando um conflito interno na comunidade.

Durante uma reunião na associação dos Moradores do Cajueiro, para a apresentação do projeto “Cartografia da Cartografia uma síntese de experiência”, promovido pelo PNCSA foi que alguns moradores relataram os conflitos internos que surgiram e tem enfraquecido a luta.

Lá no Guarimanduba tem moradores antigos que já tá há muito tempo e tem outros parentes e amigos que tão com interesse de indenização. E tão em uma área que aparentemente agora a empresa não tem interesse naquela área ali, mas eles estão lá, porque interessa tá ali, porque ali tem gente que tá dentro do território, pra jogar uns contra os outros ... Então eles estão lá se organizando pra criar uma instituição (CLÓVIS AMORIM, 12/11/2016).

E eu quero dizer pra vocês que tá tendo uma reunião lá no Guarimanduba com pessoas que moram aqui e tão fundando uma associação lá no Guarimanduba. Segundo o que foi me passaram e que me falaram, pessoas de lá que me falou, se mentiu é por conta dela, mas é o que tá acontecendo. Então é assim, por conta de quem? Por conta dos próprios moradores do lugar e por conta da empresa da WPR é que está acontecendo isso (SR. DAVI, 12/11/2016).

... na quarta feira (09/11) eu tive em uma audiência no fórum, uma pessoa deu parte de mim lá no fórum, daqui mesmo me acusando de vendedor de terra do Cajueiro e sonegador de água, porque eu vivo brigando com ela aqui no Cajueiro ... Isso eu estou enfrentando no fórum e ai juntaram com pessoas daqui e mais pessoas que veio da Vila Embratel e quiseram se apoiar aqui e através da empresa eles estão fazendo isso comigo (SR. DAVI, 12/11/2016).

Diante desses relatos, observo a diferença entre as demandas dos moradores nessa área, que se dividem entre os que se identificam como os que são contra a instalação do porto e os que são a favor; estes têm se organizado por outros meios como a criação de uma nova associação para reivindicar suas solicitações. Apesar de tais conflitos internos interferirem na comunidade que luta para permanência no território, essa pesquisa trata apenas dos conflitos externos, que terminam estando relacionado aos internos.

O território sofre diferentes maneiras de apropriação, ocorrendo por grupos sociais, seja a comunidade em questão, grupos que gerenciam os grandes projetos de desenvolvimento ou daqueles que se aliam aos mesmos. Esse cenário acaba gerando disputas que se configura em “conflito socioambiental”, conseqüentemente ocasionando por modos distintos de significação do território, a partir das diferentes categorias, representações e atores sociais que buscam legitimidade (ACSELRAD, 2004).

Contudo, esses conflitos estão além da questão socioambiental, estendendo-se ao direito territorial, configurando-se conflitos socioambientais territoriais, no sentido de que “os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais” (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010, p. 23). A resistência dos grupos sociais envolvidos, surge como ato pelo controle do território em disputa, gerando formas diversas de apropriação dos recursos naturais de caráter duvidoso, realizados por atores na luta pela legitimidade de suas ações²².

Além de gerar conflitos internos, a WPR causou e tem causado impactos na vida da comunidade, que viu sua principal atividade – a pesca – ser afetada, pois alguns pescadores que denunciaram que assim que a empresa se instalou, contratou uma empresa de segurança privada para o local e, com isso, lhes foi negado o acesso à praia de Parnauçu durante um

²² Pedro (2016, p. 7) observa dimensões da disputa e interesses pela instalação da obra: “Apesar de a empresa se apresentar como a empreendedora privada do referido terminal portuário e logístico, hoje se sabe que há diversas outras empresas – do ramo da produção de grãos, celulose, fertilizantes e combustíveis líquidos – interessadas no empreendimento, tal como a Suzano Papel e Celulose e a Petrobrás (MOREIRA, 2015). A empresa Suzano, inclusive, intentara, poucos anos antes, constituir a sede do seu porto privado na mesma localidade, valendo-se de vários métodos, manobras políticas e jurídicas similares aos da WPR, para adquirir e controlar o território”. Essa empresa teria “desistido” de seu intento ao perceber “o risco financeiro e “social”.

período. O fato afeta diretamente a segurança alimentar da comunidade. Além de toda pressão cometida contra os moradores.

Tentaram instalar portão dentro da comunidade, proibindo as pessoas de passar pela beira da praia. Derribaram casas, sem pagar, sem comprar sem negociar, dizendo que eram os donos da área, tentando intimidar. E isso a cada dia só fez mais fortalecer mais comunidade e algumas pessoas têm consciência que isso aconteceu (CLÓVIS AMORIM, 18/10/2016)



Figura 13: Casas derrubadas pela empresa WPR no povoado de Parnauçu. Fonte: acervo pessoal, 17/08/2016.

O que foi relatado pelo Sr. Clóvis indica a maneira autoritária com que a empresa agiu com a comunidade, coagindo os moradores a vender seus imóveis. Ao chegar ao Cajueiro, a empresa WPR declarou-se proprietária do território, apresentando um documento de propriedade, que serviu de suporte para implantar o sentimento de dúvida entre os pescadores. Portanto, sobre a empresa e “seu documento”, começou a surgir o pensamento de ilegitimidade, a que acabou despertando sobre os moradores a procura de direitos.

No documento apresentado pela WPR e usado no licenciamento ambiental, falava-se em uma área correspondente ao terreno situado em São Benedito do Cajueiro (região distante da praia), mas, em seu discurso, a WPR alegava ser proprietária de terreno que abrangia o Parnauçu, abrangendo a zona litorânea, onde pretendia instalar o porto. Segundo o Sr. Clóvis, existe um pedido de perícia acerca do documento.

Contudo, a comunidade além de possuir direito sobre o território por ser uma ocupação secular, conquistou com o ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão), em 1997, o título coletivo de regularização fundiária do Cajueiro, reconhecendo a área como assentamento e dando posse do território à comunidade. Tal documento só tem reforçado a

luta local, por se sentirem protegidos por esse documento diante de um possível deslocamento compulsório.

Para esse grupo, o território vai além de um espaço de trabalho e moradia. Configura-se pela sua identidade, pois é construído quando o homem se apropria simbólica e funcionalmente do espaço geográfico, e a apropriação desse espaço estabelece novas relações políticas e culturais. A territorialidade do Cajueiro, se deu no momento de vivência significativa, de materialização das lutas pela posse da terra e de manutenção do modo de vida local. Compreendo que esse território se molda a partir da identidade coletiva, bem como pela atuação do Estado, e esta territorialidade reflete a complexidade do vivido territorial (RAFFESTIN, 1993).

A construção da identidade que trabalho se fundamenta na noção de que os assentamentos são territórios criados a partir das lutas dos movimentos sociais, indicando outra forma de organização do espaço, construído ou reconstruindo e tendo como elementos principais a identidade e as territorialidades estabelecidas.

Ao longo dos anos, essa construção identitária tem ocorrido, trazendo um profundo sentimento de pertencimento e luta por seu território, frente a ações dos grandes empreendimentos que insistem em agir de modo autoritário, contra esses grupos. A seguir, trago alguns relatos de violação de direito cometida contra os pescadores moradores do povoado de Parnauçu.

Aí, veio a empresa lutou, lutou até que tirou a gente de lá. Aí, o dinheiro que eu ganhei foi pouco, o dinheiro que me deram foi 50 mil, não dava nem pra comprar uma casa. Porque se você for comprar uma casa hoje lá fora, por 50mil você não compra, né verdade! Aí, eu vim comprei esse terreno aqui e fiz essa casinha aqui e moro aqui, porque eu vivo da pesca, porque até eu me aposentar eu tô vivendo da pesca. Aí, eu tenho que morar num lugar que possa pescar ... Porque eles tiraram a gente dê um lugar que era a nossa sobrevivência, viu! ... lá era a nossa sobrevivência ... Me lembro de seu Zé, aquele homem chorava que nem criança, seu Zé daquela casa verde ali, perto da casa de Marli, chorava que nem criança aquele homem. Todos os dias eles tavam na casa do homem. O homem passou até mal. Eu sou testemunha, que pra mim ele cansou de chorar dentro do ônibus, cansou de chorar pra mim dentro do ônibus, eu sou testemunha disso. Então eu acho isso uma coisa muito errada ... Mas pra quem sobrevivia dali, no caso eles foram pra Vila Maranhão compraram uma casa, mas ela (Dona Eurides) é ainda arrependida, que até hoje ela sonha com a casinha dela, porque compraram uma casa pra ela que não tem nem quintal, só um pedacinho de muro, eu achei isso uma coisa muito errada, eu disse gente vocês compraram uma casa dessas pra uma senhora que é acostumada a ter o sítio dela, andava pra todo lado. Ela tem quase 100 anos essa senhora, mas se tu olhar ela, é lucida, lucidasinha, se tu fizer um negócio com ela aqui, no dia que ela receber o dinheiro dela ela se lembra é uma pessoa direta (DONA LOURDES, 20/04/2017).

O Sr. Camurim também conta algumas histórias de moradores do Parnauçu que foram coagidos a vender seus imóveis e que hoje estão sem onde morar.

O Zê gordura (pescador que vendeu sua casa para a empresa), deram uma pulsar pra ele, o dinheiro foi embora, ele não tem casa, vive na casa de um e outro de irmão, de parente, porque o dinheiro não deu pra nada, deram uma pulsar pra ele. Foi a empresa que deu? A empresa deu o dinheiro pra ele não vim mais aqui. O cunhado dele que ficou com pena e deu um pulsar pra ele pescar (CAMURIM, 20/04/2017).

Poucos são os moradores que continuam a viver próximo à praia de Parnauçu, entre eles, destaco o seu Joca e sua esposa dona Diná, um casal de idosos, que foram surpreendidos à porta de sua casa, em maio deste ano, por um grupo de homens, com a participação de moradores locais, que são a favor da construção do empreendimento. Os homens exigiam que seu Joca vendesse à WPR sua casa, e assim liberasse o caminho para a empresa iniciar a construção do porto. Contudo, seu Joca não cedeu a essa exigência e registrou ocorrência na Delegacia de Proteção ao Idoso.

Todas essas denúncias estão sendo acompanhada pela defensoria e Procuradoria Pública do Estado do Maranhão, além de grupos sociais (GEDMMA, CPT, CPP, Terreiro do Egito, OAB) que tem contribuído para o fortalecimento da luta.

Para entender o conflito na comunidade do Cajueiro e as determinações que são dadas para este território a fim de torná-la outra coisa além de si próprio, esboçaremos a seguir um pouco de nossa compreensão a respeito do capitalismo e do discurso desenvolvimentista que vem sendo divulgado na comunidade e nos meios de comunicação.

3.2 O discurso desenvolvimentista da empregabilidade.

Desde que foi anunciado a implantação do terminal portuário no Cajueiro, o discurso desenvolvimentista foi o principal instrumento usado pela WPR. Com ajuda da imprensa têm divulgado várias notícias tendenciosas a fim de fomentar uma adesão dos moradores de toda São Luís ao projeto de porto privado, esquecendo da comunidade que ali vive. Ao longo desse processo, com avanços e retrocessos, tenho observado que a evocação à empregabilidade proporciona adesão ao projeto, e chamando atenção esta questão, pois em vários empreendimentos já instalados ou em vias de instalação da Zona Rural II de São Luís, este é um discurso recorrente e contradito na prática.

Tal discurso tem sido usado para maquiagem os problemas gerados pelos grandes

empreendimentos que, ao se instalarem, têm-se associado ao progresso regional esquecendo dos problemas gerados para a população local que, na maioria das vezes, é simplesmente expulsa de seus territórios. As implantações desses empreendimentos em comunidades tradicionais têm sido realizadas de maneira injusta, fazendo com que muitas pessoas abracem o discurso da empregabilidade, tudo isso apenas com interesse de expandir o capital. Henri Acserald (1992) descreve essa maneira cruel com a qual o capitalismo tem expulsado e desqualificado essas comunidades ao longo dos anos.

O modo específica pelo qual o capitalismo se desenvolveu no Brasil, expulsando camponeses de suas terras, expandindo as fronteiras de grande exploração agropecuária, incentivando a especulação fundiária e o desmatamento, esgotando os solos e contaminando as águas inviabilizando a pesca artesanal e o extrativismo florestal, adotando um padrão de industrialização danoso para o meio ambiente, hipertrofiando as estruturas urbanas, concentrando riquezas e marginalizando populações (ACSELRAD, 1992. p. 07).

Inseridos num sistema capitalista que orienta diversos grupos e áreas da vida humana, o discurso desenvolvimentista é proferido por gestores e empreendedores governamentais e empresariais. Alguns desses grupos não se comprometem com as questões ambientais e tratam o desenvolvimento como o responsável por conduzir diferentes ações dentro das sociedades, seja na vida familiar, ou seja, na comunitária. Esse discurso incorpora a fantasia criada para justificar as ações do capitalismo, tanto para exploração dos trabalhadores quanto os territórios e a transformação de diversas culturas em um todo hegemônico.

O capitalismo em sua constante busca por lucros, tem criado novas formas de expropriação que tem deslocado milhares de famílias da zona rural, para áreas urbanas, provocando a migração das populações camponesas. As antigas formas de expropriação se juntam novas que alcançam o meio ambiente e os seus recursos naturais, num mecanismo que os transforma em capital. Empreendimentos lançam-se sobre a mercantilização da natureza (ar, água, biodiversidade) quando não usurpam também, através do patenteamento, o patrimônio coletivo das populações e os conhecimentos construídos por tradição. Assim, tais empreendimentos estão sempre em busca de mercados promissores à exploração vantajosa, e para isso se fazem necessárias a flexibilização de legislações e discursos de empregabilidade fantasioso.

Dessa forma, a escolha do território do Cajueiro para o empreendimento capitalista, apoiado pelo Estado a partir dos planos de desenvolvimento atendia a propósitos políticos,

ideológicos e notadamente econômicos. A instalação do terminal portuário atende plenamente o discurso da necessidade de modernização e desenvolvimento regional, entretanto representará mais uma estratégia de reprodução, ampliação e concentração do capital, numa clara aliança entre a burguesia nacional, internacional e o Estado.

Nas audiências públicas realizadas pela SEMA, como a que ocorreu em 2014 no Comando-geral da polícia militar, foi anunciado que o porto geraria 4.000 empregos para a população. Contudo a maior parte desses empregos serão ofertados apenas durante sua construção, reduzindo-se drasticamente o quadro de funcionários depois de instalada a empresa e essas vagas se destinarão quase exclusivamente a pessoas de fora do Estado.

Ao anunciarem empregos, também desqualificam a população local que passam de pescadores para “desocupados”, “*desempregados*,” que poderiam trabalhar nas empresas, desmerecendo a atividade exercida por essas pessoas e seu modo de vida tradicional, transformando simbólica e fisicamente os trabalhadores em desempregados. Além de terem sua identidade retirada, que está associada com o meio de existência da natureza e com tudo o que remete à sua produção, este ser humano torna-se um trabalhador que não se identifica com o produto do seu trabalho.

Muitos, ao se inserirem nesse campo já não são mais vistos como pescadores que têm no mar a identificação coletiva, ou nos peixes que comercializam e alimentam a fonte de sua existência, de acordo com os tempos da natureza e da satisfação de suas necessidades próprias. Ao ficar privados dos meios de produção, que passam a estar sob controle de empresas públicas ou privadas, o pescador “encontra-se destituído de si, considerando-se como um desempregado que só realiza a pesca quando não tem um *emprego formal* nos empreendimentos, comércios e indústrias da região” (SBRANA, 2016, p.159). Tal atitude é abusiva, pois esses moradores passam a viver em função do tempo dos empreendimentos, ou seja, do capital e do desenvolvimento.

Tais agressões são cometidas contra as comunidades que muitas vezes se veem obrigadas a sair do seu território, que lhe possibilita obter alimento a partir dos recursos naturais, assim retirando dessas pessoas seu *motivo de viver*. Essas situações sociais podem gerar o desaparecimento da herança de várias gerações de pescadores que, mantendo suas atividades, as transformam de acordo com as necessidades históricas e sociais.

Durante audiência pública realizada em fevereiro de 2017 foi objeto de especulação que a audiência seria acompanhada pela Comissão de Trabalhadores Desempregados da Construção Civil (CTDCCP), a fim de protestar contra as ações realizadas pela comunidade de pescadores. Na ocasião, o Professor da UFMA, Horácio Antunes, apresentou uma

denúncia, que estava sendo espalhada nas redes sociais e através de panfletos deixados na UFMA, com objetivo de intimidar a participação de pesquisadores e a realização da audiência pública no Cajueiro.

Comunicamos por meio deste, que as associações dos moradores do Cajueiro, Guarimanduba, ATICT que através de interferências externas lideradas pelo professor Horácio Antunes e alunos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), vem interferindo na construção do porto na área do Cajueiro. Onde a qual a licença já foi liberada por órgãos competentes. Os trabalhadores desempregados do Maranhão irão em protesto contra essa ação. Estarão no local cerca de 1600 desempregados para o que der e vier. Queremos saber o que lhes aborrece e quais seus interesses (Comunicado distribuído na UFMA, no dia 31/01/2017).

A audiência foi marcada com a presença da polícia militar para garantir a segurança dos presentes. A Comissão de Trabalhadores Desempregados da Construção Civil esteve presente, portando faixas. Ao decorrer da audiência foi dada a oportunidade de fala à comissão que se encontrava presente. O presidente Marco Antônio, garantiu que o comunicado não era de autoria da dita Comissão e afirmou “*Nós da associação queremos que o direito de vocês seja garantido*”. Durante o pouco tempo que esteve no Cajueiro o presidente reconheceu as dificuldades enfrentadas pela comunidade e se comprometeu a ajudar na luta. Mas enfatizou a importância de tais empreendimentos para a geração de emprego “... lá onde eu estava no sul do Estado tavam me perguntando sobre esse empreendimento aqui em São Luís ... esse aqui no Cajueiro” (MARCO ANTÔNIO, 31/01/2017).



Figura 14. Comissão de Trabalhadores Desempregados da Construção Civil Pesada, manifesta apoio à construção do Porto no Cajueiro durante audiência pública. FONTE: Acevo pessoal, 31/01/2017.

Observo outra face da moeda, que traz a problemática do desemprego. Os empreendimentos acabam “usando” grupos distintos que lutam por seus direitos e os posiciona em lados opostos. O conflito ocasionado desvia o principal foco da luta por um modo de vida digno, enquanto os projetos desenvolvimentistas devastam a natureza, deslocam compulsoriamente as comunidades para no final, não gerar emprego para a população local, ou quando gera, são poucos.

Trata-se de um conflito explícito e institucionalizado, no qual os processos de categorização e a discriminação que o acompanham estão associados a um conflito de interesses. Neste sentido, a vitória de um grupo não poderá senão ser percebida como a derrota do outro grupo (TURNER, 1986). Cada grupo procura não somente interesses materiais, mas também o reconhecimento das dimensões de comparação que lhe parecem mais favoráveis. O conflito exprime-se assim em dois níveis interdependentes.

No transcurso do desenvolvimento dos conflitos, as diferentes posições evidenciam-se. Dois grupos foram formados: Na comunidade do Cajueiro articula-se o grupo que luta pela sua permanência no território, a preservação dos recursos naturais e a cultura; este encontra-se na luta há mais tempo, Os trabalhadores desempregados da construção civil pesada estão sendo capturados pela empresa, que tenta a qualquer custo enfraquecer a luta da comunidade, além de ser um grupo com menores recursos para desencadear e afrontar as consequências de um conflito prolongado.

A comunidade depende dos recursos naturais locais e resiste contra essa lógica desenvolvimentista que os retira de sua própria existência, passando a enfrentar embates diretos com os representantes dessa lógica. Em audiências públicas, fóruns, seminários, manifestações, entre outros eventos, transformam sua voz numa voz de resistência, abdicando, muitas vezes, de suas vidas em comunidade, pois precisam lidar com questões a fim de garantir seus direitos.

O conflito que ocorre no Cajueiro retrata muito bem esse processo de luta pela garantia de seus direitos. A comunidade é obrigada, quase que sem outra alternativa, a abandonar os territórios de pesca; resiste a ser submetida ao seu deslocamento compulsório e busca variadas formas de salvaguardar suas terras.

Os moradores que chegaram recentemente acabam aderindo ao discurso desenvolvimentista. No Cajueiro, estão estabelecidos interesses cada vez mais heterogêneos, os quais são designados pelos mais antigos como “os de fora”. “Os de fora” não possuem

ligação ancestral com o território e nem com modo de vida característico de populações tradicionais. Eles são atraídos por projetos industriais e de logística, como porto, siderurgia e outros, chegaram no Cajueiro, movidos pela oportunidade de especulação fundiária, aluguel de galpões de armazenamento de cargas etc., visando a apropriação e a concentração das terras pertencentes às famílias tradicionais.

O discurso da empregabilidade também tem recebido apoio dos meios de comunicação local, pois desde quando foi anunciado o interesse da WPR em instalar um terminal portuário no Cajueiro as propagandas de divulgação “desenvolvimentista” atreladas ao empreendimento tem tomado conta dos noticiários, dando pouca ou nenhuma atenção e espaço para a manifestação política da comunidade que ali vive e resiste.

Contudo, esse discurso que defende a instalação de grandes empreendimentos como estratégia para modernização e a geração de riqueza para a região, acaba causando danos sociais e ambientais, pois não leva em conta toda uma história e cultura que foi construída no território. Na região, os abusos, as exorbitâncias e o arbítrio desse novo capital são incontáveis: criação e recriação do trabalho escravo, a expulsão e a morte de posseiros, trabalhadores rurais em geral e de índios; a grilagem de terras; as queimadas; a poluição de rios e lagos e outros (LOUREIRO, 2001, p. 61).

Por fim, os interesses acerca do discurso desenvolvimentista tendem a divergir de grupo para grupo. Uns acreditando que todos devam buscar emprego de carteira assinada, para ter uma remuneração melhor e adentrar nos moldes impostos pelo sistema capitalista; outros defendendo seu direito a terra, modo de vida e seu trabalho. Articulados organizam formas de luta para garantir a permanência, pois são conhecedores da importância de seu território não só para a geração de lucro, propósito das empresas, mas imperiosamente para a continuidade de sua existência enquanto coletivo. Essa divergência de interesses demarca a luta dos agentes de resistência organizada pelo direito territorial.

3.3 Históricos de ações de resistência à implantação do terminal portuário

Em 2014, teve início a tentativa de instalação do Terminal Portuário pela empresa WPR e ainda está em andamento. O foco é dado por sucessivas tentativas de expulsão dos moradores do território do Cajueiro.

A maioria dos grandes empreendimentos, ao se instalarem, usam uma estratégia de visita realizando levantamento de dados, usando questionários. Porém, segundo Dona Marluce:

Eles chegaram aqui como de quem não quer nada, né! fazendo perguntas sobre as casas e a gente. Aí, eu perguntei: pra que é esse questionário aí? Eles falaram que era para o governo. Outro dia tava aqui em casa e o menino me chamou e disse: tem um homem lá no açude, quando fui lá vê. Num era um cara da empresa medindo meu terreno, comecei logo a brigar com ele. Como ele invade assim a casa dos outros? Também já vi por aqui aqueles negócios de ficam voando e filmando, acho que era da empresa também. Aí, quando fui vê, já tavam comprando as casas lá no Parnauçu e o boato da construção do porto. Todo mundo ficou assustando porque a gente não sabia o que ia acontecer, pra onde a gente ia. E as coisas tão assim (DONA MARLUCE, 17/02/2017).

A moradora denuncia o fato da empresa ter mentido desde o começo, o que, no mínimo, já causa indignação por violar as normas morais e de boa-fé. E parece sentir um desconforto, sentindo como “um fracasso nessa parte” o fato da comunidade ter permitido a “liberdade” de entrada, sob o respaldo da aparência e legitimidade do Estado.

Ao usarem o Estado, como estratégia de aproximação da comunidade, percebo a carência da mesma diante de políticas públicas e a crença no Estado decorrente, implicitamente, do “pacto social entre cidadãos e Estado” segundo o qual, o cidadão concedera um mandato para o governo, em troca da segurança e do “bem comum”. Em princípio, o povo em geral (e não apenas as famílias do Cajueiro) crê na legitimidade e/ou legalidade dos atos estatais.

No povoado de Parnauçu, a empresa WPR iniciou várias ações, desde ameaças a derrubadas de casas. Deixou a paisagem da praia e dos mangues com um o efeito desolador, de ruínas de casas. Com isso os moradores se sentiram acusados e sem alternativas, o que fez com que muitos vendessem suas casas. Ao longo do território em diversos locais foram fixadas placas avisando “Acesso Restrito – Propriedade particular. Proibido: novas construções e entrada de caminhões sem prévia autorização”. Os pescadores que tiveram durante um tempo acesso negado a praia, sofreram intimidações pelos jagunços armados no local. A violência estava estampada nas ruínas, casas, roças e árvores incendiadas e no olhar das pessoas.

Frente a esse cenário, iniciou-se o processo de resistência da comunidade, pois se viram diante da possibilidade de perder seu território e, diante de um sentimento de deslocamento compulsório. Tal processo vem acompanhado de expropriação, violência, depredação, cercamento de bens que anteriormente eram de domínio coletivo. Todavia essa não foi a primeira vez que a comunidade sofreu uma tentativa de desapossamento dos bens comuns. Em 2004 houve uma tentativa de implantação de um polo siderúrgico na Ilha de São Luís, particularmente sobre as áreas adjacentes ao Complexo Portuário de São Luís,

incidindo sobre o território da comunidade do Cajueiro e outras vizinhas.

Observamos o esforço dessa comunidade em permanecer no território, desenvolvendo ações de resistência, num sentido muito próximo daquele tratado por Scott (2002) em seus estudos sobre a resistência cotidiana. Tais ações têm se desdobrado frequentemente aos longos desses quatro anos (2014 à 2017) fazendo com que esse grupo construa uma organização de resistência à reprodução de seu modo de vida, manifestando-se de formas diferentes. Podemos perceber que essa organização pode ocorrer de maneira interna (com a participação de um único grupo ou classe) ou com a participação de membros externos (pesquisadores, religiosos, políticos, canais da justiça entre outros).

A resistência cotidiana é desenvolvida nos “largos períodos de relativa calma” e tantas vezes esconde a chave para a compreensão dos sentidos das mobilizações políticas Melo (2013, p.40-41). A comunidade tem realizado ações de maneira organizada e com a participação de entidades governamentais e não governamentais (Quadro 02) para barrar as ações de instalação portuária. Iniciaremos trazendo algumas ações que tiveram início no ano de 2014.

Em agosto de 2014, ocorreu uma reunião pública no território do Cajueiro, para discutir tal empreendimento, na ocasião pouco se sabia sobre as ações da empresa na área. Foi um dos primeiros movimentos de resistência realizado com a participação comunitária contra implantação do terminal portuário, além de representantes públicos. A mobilização dos moradores é, portanto, o resultado da ação de agentes que tiveram seus modos de vida e interesses na área diretamente afetados e constituíram redes de alianças.

É importante lembrar que estas ações surgiram a partir da União de Moradores Proteção de Bom Jesus do Cajueiro o e várias relações de apoio e assessoria - Ministério Público Federal, políticos, Ordem dos Advogados do Maranhão – OAB, Comissão da Pastoral da Terra – CPT entre outras e de experiências, que estabelece ações coletivas, entre estes grupos e/ou indivíduo é que dão continuidade aos eventos no Cajueiro. Além daquela que participam de lutas políticas anteriores, como é o caso de comunidades vizinhas - Rio dos Cachorros, Taim e Vila Maranhão.

Em outubro do mesmo ano a insatisfação dos moradores do Cajueiro em relação às ameaças feitas pela empresa contratada, Nelson Segurança, motivou a interdição da BR 135, à altura da Vila Maranhão. Segundo seu Davi a situação já vinha se arrastando e chegou ao ponto da comunidade não aguentar mais esperar a resposta do poder público, que nada havia feito. Então decidiram pela ação coletiva como forma de se fazer percebidos.

Ainda no mesmo mês, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) convocou uma

audiência pública, na Unidade de Ensino Básico Gomes de Sousa na Vila Maranhão, para tratar da instalação do terminal portuário, tendo como principal objetivo o licenciamento ambiental do empreendimento. Tal evento contou com a participação da ação coletiva dos moradores do Cajueiro, que realizaram ações de resistência, ao se acorrentarem no portão de entrada daquele estabelecimento de ensino impedindo seu acontecimento. Reivindicando a escolha do local, pois não contemplava as exigências dos moradores, que queriam que esta fosse realizada na própria comunidade. Além da existência do instrumento jurídico que impede a instalação de qualquer empreendimento no Distrito Industrial de São Luís.

Dando continuidade as ações, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores de São Luís, convoca uma audiência pública em outubro de 2014 para discutir o conflito fundiário no território do Cajueiro. O ocorrido contou com a participação de vários órgãos públicos (GEDMMA, SEMCAS, CPMA, CPT, ICMbio entre outros); na ocasião houve alianças formadas que fortaleceram ainda mais o movimento de resistência da comunidade.

Outra ação ocorreu quando a SEMA convocou mais uma audiência popular para apresentar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo relatório (RIMA), referente à implantação do Terminal Portuário de São Luís, pela empresa WPR, no Comando-geral da polícia militar (local bem distante do território do Cajueiro), o que impossibilitou com que muitos moradores participassem. Em resposta a comunidade do Cajueiro convocou uma Audiência Pública intitulada: “Território da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim”, realizada no mesmo dia e horário da audiência convocada pela SEMA, a atividade no Cajueiro contou com mais ou menos 180 pessoas, além da presença de representantes de órgãos públicos que acompanharam as discussões acerca dos estudos ambientais – EIA e RIMA.

Em novembro do mesmo ano houve a audiência na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA). A empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais mais uma vez se ausentou de discutir o problema com a comunidade. Na ocasião foram feitas denúncias de que havia um funcionário do ITERMA realizando cadastro de famílias. Em seguida, os participantes marcharam até a SEDINC, no Palácio Henrique de La Roque, situado a algumas quadras da ALEMA. Tomando a Avenida Jerônimo de Albuquerque com cantos e faixas que expressavam a luta pelo território do Cajueiro. Em seguida, ao chegarem ao prédio foi solicitada a presença dos representantes dos moradores do Cajueiro para uma breve reunião.

Em dezembro do mesmo ano um dos mais graves episódios ocorreu entre a WPR e a comunidade do Cajueiro, às vésperas do Natal. Nessa ocasião, pela primeira vez, a empresa demoliu, com um trator, 19 casas de moradores locais, sem que houvesse qualquer ordem

judicial para tanto. E, ainda, descumpriu uma decisão judicial vigente (liminar, atualmente confirmada por sentença), que protegia a posse, o modo de vida e o direito de construção das famílias do Cajueiro. A ação acabou mobilizando os moradores em torno de uma manifestação a fim de reivindicar medidas que responsabilizassem a empresa pelos atos. Tal evento ocorreu na BR 135, a qual foi fechada em protesto às casas derrubadas. O fato político foi marcado pela singularidade da adesão de trabalhadores próximos à comunidade que ao ficarem sabendo do que havia acontecido, também fecharam a via com sacos de lixo, madeiras, pneus, carcaças de automóveis.

A luta continuou no ano de 2015. Em janeiro ocorreu uma ação coletiva, promovida pela associação dos moradores e a CPT, onde foi discutido encaminhamentos para derrubar o decreto de desapropriação do Cajueiro que havia sido publicado em 31 de dezembro de 2014. Após pressão popular, no mesmo mês o atual governo do Estado revogou o decreto de autoria do governo anterior.

Ao longo do ano de 2015 muitas ações foram realizadas, junto a Defensoria Pública, Ministério Público, Secretaria de Direitos Humanos, a Universidade Federal do Maranhão, além de políticos que se juntaram a luta da comunidade, a fim de interceder por sua causa.

Em novembro de 2015, houve um manifesto em apoio à comunidade do território do Cajueiro, promovido pelos povos de religiões de matrizes africanas, que realizaram uma caminhada pela comunidade até as ruínas do terreiro do Egito, onde foi levantado o Mastro simbolizando a defesa daquele Território e das Comunidades do entorno, cujas histórias estão ligadas e precisam ser preservadas.

As ações de resistência continuam no Cajueiro, no ano de 2016. Em fevereiro desse ano foi realizada audiência popular na União de Moradores do Cajueiro para debater e apontar caminhos para a permanência e defesa da comunidade. Na ocasião o defensor público Alberto Tavares foi enfático ao afirmar “*O Cajueiro tem em seu favor uma decisão judicial que garante a sua posse: vocês não estão obrigados a sair daqui e a empresa não tem como instalar seu empreendimento enquanto a comunidade permanecer na área*” (ALBERTO TAVARES, 2016).

Em setembro de 2016, a comunidade, em busca de apoio para fortalecer sua luta, convida o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia para um trabalho de mapeamento social cujo objetivo é a elaboração do mapa, que será usado pela comunidade como mais um instrumento para a reafirmação de seu território.

No início de 2017, a comunidade organizou mais uma audiência popular, com a participação de vários órgãos públicos e pesquisadores. Na ocasião, foram apresentados três

pontos pelos representantes, o uso da escola municipal da comunidade como base para a empresa VIP Segurança; o processo de licenciamento, em que já existem quatro ações no Ministério Público, discutindo a veracidade desse documento, que já foi muito discutido pela comunidade e por pesquisadores que apontaram várias falhas. Por fim, foi debatido o documento com o direito de posse da comunidade em seu território.



Figura 15: Audiência popular realizada na Associação de Moradores do Cajueiro. Fonte: Acervo pessoal. 31/01/2017.

De modo geral, essas mobilizações sociais conseguem tornar legítima a sua luta diante dos demais adversários. Os conflitos reconfiguram-se no espaço e no tempo, com diversidades de práticas, discursos e estratégias. A busca por parcerias no meio jurídico, mostra que esses grupos são conhecedores de seus direitos e com isso, buscam garantir a territorialidade e sua reprodução social, por meio de projetos coletivos. Essa arte de resistência (SCOTT, 2004) oferece o dom de renovar e reconfigurar a sua luta identitária.

O negócio é que, porque quando a gente saiu de lá (Parnauçu), a gente não tinha conhecimento direto das coisas. Como é que as coisas funcionaram, porque quando essas empresas vêm, eles vêm, eles acham que a gente tem que sair, por isso e por aquilo e eles fazem o que quer, porque você não tem ninguém em se apoiar. Aí, você corre pra um lado uma pessoa de diz uma coisa, corre pra outro e outra de diz outra, ai tu fica sem saber o que fazer. Agora não, agora a gente já tem uma base do que é uma desapropriação. O que é

you sair do lugar que you mora e quais s3o os direitos que you tem, agora a gente j3 tem essa no33o, mas na 3poca n3s n3o tinha. A3, o cara chegava e ainda ti amea3ava e ainda dizia assim pra gente: voc3s v3o ter que sair porque essa 3rea aqui n3o 3 de voc3s. Voc3s t3m que aproveitar agora que a empresa quer tirar voc3s, porque se n3o voc3s v3o sair sem nada daqui. A3, fica fazendo press3o, a3, fica fazendo aquele neg3cio, e a gente que n3o tinha o aquele conhecimento sa3mos pela micharia deles (DONA LOURDES, 20/04/2017).

	Cajueiro.	Quadro 02: A33es Registradas entre os anos de 2016 a 2017 comunidade tirar suas d3vidas com rela33o ao trabalho dos povos tradicionais e seu reconhecimento enquanto tal.	dos Cachorros	a Conven33o 169
31/01/2017	Un3o de Moradores Prote33o de Bom Jesus do Cajueiro.	O uso da UEB Ensino Fundamental Manuela Varela como base para a empresa VIP seguran3a; O processo de licenciamento Ambiental; e o documento do ITERMA que dar o direito de posse a comunidade.	OAB, Defensoria p3blica do Estado, Justi3a nos trilhos, pol3ticos, pesquisadores comunidade (Rio dos Cachorros, Taim, Novo Horizonte), CPT e os filhos de terreiro.	Audi3ncia Popular

Fonte: Elaborado pela autora.

Essas ações mostram que a resistência da comunidade está atrelada a uma rede de relações construídas com várias entidades e movimentos sociais, que buscam oferecer suporte para sua reprodução social e garantir seus direitos. E que ao longo dos anos não se intimidou com as violações de direito sofrida, sendo esses fatores decisivos para a continuidade da formação de alianças durante as ações coletivas.

3.4 RESEX de Tauá Mirim: Alternativa para frear os grandes empreendimentos?

Com o surgimento dos grandes empreendimentos na década de 70 na ilha de São Luís, houve um aumento na ocorrência de impactos sociais e ambientais. O deslocamento compulsório de comunidades tradicionais, como o que ocorreu na Vila Madalena, onde todas as famílias foram deslocadas para a implantação da termelétrica. Esses fatos têm feito com que comunidades sejam submetidas a mudanças socioculturais, deixando muitas vezes de produzir e pescar. O que traz consequências pela redução da produção agrícola local, pois perdem espaço para plantar sua roça; alteração na paisagem, que acabam ficando poluídas com imagens de fábricas e reduzem a área verde; poluição do ar, recursos hídricos, desaparecimento de espécies de animais e vegetais, o que acaba afetando a saúde da população.

Os impactos estão atrelados às disputas desiguais, já que desde a implantação dos empreendimentos as comunidades conseguem perceber os sinais de contaminação dos recursos. Os pescadores são os primeiros a experimentar, perceber e denunciar a alteração, pois além de terem seu modo de vida de imediato afetado, percebem a perda do pescado, com isto sua segurança alimentar comprometida.

Diante do aumento dos impactos na ilha com a instalação de grandes empreendimentos, houve uma mobilização populacional na busca de alternativas por controle. A proposta encaminhada ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA)²³ foi a criação de uma Unidade de Conservação

²³ Constituído como órgão integrado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), criado através da portaria nº 22, de 10/02/1992, com a finalidade de promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas por grupos sociais classificados como *populações tradicionais*, através de suas entidades representativas, e/ou indiretamente, através dos órgãos governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de organizações não-governamentais. Na página eletrônica do IBAMA, figura um histórico do CNPT que

em 2003, prevista no sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC).

As Reservas Extrativistas constituem uma modalidade de unidade de conservação ambiental, prevista no SNUC, instituído pela Lei 9.985/200010, com função de proteger territórios secularmente ocupados pela população humana e preservar o modo de vida local, garantindo a conservação dos recursos naturais.

De acordo, com a legislação que trata as categorias de manejo dos territórios legalmente protegidos e destinados à conservação da biodiversidade, constata-se que o legislador, no esforço de regulamentar o disposto no art. 225, § 1o, inc. III instituiu e consolidou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, disciplinado pela Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000. A definição de UC é dada pela art. 2o dessa Lei, a saber:

Art. 2o para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I – Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

No contexto desse trabalho, merece destaque a modalidade de Unidade de Conservação (UC) denominada Reserva Extrativista (RESEX), cujo conceito é definido pela Lei 9.985/200067, que em seu artigo 18 versa:

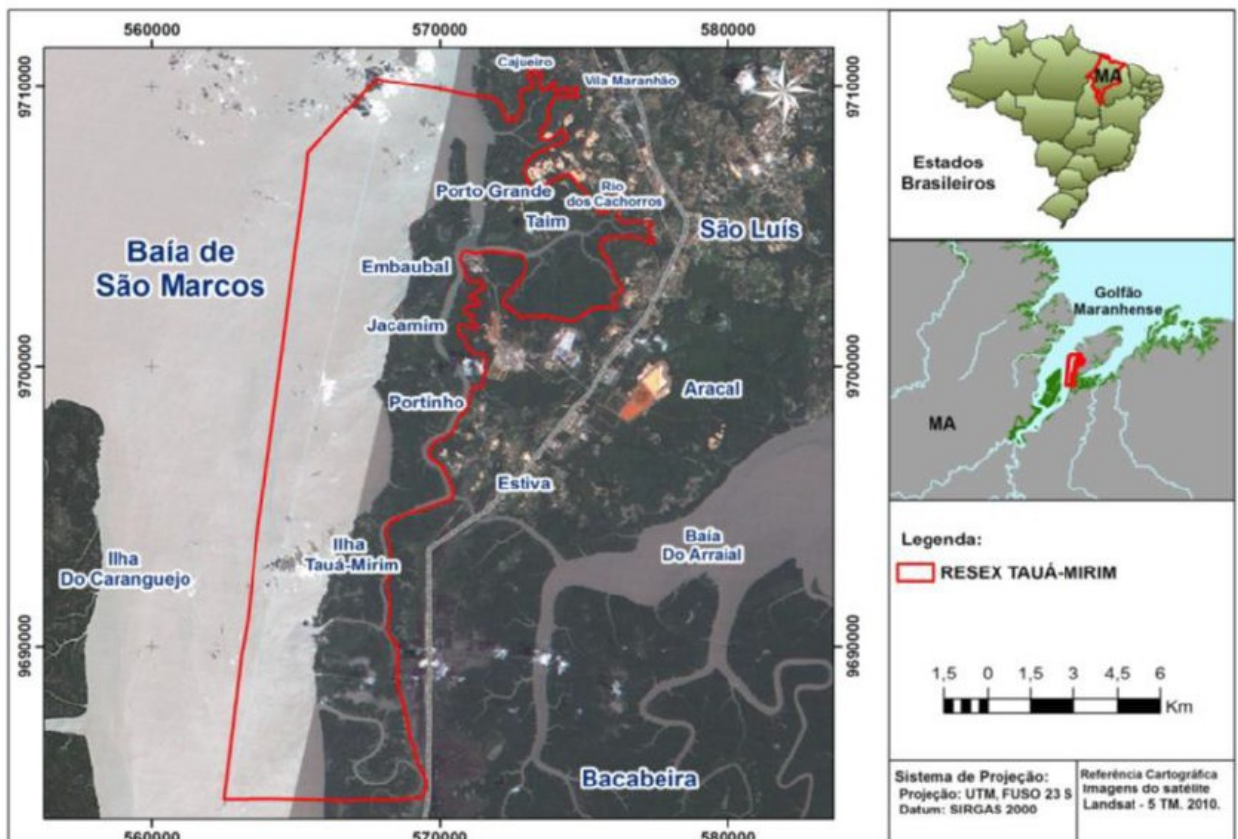
Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A Reserva Extrativista é importante aliada na questão da permanência das populações tradicionais dentro de unidades de conservação, pois prevê a presença de populações (extrativistas, pescadores artesanais) nas áreas. Para Diégues (2001), as reservas são áreas naturais ou pouco alteradas, ocupadas por grupos sociais que usam como fonte de sustento a coleta de produtos da flora nativa ou pesca e que as realizam, segundo formas tradicionais de atividade econômica sustentável e condicionadas à regulamentação específica. Tendo como objetivo proteger os meios de vida e cultura local, assegurando o uso sustentável

apresenta dentre suas atribuições: “criar, implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as Reservas Extrativistas em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam”. Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através da lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, o CNPT está, atualmente, integrado a esse novo órgão federal (www.icmbio.gov.br e www.ibama.gov.br, consultados em 12 de agosto de 2017).

dos recursos naturais.

Mapa 04: área pretendida para a criação da RESEX de Tauá Mirim.



Fonte: GEDMMA.

Desta forma, a Reserva Extrativista de Tauá Mirim surge como uma maneira de frear os impactos gerado pelos grandes empreendimentos, dando a possibilidade de permanência das comunidades locais. Além desses motivos, Sant' Ana Júnior (2009) identifica que a instalação da reserva extrativista é um desdobramento conflituoso que surgiu da mobilização crescente dos povoados ameaçados pela instalação de grandes projetos desenvolvimentistas na ilha de São Luís.

A Reserva Extrativista pleiteada encontra-se em uma área com 16.663,55 hectares e um perímetro de 71,21 Km², constituída pelo povoado de Parnauçu (parte da comunidade do

Cajueiro) Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Taim, uma parte abrange a Vila Maranhão e a Ilha de Tauá Mirim.

O processo de criação da RESEX está em tramitação desde 2003, e um dos entraves para sua oficialização é a ausência de uma carta de aceite do governo do Estado do Maranhão. Assim deixando as comunidades assistir aos seus territórios sendo ameaçados para a implantação de grandes empreendimentos, como o porto da WPR na comunidade do Cajueiro.

As obras de dragagem de manutenção têm gerado profundos impactos à experiência vivida na área pretendida para a RESEX de Tauá-Mirim e reuniu uma série de questões. A principal queixa dos pescadores se dá em relação à queda do pescado após a instalação da planta da ALCOA e de seu porto em São Luís, o que diminui drasticamente as possibilidades de realizar uma boa pescaria. Isso é atribuído pela maioria dos pescadores ouvidos às dragagens realizadas na Baía de São Marcos.

Na Praia do Cajueiro, as constantes dragagens ocasionaram a deposição de sedimentos na faixa de areia. Segundo relatos, a atividade pesqueira, e até mesmo de balneabilidade, tornaram-se quase inviáveis uma vez que a grande quantidade de acumulados vêm impedindo uma simples caminhada no que resta da faixa de areia. Essa areia dragada é, muitas vezes, depositada no manguezal ou em igarapés da região, afetando a vida marinha. Outra reclamação dos pescadores é o risco que as balsas que fazem a dragagem na área podem ocasionar aos instrumentos de trabalho ou mesmo a suas vidas.

Em entrevista concedida em 24 de março de 2017, Sr. Davi, referência na comunidade do Cajueiro, e líder comunitário, destaca a importância da RESEX, na ilha de São Luís:

A reserva vai ser de grande valia para nossa comunidade, principalmente nesse momento que estamos passando com essa empresa aqui. Só em não ter mais aquela draga lá na praia já ajuda muito nos que vivi da pesca, porque aquela draga é uma peste, a área acaba indo pro mangue e destruindo o pescado daqui, ai a gente não acha. Sem falar que com a criação dessa reserva, a empresa não vai mais poder construir o porto aqui (SR. DAVI, 24/03/2017)

Percebo na fala da liderança local a conscientização da importância da implantação da RESEX em seu território. A comunidade tende a participar desse processo de implantação, com conhecimento adquirido ao longo dos anos na atividade pesqueira e o envolvimento com questões políticas mais abrangentes podem ser consideradas trunfos no momento de disputa

da área.

As comunidades que se encontram inseridas na RESEX criaram, em 15 de maio de 2015, um conselho gestor da RESEX de Tauá Mirim e em seguida a declararam como criada, pois estavam cansados de esperar uma solução do poder público.

3.5 Nova Cartografia Social: elemento na defesa e luta pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Em novembro de 2016, houve uma reunião do projeto “Cartografia da Cartografia: uma síntese de experiência”, na Associação dos Moradores do Cajueiro, contando com a presença de lideranças comunitárias, pesquisadores, estudantes e povos de terreiro. Neste momento, foi informado à comunidade a importância da participação de todos na construção do mapa e de como a cartografia social²⁴ poderá ser usada como instrumento de poder na luta pela defesa de seu território.

Além da apresentação do projeto, a comunidade teve a oportunidade de apresentar os problemas que têm enfrentado com a empresa WPR e falar das ações que já são desenvolvidas em defesa do Cajueiro. Na ocasião também foi apresentado um documento com um mapa elaborado pelo ITERMA, intitulando as terras do Cajueiro como área de assentamento para a associação de moradores, data do ano de 1998 e reforça as possibilidades de luta da comunidade pela permanência.

A presença dos representantes de povos de terreiros na reunião foi muito importante, pois é mais um elemento na luta que não é só do Cajueiro, mas na defesa de preservar um local sagrado que está dentro do território, que é o terreiro do Egito. Assim, traz consigo outros argumentos a serem utilizados pela comunidade, no sentido de fortalecer a ideia de patrimônio cultural, histórico e inclusive ambiental. Se até hoje o terreiro do Egito encontra-se nesse território, como espaço sagrado, é porque a comunidade o tem preservado.

²⁴ A Nova Cartografia Social pode ser interpretada como instrumento que visibiliza direitos, especialmente territoriais de diversos povos e comunidades tradicionais. Apresenta-se como ferramenta multifuncional, que progressivamente faz parte da dinâmica das comunidades, e um dos desdobramentos que ela tem de fato é o jurídico, que pode ser usado na defesa pelo território. A elaboração procede da autcartografia, mapeamento e participação decidida pela comunidade nas oficinas, inclusive com acesso ao GPS. O diferencial da cartografia social é que quem realiza o mapeamento não são os pesquisadores e sim a comunidade que vive no território e define o que é importante de ser apresentado no mapa. O uso de um software (ARCGIS) reconhecido mundialmente torna esse mapeamento ainda mais legítimo, pois no Brasil são poucas as instituições que tem acesso a esse software. Contudo o surgimento da cartografia social “constitui o domínio social delimitado por premissas institucionais, culturais e cognitivas, onde atores sociais orientam estrategicamente suas ações disputando legitimidade no âmbito das representações espaciais” Acselrad e Coli (2008, p.17) apontam as vantagens de as comunidades possuírem total domínio das técnicas usadas na elaboração de seus mapas.

Entendem os concernidos diretamente que a luta do Cajueiro é a luta do terreiro do Egito. Assim como a luta do terreiro é a luta do Cajueiro.

... O que a agente quer trazer aí recortar isso, independente das crenças religiosas das pessoas, nos estamos tratando de um marco legal e histórico e de referência ancestral para os povos de terreiro, por que ali nasce uma referência do terreiro do Egito que é secular pra nossa vida inteira ... e essa referência se constitui como um instrumento importante na luta. (Jô, representante dos povos de terreiro, 12/11/2017).

Durante a apresentação do projeto, além dos povos de terreiro, estavam presentes representantes da comunidade de Taim, também localizada na zona rural II de São Luís, que solicitaram o trabalho do Projeto Nova Cartografia em todo o território que engloba não só a comunidade do Cajueiro, mas as demais comunidades que compõem a Reserva Extrativista de Tauá Mirim, pois a instalação portuária afetaria todas as comunidades vizinhas, além de existir uma relação de companheirismo entre as comunidades que enfrentam a mesma luta contra esses empreendimentos. Com isso a Cartografia Social, não é apenas um instrumento importante na luta, mas faz-se necessária para a continuidade da existência de povos e comunidades tradicionais na luta de defesa por seus direitos.

O projeto realizou como ações oficinas de mapeamento social, curso de GPS e curso sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, junto à comunidade que tem demonstrado interesse em conhecer esse “novo” instrumento na defesa do território.

No dia 17 de dezembro de 2016 ocorreu a primeira oficina de mapeamento social com a Comunidade do Cajueiro com um curso de GPS. Essa oficina foi ministrada para todas as comunidades das proximidades de Cajueiro que estão pleiteando a criação da RESEX.



Figura 16: Reunião de apresentação do Projeto “Cartografia da Cartografia: uma síntese de experiência”. Fonte:

Christiane Mota.

A apresentação da Convenção 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais para as comunidades contribuiu para esclarecer ainda mais os direitos legais desses povos, antes desconhecidos. A Convenção é reconhecida mundialmente e tem rompido com o conceito tradicional de Estado-Nação e tem sido um instrumento usado pelos povos tradicionais nas suas lutas. Sendo assim, é considerada um grande marco de ruptura, porque ela apresenta uma nova ideia de Estado, pois rompe com visão do Estado hegemônico para uma construção de Estado que respeite a cultura do povo que habita esse Estado.



Figuras 17 e 18: Oficina de GPS e curso sobre a convenção 169 da OIT, realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Fonte: Christiane Mota.

A convenção reconhece os povos tradicionais, cujas condições sociais, econômicas e culturais os distinguem de outros setores da coletividade nacional, relaciona, para todos eles, um rol de direitos específicos. Contudo, de acordo com a Convenção, para proceder ao reconhecimento é necessário que haja a consciência da autodeclaração, sendo esse um critério fundamental nesse processo. Portanto, não basta ter essa Convenção para garantir os direitos de povos e comunidades tradicionais, é necessário que haja a autodeclaração, a partir da sua consciência e da trajetória de sua comunidade.

Durante a apresentação do minicurso sobre a Convenção 169, a comunidade se conscientizou da importância de se autodeclararem como comunidade tradicionais, para o fortalecimento da luta. Os presentes se reconheceram como pescadores artesanais, pois possuem uma relação com essa prática desde muito tempo. Segundo os moradores, ser pescador *artesanal* é mais do que uma atividade econômica que envolve pesca, mas um

modo de vida constituído também por outras atividades em terra e a seu modo de vida.

De acordo com a Instrução Normativa do MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) N°6 de 29/06/2012, o *pescador artesanal é aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com Arqueação Bruta (AB) menor ou igual a 20 (vinte).*

Ainda de acordo com a Lei 11.959/09, que regula o exercício da pesca, a atividade pesqueira artesanal é aquela que trabalha na confecção e reparos de artes e apetrechos de pesca e em embarcações de pequeno porte (e são consideradas como tais, embarcações com tonelagem maior ou menos a 20). Para a legislação brasileira, a definição de pescador artesanal envolve tanto aspectos legais como econômicos, políticos e sociais.

Contudo, o pescador artesanal vai além dessa legislação previdenciária e das questões técnicas que os define. Esses grupos possuem modos de vida diferenciados dos demais tipos de pescadores, além de adotarem técnicas de captura e instrumentos de pesca também diferenciados. É a pesca quem comanda a vida desses pescadores na maior parte do tempo, ou seja, a maioria das relações sociais e econômicas giram em torno da atividade pesqueira.

Do ponto de vista econômico, a pesca artesanal inscreve-se na pequena produção mercantil (Diegues, 1983). Dona Flor, pescadora do Cajueiro, descreve a produção mercantil, no Cajueiro com as seguintes palavras: *“quando nós pesca, nós passa o nosso pescado aqui mesmo, agora mesmo nos pescamos camarão que só deu pra família mesmo, porque a pesca foi pouca né. As vezes o que sobra agente passa, ele vai revender um pouco a mais do que ele comprou ... é como ele falou é uma pesca só pra comunidade mesmo”*.

Diegues (1983), ao caracterizar o *pescador artesanal*, diz que o ponto que o define não se resume ao ato de viver da pesca, mas em dominar plenamente os meios de produção da pescaria, ou seja, possuem “controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte da pesca”. Os pescadores artesanais adotaram novas tecnologias, utilizando seu próprio acúmulo de informações e de representações sobre o mar na avaliação de novos elementos tecnológicos. Segundo Maldonado (1986, p.37), “desta forma são plenamente capazes de opinar adequadamente a respeito do impacto desses elementos sobre o ambiente”, pois têm profundo conhecimento dos recursos naturais e também os limites da coleta de acordo com o ritmo da natureza.

Ao se autodeclararem como pescadores artesanais, muitos perguntaram se apenas a autodeclaração serve também para garantir direitos trabalhistas. Contudo, segundo o Instituto

Nacional de Seguro Social (INSS) é necessário que esse pescador esteja inscrito para conseguir tais direitos. Os pescadores necessitam da licença de pesca e de inscrição no Registro Geral da Pesca (RGP) que é realizado no âmbito do MPA. Tais questões tratadas durante o minicurso esclareceu as dúvidas da comunidade, principalmente no que se refere aos seus direitos.

O objetivo final do projeto é a elaboração do mapa que apresentará os pontos de maior importância para a comunidade, (pesca, terreiro do Egito, agricultura, os povoados, área impactado pela empresa WPR entre outros) e que atualmente encontra-se em construção junto com os moradores.

Pesquisadores que têm realizado prolongado trabalho de campo com os pescadores, moradores do Cajueiro (SANT'ANA, 2009, 2010, 2014; PEDRO, 2016) apontam a complexidade de interesses econômicos e políticos e conexões entre empresas, governo do Maranhão, burocracia e órgãos de licenciamento, sistema judiciário e policial que favorecem as primeiras. A arte da resistência dos pescadores do território de Cajueiro se concretiza em estratégias e ações para quebrar essas relações de poder que os subjugam e reduzem suas possibilidades de autonomia territorial.

A situacionalidade e processualidade do conflito social, ambiental e territorial dos pescadores do Cajueiro constituem uma limitação para análise, pois se corre o risco de realizar inferências e projeções erráticas sobre as mobilizações, as táticas e estratégias²⁵ e os “resultados”. Resulta certo pensar que as mobilizações tenham obstaculizado o avanço do projeto.

²⁵Essas estratégias e táticas não são auto evidentes e somente podem ser compreendidas em uma trajetória e debate da ação pelos agentes sociais e os agentes, entidades que estão acompanhando atos, manifestações, posicionamentos. Alguns intelectuais com longa trajetória de estudos sobre este conflito social, ambiental e territorial têm produzido artigos, teses, dissertações com análises sobre os acontecimentos que respaldam especificamente as ações jurídicas e legais do Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil. (SANT'ANA JUNIOR, PEREIRA e ALVES 2009 GEDMMA, 2014; MOREIRA, 2015; MENDONÇA e MARINHO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou descrever os conflitos territoriais vivenciado por seis comunidades pesqueiras da Ilha de São Luís, com foco na comunidade do Cajueiro, que atualmente resiste à instalação de um terminal portuário. Apresentam-se elementos para compreender a construção identitária e a mobilização social dessa comunidade, tomando como referência a luta territorial e buscando na identidade dos pescadores o elemento fundamental para compreender como se desenvolveu a ocupação desse território.

Com o aumento dos efeitos sobre a pesca na Ilha de São Luís, percebemos o comprometimento da economia e do modo de vida local dessas unidades sociais, que lutam para manter e reproduzir os ensinamentos passado por seus ancestrais. Nas comunidades pesquisadas, as investidas de grandes empreendimentos, que poluem os ecossistemas aquáticos, desmatam florestas e deslocam compulsoriamente comunidades, fato que tem se tornado recorrentes. Segundo os agentes sociais, eles já realizaram diversas denúncias como, a mortandade de peixe e a violência contra pescadores. Tais fatos também estão relacionados à falta de comprometimento do poder público para com esses grupos, pois tem feito pouco ou nada para solucionar os problemas já descritos na pesquisa.

A investida de tais empreendimentos visa apenas aumento do lucro, através da geração de profundos efeitos ao meio ambiente e alterando fortemente sua dinâmica. Tais mudanças passam a refletir-se não só na natureza, mas nas práticas sociais, culturais e econômicas desses grupos que as têm como garantia de sobrevivência. O caso aqui investigado, especificamente os impactos decorrentes da provável instalação de um terminal portuário na comunidade do Cajueiro, pela empresa WPR, representa um exemplo incontestável.

Contudo, a comunidade tem resistido a essas investidas, buscando parcerias, para as suas reivindicações e procurando ajuda de comunidades vizinhas. A resistência é resultado de lutas vivenciadas por outras comunidades, como as já descritas na pesquisa, que acabam servindo de exemplo e inspiração na luta do Cajueiro.

Desde que foi anunciada a instalação do Terminal Portuário São Luís, grandes alterações ocorreram, como o deslocamento dos pescadores do povoado de Parnauaçu. Essa mudança afetou não só a paisagem do povoado que ficou abandonado, mas, a prática da pesca, pois agora os pescadores têm que se deslocar para uma distância maior, à procura de peixe, que antes tinham no quintal de casa. Além de terem perdido seu território pesqueiro e

sua plantação. Apesar desse deslocamento, os mesmos procuraram continuar inseridos no território e na luta da comunidade contra a instalação do terminal portuário. Isso é um fator que tem reforçado o processo de resistência da comunidade. Tal atitude indica que essas políticas de “compensação” não surtem o devido resultado esperado e nem estão sendo aplicadas de maneira correta.

Os primeiros conflitos ocorreram devido à falta de comunicação entre a empresa e a comunidade, assim como a insuficiência de ações pontuais de compensação. Pois embora estas fossem apresentadas no EIA/RIMA como uma etapa ao licenciamento da empresa, foi necessário uma intervenção junto ao Ministério Público diante das lacunas de informação que necessitaram ser reivindicadas pela comunidade durante as audiências públicas. Sendo resultado dessa ação o acionamento de advogados, promotor, delegado para o acompanhamento das negociações entre a comunidade e a empresa.

Durante a pesquisa é notável a expectativa da população desempregada de São Luís, Maranhão, com a instalação do terminal portuário, pois esta situa nesse empreendimento uma alternativa na geração de emprego e renda. Esse discurso pregado pela empresa e aceito pelo Estado, não trata da questão territorial e nem da comunidade que ali vive, apenas dos benefícios com a geração de lucro, emprego e renda que, na maioria das vezes, são destinadas à mão de obra externa. Como já observado em outros empreendimentos (VALE e ALUMAR), essas empresas destinam empregos que requerem maior qualificação a profissionais de fora da comunidade, enquanto os que não exigem nível escolar elevado estão destinados à população local, com caráter temporário e precário.

Outro fator preocupante apontado na pesquisa são as políticas públicas que acabam por desconsiderar os saberes locais, desprezando as culturas desses grupos. A comunidade aqui investigada encontra-se em um quadro de exclusão social e econômica, devido à falta de suporte e fortalecimento do Estado. A ausência de políticas nacionais tende a agravar e aumentar os efeitos socioambientais em territórios pesqueiros, pois o apoio do Estado é fundamental para que ocorram mudanças estruturais e organizacionais desses grupos.

Contudo, diante do descaso do Estado frente à comunidade do Cajueiro, percebo a importância do saber tradicional que tem fortalecido e contribuído para a reprodução social, econômica e cultural da comunidade. De forma enfática, a comunidade tem procurado alternativas para manter seu modo de vida, reconhecendo sua existência coletiva com base em identidades próprias, em vez de simples agrupamentos de indivíduos que compartilham algumas características culturais. O mais persistente é a relação íntima com a natureza, os sistemas de uso comum, os saberes que se assentam em uma territorialidade específica e um

processo contínuo de acúmulo, elaboração e reelaboração de conhecimentos diversos sobre as técnicas e práticas de pesca.

Os saberes elaborados no ambiente natural, cultural e social são fatores que contribuem com o pertencimento do grupo ao território, vinculado às diversas memórias constituintes da identidade. A interação com o meio e a sociabilidade provém das relações de trabalho estabelecidas neste espaço, como forma de os pescadores exercerem a territorialidade em todas as suas dimensões, seja ela no campo material ou simbólico. Ao tratar do sentimento de pertencimento dos pescadores no território, a pesquisa procura compreender como se deu o processo de territorialização do Cajueiro, que envolve grande complexidade, uma vez que os pescadores desenvolveram suas artes, saberes e técnicas de pesca baseadas no conhecimento tradicional relacionado ao ambiente em que vivem e das espécies que capturam.

Considero que a prática pesqueira não só no território do Cajueiro, como na Ilha de São Luís, não depende exclusivamente das políticas concretas para pesca, mas de outros padrões que circunscrevem o modo de vida da comunidade e do modelo de desenvolvimento que a mesma pratica. Com isto, para as comunidades tradicionais, esta atividade vai além de uma prática econômica, pois é também uma questão cultural e territorial, que se busca preservar e manter para dar continuidade.

A pesquisa se direcionou para os conflitos socioambientais advindos de processos de expansão capitalista, porém sem esquecer e nem desconsiderar que a expansão deste setor não se encontra isolada e nem separada da totalidade social, e muito menos de outras políticas de desenvolvimento, processos e formas de expansão capitalista que vêm acontecendo intensamente ao longo dos anos.

O que tenho percebido são políticas e projetos de expansão capitalista que visam converter os territórios pesqueiros em espaços privados, estratégicos para a acumulação capitalista. Não esquecendo que a dinâmica capitalista que caracteriza a política pesqueira visa transformar os territórios de reprodução de vida dos pescadores e pescadoras em territórios para acumulação de lucros, impondo o crescimento econômico como pensamento único e como elemento orientador dos rumos da sociedade.

No caso da comunidade do Cajueiro, observei um exemplo destas dinâmicas, onde prevalecem os objetivos consoantes à economia capitalista, já que um empreendimento portuário, com grande influência política sobre o governo do Estado tem conseguido ao longo dos anos burlar leis, como no caso da aquisição da licença ambiental, agindo de maneira abusiva sobre a comunidade.

A pesquisa destaca a importância da implementação da Reserva Extrativista de Tauá Mirim. Demandada insistentemente pelos movimentos sociais, pela comunidade e por pesquisadores, está é defendida como alternativa para preservação territorial. E é interessante ver o interesse de diferentes grupos que objetivam um único propósito, um projeto capaz de frear os inúmeros impactos socioambientais que existem e que estarão por vir, se nada for feito.

Segundo os moradores, a RESEX permitirá uma maior interferência deles nos processos de decisão que afetam as comunidades e os espaços de reprodução de vida. Porém, tem sido objeto de completa desatenção por parte do governo, sendo estas demandas consideradas como um empecilho aos rumos e aventuras propostas pelas classes dirigentes.

Por fim, vejo a necessidade do acompanhamento e de uma investigação profunda desse conflito, pois, apesar de finalizar esta pesquisa neste momento, os dados aqui apresentados são compreendidos neste trabalho na perspectiva a longo prazo de acompanhar as transformações econômicas e sociais. A insegurança é fundamental no desenlace do conflito e, até agora, não há perspectivas do seu fim. Aponto que as diversas denúncias, manifestações e articulações realizadas pela comunidade do Cajueiro tem surtido efeito, pois ainda não se concretizou a instalação do terminal portuário. Contudo, a coerção e repressão sobre a comunidade é ostensiva com a presença de segurança armada. As casas derrubadas, as violações de direito e ameaças, descrita pelos pescadores são só o início de um conflito mais acirrado, dadas as ambiguidades de resposta do governo do Estado e o revigoramento de posições autoritárias. Como já descrito no trabalho, a empresa não soube adentrar na comunidade, usando desde o início violência física contra os moradores, sem ter tido obstáculos na ordem jurídica.

Do mesmo modo, não findam aqui as mobilizações articuladas entre a comunidade do Cajueiro e as universidades, movimentos sociais, órgãos de Estado e políticos enquanto forma de reivindicação e luta política do grupo, exemplo disto é o prosseguimento do diálogo iniciado entre as lideranças da comunidade e o Ministério Público Federal, com a abertura do inquérito para o acompanhamento desta instância do processo. Conclui-se que a comunidade do Cajueiro tem sofrido efeitos que modificaram não apenas o território enquanto espaço físico, mas, de modo direto, as famílias e seu modo de vida. De outra forma, a aplicação de uma medida compensatória, não minimiza a sensação de medo permanente que se expressa no Cajueiro.

Apresento também a etnografia dos conhecimentos tradicionais, saberes e práticas das comunidades pesqueiras do Cajueiro. De certa forma, procede de uma inspiração na obra

do maranhense Raimundo Lopes, a propósito de uma etnoictiologia centrada nas técnicas de pesca e ainda no conteúdo da Exposição do Seminário “Saberes Tradicionais e Etnografia”. Se no trabalho do autor temos um “complexo da pesca no Brasil” descrito na década de 1950 e observações sobre a organização do trabalho, a incursão no campo de saberes, técnicas e práticas de pesca tem como propósito afirmar a defesa que os pescadores realizam dos seus saberes visceralmente ligados a um território e cuja defesa assumem com consciência política de direitos territoriais, étnicos e ambientais dos quais estão sendo violentamente privados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, R. E. *Escritos não tangenciais no diálogo com Raimundo Lopes*. Resenha. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém. V. 6. N^o 3. p. 619-621. Setembro/Dezembro, 2011.

ACSELRAD, H. (org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Relume Dumará, RJ, 2004.

_____. (Org.) *Meio Ambiente e Democracia*, IBASE, Rio de Janeiro, 1992.

_____.; COLI, L. R. *Disputas territoriais e disputas cartográficas*. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. Cap. 1. p. 13-44.

ALMEIDA, A. W. B. de. *Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais*. In: H. Acselrad (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 37-56.

_____. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, ANPUR. Maio, 2004 (9-32).

_____. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. Ed., Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

_____. *Espaço ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 254-270, jul./dez. 2013. Entrevista a Widney Lima, João Ramos e Cristhiano Silva.

_____.; SPRANDEL, M. A. *Palafitas do Jenipapo na Ilha de Marajó: a construção da terra, o uso das águas e o conflito*. *Novos Cadernos NAEA*, 2006.

ALMEIDA, Z. S. *Os recursos pesqueiros marinhos e estuarinos do Maranhão: biologia, tecnologia, socioeconômica, estado de arte e manejo*. Tese (Doutorado) – Curso em Zoologia, Universidade Federal do Pará/Museu Paraense Emílio Goeldi-Belém, 2008. 283f.

ARAÚJO, E. P.; TELES, M. G. L. & LAGO, W. J. S. *Delimitação das bacias hidrográficas da Ilha do Maranhão a partir de dados SRTM*. In: XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Natal. Anais. Natal – RN: 2009. p. 4631-4638.

BACHELARD, G. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Tópicos).

_____. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de*

Fredrik Barth. Traduzido por: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BRETON, Y. D. *L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs: réflexions sur le naissances d'un sous-champ disciplinaire*. *Anthropologie et sociétés*, 5 (1):7-27, Université de Laval: Quebec, 1981.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1989.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CEPENE. (2006). *Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil*. Tamandaré, PE. Disponível em: <http://www4.icmbio.gov.br/cepene/index>. Acessado em: 12 set. de 2016.

CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB): USP, 2001.

DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB – USP, 1995.

_____. (Org.) *Ilhas e sociedades insulares*, São Paulo: NUPAUB – USP, 1997.

_____. Conhecimento tradicional e apropriação social do ambiente marinho. In: *A pesca Construindo Sociedades*. São Paulo: NUPAUB – USP, 2004.

_____. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAUB – USP, 2004.

_____. Aspectos socioculturais do uso da água e as sociedades tradicionais. In: *Plano Nacional de Recursos Hídricos*. Panorama e estado dos recursos hídricos do Brasil. Vol. 1. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2006. p. 205-220

_____.; ARRUDA, Rinaldo. S.V. (Orgs). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DOMINGUES, H. M. B. A marca da terra. In: DOMINGUES, H. M. B., ALMEIDA, A.W. B. de. (Orgs.) *Raimundo Lopes: dois estudos resgatados*. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro: 2010.

FAO©. Fisheries and Aquaculture topics. Types of fisheries. *Topics Fact Sheets*. Text by Andrew Smith. In: FAO Fisheries and Aquaculture Department [online]. Disponível em: <http://www.fao.org/fishery/topic/12306/en>. Acesso em: 12 set. 2016.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FURTADO, L. G. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

_____. *Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia*. In: ACSELRAD, H. (Org). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004. p.57-71.

GEDMMA. *Relatório socioantropológico: RESEX de Tauá-Mirim Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís: UFMA, 2014.*

GORCZEWSKI, C. *A necessária revisão do conceito de cidadania* [recurso eletrônico]: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática/Clovis Gorczewski e Nuria Belloso Martin. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

KNOX, W. TRIGUEIRO, A. (Org.) *Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal* [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Vitória: EDUFES, 2015. p. 229.

KUHN, E. R. A. *Terra e água: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia*. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. (UFB), 2009.

LEAL. M. A. P.; VIEIRA. L. H. V. *Subsidio ao Estudo da Pesca no Litoral e Baixada Maranhense*. Governo do Maranhão, Instituto de Pesquisa Econômico-social e informática, ed. Grafisa Offset. 1974.

LEFF, Enrique. *La ecología política em América Latina: un campo em construcción*. In:ALIMONDA, Héctor (Org.) *Los tormentos de la materia: aportes para uma ecología política latinoamericana*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2006. p. 21-39.

LEFF, Enrique. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEVI – STRAUSS, C. *O olhar distante* (tradução de Carmem de Carvalho). Lisboa: Edições 70, 1986.

_____. *O pensamento selvagem* (tradução de Tânia Pellegrini). 8. ed. Campinas – SP: Ed. Papyrus, 2008.

LITTLE, P. *Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política*. In: BURSZTIN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade — política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. *A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas*. Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Indaiatuba-SP, Maio de 2004. Disponível em: Acessado em set. 2016.

LOUREIRO, V. R. *Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos*

Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas Últimas Décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Sociologia na Amazônia. Debates teóricos e experiências de pesquisa.* Belém: EDUFPA, 2001.

LOPES, José Sérgio. Leite. Sobre processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006.

_____. (Coord.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial.* Rio de Janeiro: Relumê Dumarã; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MALDONADO, S. C. *Mestres e Mares – espaço e Indivisão na pesca marítima.* São Paulo: Annablume, 1993.

MELO, A. A. *Gestão comunitária de recursos comuns: o estudo de caso sobre a Extração de Sarnambi, no Município da Raposa-MA.* Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

MELO, B. M. *História e Memória na contramão da expansão canavieira: um estudo nas formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista.* 2013. 463 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/4847.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MENDES CHAVES, L. G. *Pesca artesanal no Ceará: Tecnologia, sistema cognitivo e relações de produção.* In: *Revista de Ciências Sociais.* Depto. De Ciências Sociais e Filosofia. Universidade Federal do Ceará. v. VI n os 1 e 2, 1975.

MENDONÇA, B. R. MARINHO, S. C. *CAJUEIRO REVISITADO: OU DEZ ANOS DE RELATO CRÍTICO EM CONSTRUÇÃO.* *Repocs*, v.13, n.26, 2016. p. 63-92.

MENDONÇA, B. R. *Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço.* Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2006.

MOLER, L. B. *Nosso modo de vida vale a pena: Um estudo sobre pescadores artesanais Maranhenses.* 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Programa Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica PUCSP, São Paulo. 2011.

MORAIS, A. P.; SANTOS, T. P. dos; LIMA, T. P. *Estudo de caso: Uma análise socioambiental da comunidade Boqueirão em São Luís – MA.* VII Congresso Brasileiro de Geógrafos: A AGB e a Geografia no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos, Vitória, v. 7, p.1-8, ago. 2016. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404656034_ARQUIVO_trabalhodeAndrea_Boqueirao_-1.docpront.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

MORAES, M. S. C. de *Saberes da pesca: uma arqueologia da ciência da tradição.* 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MOREIRA, J. F. *ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES: o processo de tentativa de*

implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. São Luís: PPGCSOC/UFMA, 2015. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

MOURA, M. M. G. *Águas da Coréia: uma viagem ao centro do mundo numa perspectiva etnooceanoográfica*, NUPEEA. São Paulo, 2012.

MOURÃO, J. S.; NORDI, N. 2003. *Etnoictiologia de pescadores artesanais do estuário do rio Mamanguape, Paraíba, Brasil*. Boletim do Instituto de Pesca, 29 (1): 9-17

MPA (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA). *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura*: Brasil 2014.

MUNIZ, L. M. *Ecologia Política: O campo de estudo dos conflitos socioambientais*. Revista Pós Ciências Sociais. São Luís, v. 6, n. 12, 2010.

PACHECO, M. J. H. *Conflitos no Campo – Brasil 2013*. CPT Nacional – Brasil 2013.

PARTRIDGE, B. *The structure and function of fish schools*. Scientific American, 286(6): 90-99. 1982

PEDRO, V. V. *Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro: judicialização e estratégias de confronto político na Comunidade de Cajueiro, em São Luís, Maranhão*. In: 40º Encontro Anual da ANPOCS. ST. 07 Conflitos e Desastres Ambientais, violação de direitos, resistências e produção de conhecimento. 2016. <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st07-9/10203-quem-nao-pode-com-a-formiga-nao-assanha-o-cajueiro-judicializacao-e-estrategias-de-confronto-politico-na-comunidade-do-cajueiro-sao-luis-maranhao/file>

PEREIRA, P. M. N. *Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: o caso da instalação de uma usina Termelétrica*. 2010. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Vol. 2, p. 19-33, 1998.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, C. (2004). *O mundo das águas e seus laços de pertencimento*. Campina Grande, revista Raízes, PB, v. 23, n. 01 e 02, p. 62-72.

RAMOS, R. S. *Nas águas de Guimarães: uma análise da sustentabilidade pesqueira artesanal do município*. Dissertação – (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas) Departamento de Oceanografia e Limnologia, Universidade Federal do Maranhão, 2008. São Luís, 2008.

RIBEIRO, Ana Lourdes S. *Impactos de projetos de desenvolvimento sobre comunidades rurais de São Luís: o caso da instalação da UTE Porto do Itaqui*. XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 1-12.

RIBEIRO, I. CASTRO, A. C. L. de. *Pescadores artesanais e a expansão portuária na praia do Boqueirão, Ilha de São Luís-MA*. Revista de Políticas Públicas, [s.l.], v. 20, n. 2, p.863-884, 15 fev. 2017. Universidade Federal do Maranhão. <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20n2p863-884>.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. *Projeto de pesquisa: Conflitos ambientais no Maranhão*. UFMA. São Luís-MA, 2014.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de; ALVES, E. de J. P. *Conflitos Socioambientais no Maranhão: os Povoados de Camboa dos Frades (São Luís – MA) e Salvaterra (Rosário – MA)*. Artigo Publicado Anais: V Encontro Nacional da ANPPAS. Florianópolis-sc, p.1-19, 2010.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F; ALVES, E. J. P; PEREIRA, C. R. A. (Orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, 2009.

SBRANA, T. S. J. “Decifrando com as feridas”: *Conflitos ambientais, zonas de sacrifício e desenvolvimento na São Luís Contemporânea*. In: III Simpósio Internacional em História Contemporânea – Conflitos e Revoluções no Século XX: Circulação de Ideias entre a América e a Europa, 2016. São Luís, Anais, São Luís: ISSN: 2357741X, UFMA, 2016. p. 147-164

SCOTT, J. C. *Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos*. Trad.: Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2004.

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/seap>

SPENGLER, O. *O homem e a técnica*. Tradução de João Botelho. 2 ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

STRIDE, R. K. *Diagnóstico da pesca artesanal marinha do Estado do Maranhão*. Projeto Pesca Artesanal, v II. O.D.A./FINEP/UFMA. 1992.

TURNER, J. (1986), «The social identity theory of intergroup behavior», in S. Worchel e W. Austin (eds.), *Psychology of Intergroup Relations*, Chicago, NelsonHall Pub.

VICTORINO, C. J. A. *Planeta água morrendo de sede: uma visão analítica na metodologia do uso e abuso dos recursos hídricos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ZHOUR, A.; LASCHEFSKI, K. (org.) *Desenvolvimento e Conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 23 p.

Sites Consultados

<http://cajueiroresiste.blogspot.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2016.

<https://pt.scribd.com/doc/2626164/Poluicao-dos-mananciais>. Acesso em: 30 set. 2016.

<http://www.justicanostrilhos.org/Obras-no-terminal-reavivaram>. Acesso em: 30 set. 2016.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. Promulga a Convenção nº 169 da organização do trabalho – OIT sobre povos indígenas e tribais. Acesso em: 06 out. 2016.

180 GRAUS. Pescadores do Boqueirão rejeitam proposta de indenização da Vale. Disponível em: <http://180graus.com/noticias/pescadores-do-boqueirao-rejeitamproposta-de-indenizacao-da-vale-258169.html>. Acesso em: 12 out. 2016.

JORNAL PEQUENO. Rio Anil amanhece com milhares de peixes mortos. <https://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2007/10/07/rio-anil-amanhececom-milhares-de-peixes-mortos/>. Acesso em: 12 out. 2016.

G1-MARANHÃO: Moradores da Raposa interdita MA-203 em protesto. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/06/moradores-da-raposainterditam-ma-203-em-protesto.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

JORNAL PEQUENO. GUERRA DA PESCA – Paraenses ameaçam tocar fogo em barcos da Raposa. <http://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2005/08/04/guerra-da-pescaparaensesameacam-tocar-fogo-em-barcos-da-raposa/>. Acesso em: 11 out. 2016.

AMAZONIA REAL. Da lama ao caos: Degradação ambiental ameaça os manguezais do Maranhão. <http://amazoniareal.com.br/da-lama-ao-caosdegradacao-ambiental-afeta-manguezais-do-maranhao/> Acesso em: 17 set. 2016.

O IMPARCIAL. Peixes mortos no Bacanga motivam protesto em São Luís. Disponível em: http://www.oimparcial.com.br/_conteudo/2016/08/ultimas_noticias/urbano/193702-peixes-mortos-no-bacanga-motivam-protesto-em-sao-luis.html. Acesso em 05 out. 2016.

FACULDADE DE OCEANOGRAFIA – FAOC, Oceanografia Biológica. Disponível em: <http://www.oceanografia.uerj.br/ocnbio/index.php>. Acesso em 16 nov. 2016.

CONVENÇÃO 169:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5051.htm

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Disponível 26/09/2017.

LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.
Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009.
Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO.**Local:** _____ **Data:** ___/___/___**Entrevistador:** _____

Nº da pessoa entrevistada

1 - Informações do pescador

1.1. Nome: _____

1.2. Apelido: _____

1.3. Tipo de pesca: (1) profissional (2) artesanal (3) tradicional

1.4. Idade:

1.5. Naturalidade: _____ / _____

2 – Endereço

2.1. Nome da localidade: _____

2.2. Posse da terra: (1) Proprietário (2) Arrendatário (3) Parceiro (4) Ocupante.

3 – Informações gerais da família

3.1. A família se constituiu aqui? (1) sim (2) não

3.2. Procedência da família (cidade e estado): _____ / _____

3.3. Tempo de residência no município ____.

3.4. Algum membro da família trabalha junto na pesca? (1) sim (2) não

3.5. Quantos:

4 – Modo de vida:

4.1. Tem cultivo para a alimentação na propriedade? (1) sim (2) não

4.2. Quais são? _____.

4.3. Na propriedade existem árvores frutíferas? (1) sim (2) não

4.4. Quais? _____.

4.5. Tem animais? (1) sim (2) não

4.6. Quais? _____.

4.7. Aonde criam ou soltam os animais?

4.8. Qual a base alimentar familiar?

4.9. Produzem algum artesanato? (1) sim (2) não.

4.10. Participam das festividades religiosas ou não na comunidade? (1) sim (2) não

Quais?

Pertence à alguma religião? (1) sim (2) não

Qual? _____.

4.11. O que faz de lazer?

5 - Prática da Pesca

Localização da área da pesca: _____.

Autônomo ()

Empregado ()

Patrão ()

Sistema de Pesca familiar ()

Sistema de Cooperativa ()

Sistema Autônomo ()

5.1. Como estoca peixe? _____.

5.2. Comercialização da produção: (1) Intermediário (2) Direto ao consumidor

(3) Feira na sede do município (4) Atacadista (5) Supermercado

5.6. Uso de crédito: (1) sim (2) não

Qual? _____.

5.3. Participa de alguma associação: (1) sim (2) não

5.4. Que tipo? (1) Cooperativa (2) Associação (3) Sindicato de trabalhador (4) Comunidade (5) Outros.

5.5. Qual?

5.6. O que o associativismo contribui para o seu trabalho?

5.7. Possui embarcação própria? (1) sim (2) não

5.8. Sobre a regulamentação da pesca o que mais interfere?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – HISTÓRIA ORAL DE VIDA

1. Nas suas lembranças como era a dinâmica nesta praia antes do processo de urbanização?

2. Pra você o que significa o mar, como você o observa?

3. Existem histórias entre você e o mar? Pode contar sobre elas?

4. Qual a importância do mar próximo à sua propriedade?

5. Ocorreram mudanças significativas na praia e no seu modo de vida? Você pode identificar (mostra) aonde e quais são elas?

6. Ao que se devem essas alterações na paisagem próxima à sua propriedade? Existe procura para compras de áreas próximas a praia?

7. Por que a permanência na praia? É uma escolha?
8. Você guarda objetos e documentos antigos? Quais são, pode mostrar?
9. Em relação às tradições, os costumes e saberes, eles ainda são mantidos?
10. Há interesse por parte dos(as) filhos(as) e netos(netas) em aprenderem a pesca?
11. Qual a importância da pesca no seu cotidiano?
12. Na sua percepção quais as grandes dificuldades em manter a tradição da pesca tradicional?
13. Como é a rotina da pesca?
14. Se fosse para delimitar um território da pesca, quais lugares são importantes?
15. Quais histórias relacionadas a pesca você pode relatar anos?
16. O que você considera como seu território de pesca?
17. Quais os equipamentos utilizados na pesca?